



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

ENNDIEL DOS SANTOS MENDES

**OLHARES FEMINISTAS SOBRE AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: GÊNERO E
CORPO ENQUANTO CONCEITOS CHAVES PARA O CAMPO**

MARÍLIA-SP

2024

ENNDIEL DOS SANTOS MENDES

**OLHARES FEMINISTAS SOBRE AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: GÊNERO E
CORPO ENQUANTO CONCEITOS CHAVES PARA O CAMPO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Campus de Marília.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Memória.

Orientadora: Profa. Dra. Lídia Maria Vianna Possas.

MARÍLIA-SP

2024

M538o Mendes, Enndiel dos Santos
 Olhares feministas sobre as Relações Internacionais : gênero
 e corpo enquanto conceitos chaves para o campo / Enndiel dos
 Santos Mendes. -- Marília, 2024
 118 p. : tabs., fotos

 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
 (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
 Orientadora: Lídia Maria Vianna Possas

 1. Gênero e Relações Internacionais. 2. Corporificação. 3.
 Interseccionalidades. 4. Epistemologias Decoloniais. I. Título.

ENNDIEL DOS SANTOS MENDES

**OLHARES FEMINISTAS SOBRE AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: GÊNERO E
CORPO ENQUANTO CONCEITOS CHAVES PARA O CAMPO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP (Campus de Marília), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Memória.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora:

Dr^a Lúdia Maria Vianna Possas (Unesp – Marília)

1º Examinador:

Dr^a Tchella Fernandes Masso (UNB – Brasília)

2º Examinador:

Drº Geraldo Adriano Godoy de Campos (UFS – São Cristóvão)

Marília-SP, 28 de outubro de 2024.

À Condessa e Nino (*in memoriam*), que puderam acompanhar minhas conquistas desde a juventude, mas que a partir de agora, infelizmente, só poderão se fazer presente em minha memória.

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos é sempre uma tarefa difícil, não porque eu não tenha o hábito de ser grata, mas por querer que as palavras aqui expostas, sejam capazes de transmitir o conjunto de sentimentos pelos quais tive de atravessar no decorrer da elaboração deste trabalho. Muitas pessoas talvez não tenham ciência de que o trabalho intelectual pode ser árduo, complicado e, às vezes, ingrato. Como pesquisadores, vivemos quase em um universo paralelo onde a vida segue seu ritmo e, enquanto isso, precisamos acompanhá-la a partir de uma frequência totalmente diferente. Óbvio que não se compara à realidade de um trabalhador comum e todas as problemáticas que o envolvem. Mas, como qualquer trabalho, requer de nós tempo, esforço e abdicação. Escrevo esses agradecimentos com sentimentos conflitantes e, ainda assim, realizada por ter finalizado uma segunda etapa da minha formação acadêmica. Sempre comento com Danielle: “isso não estava no edital”. E que bom que não estava, pois se soubéssemos como tudo aconteceria, muito provavelmente não teríamos vivido a pós-graduação em sua completude.

Começo agradecendo que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, condição fundamental para a minha permanência em Marília e que me permitiu realizar a pesquisa. Estendo os meus agradecimentos a quem passou por esse processo comigo. Primeiro às minhas amigas/irmãs, praticamente esposas, Danielle e Yasmin. O destino foi muito parceiro nos aproximando na graduação e estendendo isso até agora. Eu sinto saudades daquela época, um saudosismo gigante, ainda que não tenha tanto tempo assim!! Porém, fico ainda mais feliz por vivermos novas experiências juntas! Danielle com essa alma doce e forte, sempre esteve disposta a pensar junto comigo, a dialogar e encarar os caminhos mais complicados pelos quais a gente precisou atravessar. Se nossas vidas juntas fosse um filme, certamente seria digno de Oscar. De uma comédia psicodélica ao drama mais potente, com Chico Buarque, Adele, Bruninho, pagode, BTS e muito rock de trilha sonora, deixando os telespectadores ensandecidos.

Yasmin chegou devagarinho, com ternura, paciência e sagacidade, assim como as felinas fazem. Ela e as “titias”, Sol, Luna e Estelinha, completaram a casa. Fizeram do nosso “covil” em Marília, um verdadeiro lar. Lembro de Yasmin e seus cabelos coloridos na graduação, todo semestre com um diferente, e eu só pensava, “nossa ela é demais, vou ser assim quando eu crescer”. O estresse não tem me permitido pintar o cabelo, mas fico muito feliz em saber que hoje somos amigas e que compartilhamos não só os gostos para cabelos e música,

como também os nossos sentimentos mais íntimos. Sou muito grata pela forma como eu, Yasmin e Danielle apoiamos umas às outras, pelos diálogos sobre os amores e desamores (nossos cafés da manhã são uma experiência única) e aos futuros shows que iremos juntas. É muito bom poder compartilhar a vida adulta com vocês e saber que ela pode ser construída com amizades tão profundas. E que intrigante, como pode, três baianas irreverentes quererem conquistar o mundo dessa maneira? Como pode, apesar dos pesares, elas se manterem sorridentes e esperançosas de uma educação transformadora? Para mim a resposta é clara, a nossa baianidade explica. Sigo, independentemente de onde estiver, muito bairrista!! O Nordeste é minha casa, a Bahia a vista da minha janela!! E a casa de um baiano só está completa se tiver cheia, portanto as minhas amigas são a minha família. Eu não estaria aqui se não fosse por isso, não teria chegado tão longe, se não tivesse vocês ao meu lado. Talvez um obrigado não seja suficiente, mas como a minha linguagem do amor são atos de serviço, farei tudo aquilo que estiver ao meu alcance para ajudá-las.

Segundo, gostaria de agradecer aos meus outros familiares. Minha avó Beliza, meu pai Gustavo, minha madrasta Olívia, meus irmãos Enttone e Betina, meus tios, Renê e André, minhas tias, Manuela e Fernanda, e meus primos, Hugo e Yasmim. Todos foram importantes nessa caminhada, ao me darem suporte sempre que precisei. Preocupados com o meu presente e futuro, com mais uma mudança para um lugar longe de casa. Sei que posso contar com vocês e isso me deixa muito mais tranquila para enfrentar a vida de frente. Estendo isso aos meus amigos, agora todos de longa data, Nathália, Breno, Raissa, Geovana, Camila, Vanessa, Constança e Larissa. Aguentaram mesmo a distância, as minhas reclamações cotidianas e aceitaram as minhas ausências. Espero poder visitá-los com mais frequência, porque a cerveja já não tem o mesmo gosto sem vocês por perto!

Um agradecimento especial ao meu namorado Daiyo. Chegou na minha vida bem de mansinho e se tornou o peito no qual eu quero recostar a cabeça quando as coisas estão pesadas demais e mesmo quando não estão. Obrigada pela escuta atenta, principalmente, sempre que preciso expressar os meus descontentamentos, por me deixar fazer parte da sua vida e dos “titios” Loki e Tico, e agora, o Jake, a Banguela e a Laila. Espero que o futuro nos reserve muitos momentos bons como tem sido os últimos meses. Diferente da Lucy e do David, a nossa dança pode ser em qualquer lugar, na lua ou não. O importante é dançarmos juntos ao som de Yonaguni!!

Meus agradecimentos são direcionados também à Universidade Federal de Sergipe por ter sido a minha casa de formação, onde fui capaz de compreender os caminhos que gostaria de seguir como pesquisadora e futura professora. Ao Centro Internacional de Estudos Árabes e

Islâmicos (CEAI-UFS), que continua sendo uma das minhas pontes com Sergipe e aos colegas que o constroem, Esther, Giovana, Geraldo, Ahmed, Arturo, Mohamed e muitos outros. Não me canso de dizer que o CEAI é o motivo pelo qual ainda acredito que podemos fazer a diferença no trabalho intelectual, social e político.

Agradeço a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), em especial, a Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, onde pude me aprofundar com rigor em relação a minha pesquisa e tive a oportunidade de conhecer outros pesquisadores e temas importantes. Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, especialmente, os que tive a oportunidade de cursar disciplinas. E ao professor Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos, que foi fundamental durante o período do Mestrado, oferecendo diversas oportunidades dentro da universidade para que eu, e os demais colegas, desenvolvêssemos habilidades acadêmicas e docentes.

Um agradecimento caloroso aos meus amigos da Moradia Estudantil da UNESP de Marília, Fernandinha, Marco, Noah, Elí, Marcola, Maré e Caetaninho. A casa 1 foi meu primeiro lar em Marília e vocês os melhores presentes que pude receber. Sou muito grata por vocês revitalizarem o meu “eu militante” e a sede por mudança que tanto nos move.

Estendo os agradecimentos ao Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero da UNESP (LIEG-UNESP), coordenado pela minha orientadora Lídia Possas e às meninas do MaRIas USP, ambos grupos têm há muito tempo feito um trabalho transformador dentro e fora da universidade, incorporando e disseminando os debates feministas e de gênero, tão importantes para mim enquanto intelectual feminista.

Agradeço a banca de avaliação composta pela professora Tchella Fernandes Masso e pelo professor Geraldo Adriano Godoy de Campos. Obrigada pela disponibilidade e interesse em participar desse processo. Fico muito feliz de poder compartilhar o meu trabalho com vocês, pois a trajetória acadêmica de ambos é muito bonita e inspiradora. Agradeço especialmente à minha querida orientadora, professora Lídia Maria Vianna Possas, pela paciência, pelas cobranças e pelo cuidado. A senhora foi fundamental para que chegássemos até aqui e para alimentar o orgulho que tenho em ser feminista.

Por fim, sou grata pelas minhas escolhas conscientes, por não ter desistido e por acreditar que sou capaz de caminhar ainda mais, até onde quero chegar.

[...] escrever é integrar e pôr à deriva, permutando passado e presente. a sede das palavras por água cintila na miragem do mito, golpe do símile contra o assimilado, real camuflado pelo conceitual, pelo que com mãos de seda de saudade treinas e domas o intervalo de espaço ...
que de estrelas emprestadas se faz o teto de teu céu.
-Mahmud Darwich (2020, p. 71).

Mas não posso fugir e abandonar a realidade, do mesmo modo como não posso abandonar a minha sombra. A realidade impõe sobre cada um de nós sua marca indelével. Cada era prende grilhões invisíveis nas pessoas que as viveram, e eu só posso dançar com as minhas correntes
- Cixin Liu (2016, p. 443).

RESUMO

Essa dissertação expõe como a teorização e as pesquisas realizadas na área de Relações Internacionais podem se beneficiar das abordagens feministas e do uso dos conceitos de Gênero e Corpo como categorias de análise centrais para o campo. Para isso, oferecemos uma revisão histórica e narrativa das teorias feministas, de dentro e fora das RI, em conjunto com as múltiplas formas pelos quais ambos os conceitos são envolvidos e teorizados. Utilizamos como metodologia uma revisão sistemática da literatura, para encontrar nas diversas plataformas digitais de divulgação científica, textos, artigos, livros, que tangenciassem os conceitos e teorias supracitados. Ademais, uma revisão narrativa, destrinchando e colocando os trabalhos dos autores em diálogo. Apresentamos, por fim, a inserção do nosso tema no campo das Relações Internacionais no Brasil, as contribuições das abordagens mais ao Sul e os avanços exponenciais que ainda podemos investir para reestruturar, de forma sensível e crítica, o campo e os estudos acerca da política contemporânea.

Palavras-chave: Gênero e Relações Internacionais; Corporificação; Interseccionalidades; Epistemologias Decoloniais.

ABSTRACT

This dissertation sets out how theorizing and research in the discipline of International Relations can benefit from feminist approaches and the use of the concepts of Gender and Body as central categories of analysis for the field. To this end, we offer a historical and narrative review of feminist theories, from within and outside IR, together with the multiple ways in which both concepts are engaged with and theorized. We used a systematic literature review as our methodology, to find texts, articles and books on the various digital platforms for scientific dissemination that touched on the concepts and theories mentioned above. In addition, a narrative review, unraveling and putting the authors' works in dialogue. Finally, we present the insertion of our theme in the field of International Relations in Brazil, the contributions of the more southern approaches and the exponential advances that we can still invest in to sensitively and critically restructure the field and studies on contemporary politics.

Keywords: Gender and International Relations; Embodiment; Intersectionalities; Decolonial Epistemologies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Roda de discussão sobre assédio nas universidades: Vamos falar de assédio? Por que não?.....	82
Figura 2 - Apresentação no grupo de estudos do MaRIas USP.	83
Figura 3 - Minicurso IV Seminário MaRIas.....	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Uma síntese das principais abordagens feministas presentes nas RI	41
Tabela 2 - Programa de Pós-graduação em RI da UNB	86
Tabela 3 - Programa de Pós-graduação IRI - USP	87
Tabela 4 - Programa de Pós-graduação PUC-SP/ UNESP/ UNICAMP (Santiago Dantas)	89
Tabela 5 – Programa de Pós-graduação em RI da PUC-RIO.....	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 FEMINISMOS E TEORIAS FEMINISTAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM PANORAMA HISTÓRICO, CONCEITUAL E METODOLÓGICO	19
1.1 Indo além daquilo que está posto: a insurgência feminista	21
1.2 Incorporando o conceito de gênero às Relações Internacionais	30
1.3 Aportes epistemológicos e metodológicos feministas para as Relações Internacionais	38
2 BEM MAIS DO QUE O GÊNERO: INCORPORANDO AS CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS SOBRE O CORPO ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	45
2.1 Feministas e o diálogo teórico-conceitual do corpo	48
2.2 Situando as ramificações conceituais do corpo	62
2.3 A presença ausente: O corpo nas Relações Internacionais	69
3 O QUE DIZ O SUBALTERNO? O CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL E AS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO FEMINISTA E DECOLONIAL.....	74
3.1 Na contramão da hegemonia? Feminismos e gênero no campo brasileiro das Relações Internacionais.....	76
3.2 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SITUADAS: O GIRO DO FEMINISMO DECOLONIAL.....	95
3.3 O quão longe as feministas das Relações Internacionais podem ir?	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

Instigada pela reflexão acerca da inserção tardia das discussões Feministas e de Gênero no campo das Relações Internacionais (RI), essa dissertação procura expor como a teoria e a pesquisa em RI podem se beneficiar das abordagens feministas e do uso dos conceitos de Gênero e Corpo como categorias de análise essenciais para o estudo do Internacional. Nossa intenção não é fornecer apenas uma revisão histórica das teorias feministas na área, mas sim, apresentar as diversas formas pelas quais as perspectivas feministas e esses dois conceitos podem ser envolvidos e teorizados. Para que isso fosse possível, optamos por partir de uma mescla metodológica que agregasse tanto uma revisão narrativa da literatura nacional e internacional, quanto uma revisão sistemática de conceitos e dados referentes à inserção do tema no campo e na literatura. Traçamos então, os caminhos, ruas, encruzilhadas e vielas percorridos pelos conceitos de Gênero e Corpo nas Teorias Feministas contemporâneas, com o intuito de sinalizar quais os atritos e desarranjos que o campo das Relações Internacionais e a política contemporânea vivenciam em virtude das experiências marcadas pelo corpo e gênero constituídos politicamente.

Em vista disso, pouco antes dos anos de 1980, quando a insurgência dos movimentos de mulheres, ou seja, o movimento feminista, começou reverberar nas várias camadas da sociedade, instaurou-se também na academia uma onda de intelectuais preocupadas com as pautas e debates que diziam respeito as mulheres. Em Relações Internacionais esse processo teve uma roupagem muito específica. Como ficou conhecido por ser um campo voltado para a análise da política, principalmente, a política internacional, se alicerçou ao redor de muitos conceitos e discussões que levavam em consideração as Instituições e Organizações políticas. Quando as feministas começaram a abalar as estruturas universitárias, esse campo em específico se portou de forma muito reticente aos argumentos apresentados por muitas delas, o que acabou se escanteando ao longo de seu desenvolvimento. Após muitos embates intelectuais e esforço coletivo das pesquisadoras engajadas, as discussões feministas e/ou as Teorias Feministas foram estabelecidas nas Relações Internacionais. As primeiras pesquisas seguiam o ímpeto feminista de preocupação com a ausência das mulheres, tanto física como teórica no campo, mas, pouco depois, já passaram a questionar as concepções de Guerra, Poder, Violência e Sujeito (Sylvester, 2004).

Essas feministas das RI se estabeleceram no cenário anglo-saxão, configurando um número significativo de publicações, núcleos e grupos de pesquisa, compondo conferências, workshops e associações acadêmicas e seguiram acompanhando a reelaboração das pautas e conceitos de dentro do próprio movimento feminista. Elas avançaram com diversos debates, principalmente no que se refere ao uso do *gênero* como instrumento de análise, um dos principais focos da presente pesquisa. Esse conceito surgiu com o avanço dos estudos sobre sexualidade, em teses preocupadas em rebater a lógica biologizante da organização do mundo social. As feministas absorveram as críticas em relação à categoria *mulheres* e o fato de que ela universalizou a experiência desse grupo tão heterogêneo, abrindo espaço para uma discussão mais plural que agregava a ideia de gênero. Este conceito se refere aos papéis sociais exercidos pelos indivíduos, que construídos socialmente, geram expectativas acerca de suas identidades e comportamentos (Scott, 1995; Butler, 2019). Portanto, quando as pesquisadoras feministas se muniram das teorias de gênero nas Relações Internacionais, havia sido estabelecida uma resistência significativa dos teóricos clássicos do campo quanto às discussões apresentadas por elas, por partirem da tese que aquela área do conhecimento era neutra em gênero (Halliday, 2007).

Muito interessadas em romper com essa ideia de neutralidade, as feministas investiram em produzir mais trabalhos que demonstrassem como o âmbito da política e da política internacional tinha, direta ou indiretamente, implicações de gênero. Apoiadas em vertentes e diferentes tipos de abordagens, elas sempre estiveram preocupadas em vislumbrar mais categorias que as auxiliassem nesse processo de articulação crítica e inovação epistêmica. A partir do exercício crítico concedido pelos estudos de gênero, algumas delas se debruçaram sobre o *corpo* enquanto dimensão estratégica para o estudo da política. Dessa maneira, vimos a necessidade de abordar o corpo, em conjunto com o gênero, enquanto categoria de análise, que nos parecem fundamentais para o projeto de repensar os campos do conhecimento, em específico, às Relações Internacionais.

Diferente do debate sobre gênero, o conceito de corpo, constitui-se nas RI como o que alguns autores chamam de “presença-ausente” (Wilcox, 2015; Shilling, 2003). Isso significa que não havia uma ausência total dele no campo, na verdade, ele já fazia parte das discussões clássicas da área, dada a aproximação das três principais escolas teóricas do campo, quais sejam, o Realismo, Liberalismo e o Construtivismo, com os debates filosóficos cartesianos. Ocorre que uma grande parcela dos autores e conceituações que embasavam e, ainda embasam as RI, se valiam de ideias e formulações sobre o corpo político do Estado, enquanto o corpo político do sujeito estava em segundo plano.

Conforme a formulação de Chris Shilling (2003), o corpo pode ser entendido como uma elaboração social inacabada, mutável e indissociável da sua condição biológica, resultado da sua entrada e participação na sociedade dentro dos limites estipulados pelo sistema. “É essa qualidade biológica e social que torna o corpo, ao mesmo tempo, um fenômeno tão óbvio e, ao mesmo tempo, tão evasivo” (Shilling, 2003, p. 11, tradução nossa)¹. Isso significa que o pensamento binário de uma divisão entre corpo e mente, entre o social e o biológico, limita a observação de fatos políticos. Para a cientista política Renée Marlin-Bennett (2013), falar do corpo na política significa perceber estes não apenas como coisas materiais ou recipientes físicos das mentes, podemos considerá-los como vivos, agentes e repletos de informações circunscritas em si mesmos. Nesse sentido, por estarem alinhadas com essas teses, tornou-se importante para as feministas discutirem os conceitos correlatos que surgiram com os estudos sobre o corpo, para incorporá-los a uma observação mais crítica que leva em consideração outras dimensões e teorias desse objeto.

É nas epistemologias do Sul global que encontramos esse compromisso com o cruzamento entre os conceitos que pretendemos abordar e as suas outras marcações sociais. Do ponto de vista dos feminismos subalternos e decoloniais, aprofundar-se nas questões de gênero e corpo fornece novas possibilidades de compreender a violência, não só econômica e política, como em todas as suas formas, contra as comunidades subalternizadas. Destarte, existiria uma lacuna nesta pesquisa, caso todos esses panoramas sobre os conceitos e as teorias feministas, não incluíssem as visões mais próximas de nossa realidade e formação. Essa trajetória dos feminismos nas Relações Internacionais, quando alocadas para a realidade dos cursos brasileiros, possui configurações muito específicas. Por isso, optamos em apresentar também uma sistematização de como a área no Brasil tem absorvido as discussões acima e quais caminhos teóricos o futuro pode reservar.

Isto posto, buscar-se-á no primeiro capítulo da presente pesquisa, *Feminismos e Teorias Feministas nas Relações Internacionais: Um panorama histórico, conceitual e metodológico*, situar o desenvolvimento dos feminismos enquanto movimento prático e teórico na academia. Esclarecer quando ele começa a fazer parte da área de Relações Internacionais, as principais disputas intelectuais vivenciadas pelas feministas nesse momento inicial e as contribuições das autoras que estiveram à frente da discussão. Também abordamos a inserção do conceito de gênero como instrumento de análise crítica no campo, como ele possui absorções e agendas de

¹No original: “It is this biological and social quality that makes the body at once such an obvious, and yet such an elusive phenomenon” (Shilling, 2003, p. 11).

pesquisas distintas nas subáreas das RI, como Segurança, Economia Política Internacional e Direito Internacional. Ao fim do capítulo, versamos acerca das principais abordagens feministas que estão presentes nas RI e da metodologia do conhecimento situado, que tem suas raízes no pensamento de Donna Haraway e seguem sendo utilizadas nas produções feministas mais engajadas com um projeto de conhecimento emancipatório.

O segundo capítulo, *Bem mais do que o gênero: incorporando as contribuições feministas sobre o corpo às Relações Internacionais*, por sua vez, aborda como o conceito de corpo pode ser fundamental para uma nova reestruturação dos feminismos em termos da compreensão do poder político e da superação das normas sociais. Falamos da herança da filosofia cartesiana e do processo de escrutínio intelectual pelo qual o corpo passou nas Ciências Humanas e Sociais. Com intuito de elaborar uma miríade de debates sobre o caráter e desdobramento político do corpo e, de maneira paralela, uma trajetória teórica do tema em conjunto com os aspectos interseccionais que o cruzam, acrescentamos os escritos de teóricas feministas engajadas com análises que coadunam gênero e corpo enquanto conceitos correlatos. Damos destaque para as produções de Elizabeth Grosz, Linda Alcoff, Iris Marion-Young, Patrícia Hill Collins, Silvia Federici e Judith Butler. Destrinchamos as conceituações associadas ao corpo, apresentando as reflexões sobre *corporeidade*, *embodiment*, *corporificação*, *gênero corporificado* e *corpo-território*. E, seguimos com a tese da presença-ausente do corpo nas Relações Internacionais pela ótica da pesquisadora Lauren Wilcox.

Por fim, o terceiro capítulo *O que diz o subalterno? o campo das Relações Internacionais no Brasil e as contribuições do pensamento feminista e decolonial*, mobiliza um breve panorama da conformação dos cursos de RI no Brasil, iniciando com uma metodologia que situa também a trajetória da autora deste trabalho. Elencamos a projeção que os temas aqui discutidos têm tido na formação acadêmica de internacionalistas brasileiros, as mudanças institucionais que têm ocorrido, e a atuação das ativistas acadêmicas em grupos e núcleos de pesquisa. Seguimos com uma exposição acerca das discussões decoloniais e dos saberes mais ao Sul que tem tido uma projeção maior nas RI do Brasil. Com esse aporte buscamos aproximar as reflexões que demonstram através de um recorte racial, de gênero e territorial, que certas condições sociais podem ser experienciadas de forma singular, mas também compartilhadas, em diversos lugares do mundo. E, finalizamos argumentando os possíveis caminhos que as feministas das Relações Internacionais podem incorporar em seu horizonte.

1 FEMINISMOS E TEORIAS FEMINISTAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM PANORAMA HISTÓRICO, CONCEITUAL E METODOLÓGICO

De acordo com uma grande parte das bibliografias de base para os estudos feministas, o feminismo considerado como um movimento teórico e prático teria surgido nos meados finais do século XIX e início do XX, dadas as mudanças políticas e sociais enfrentadas pelo Ocidente naquele período. Celí Regina Jardim Pinto (2010) aponta que algumas dessas mudanças foram marcos históricos importantíssimos para a consolidação do movimento feminista, tais como: a luta por direito ao voto das sufragistas inglesas, o lançamento do livro “*O Segundo Sexo*” da escritora francesa Simone de Beauvoir (1949 [2009]), o movimento da juventude norte-americana contra a Guerra do Vietnã, o movimento de mulheres operárias no Brasil, a ocupação dos estudantes na Universidade de Paris (Sorbonne), além da criação da pílula anticoncepcional e as manifestações artísticas em prol dos movimentos de liberdade (Pinto, 2010). Entretanto, a história do levante feminista não é linear. Houve avanços e retrocessos em diversos lugares do mundo e, assim como o tecido temporal, pode-se dizer que as histórias que forjam os feminismos se cruzam e se distanciam em determinados momentos. Para a socióloga e historiadora argentina Dora Beatriz Barrancos (2022), a história do feminismo é marcada pela associação com vários grupos sociais e políticos, principalmente de mulheres, que fizeram com que o feminismo fosse constituído por distintas fórmulas metodológicas.

Em um primeiro momento, o foco do movimento estava na conquista da igualdade de gênero², “desfazendo assim toda e qualquer tutela masculina subordinante” (Barrancos, 2022, p. 19). Posteriormente, outras demandas foram agregadas às pautas feministas, possibilitando uma ampliação da noção de feminismo e de seus métodos. Barrancos (2022) reforça que dada a capacidade de mobilizar métodos e teorias amplas, ainda que para atingir os mesmos objetivos, o feminismo pode ser compreendido no plural como os feminismos. Ao pluralizarmos a terminologia, abarcamos devidamente a multiplicidade de grupos, ativistas e teorias que buscam acabar com a condição de subalternidade forjada pelo sistema patriarcal. E

² As primeiras discussões e movimentos feministas, como o liberal de cunho universalista, defendiam o slogan da “igualdade de gênero”. Atualmente, reivindicamos a “equidade” como uma concepção mais assertiva para a superação da desigualdade de gênero e outros desequilíbrios sociais experienciados por grupos marginalizados. Para mais detalhes sobre as diferentes fases e discussões feministas, recomendamos a leitura de Galetti e Rivetti (2023).

foi por meio dessa dimensão ampla que com o passar dos anos o movimento conseguiu produzir tantas contribuições teóricas e práticas como manifestos, declarações e, até mesmo, cúpulas internacionais, na intenção de buscar proteger e refletir sobre os direitos das mulheres e minorias marginalizadas.

Para as pesquisadoras brasileiras Rachel Soihet e Suely Gomes Costa (2008) e para a historiadora francesa Michelle Perrot (2005), no âmbito das universidades estadunidenses e francesas, ou, “no conjunto do mundo ocidental”, o feminismo enquanto teoria emergiu dos estudos de mulheres e da história das mulheres. Ele atravessou diversas disciplinas das Ciências Humanas e Sociais e se estabeleceu sob os “*Women Studies*”, agrupando pesquisadoras de diferentes tradições disciplinares que tinham como foco as mulheres. De forma complementar, a professora brasileira Heloísa Buarque de Hollanda (2019)³, reitera que esse campo de estudo cresceu nos Estados Unidos da América (EUA) a partir dos protestos estudantis da década de 1960, associados principalmente às preocupações dos grupos feministas acadêmicos em relação a luta contra a discriminação sexual e racial nas universidades, a organização profissional, a composição do cânone teórico e literário e o conservadorismo dos fundamentos das Ciências Sociais (Hollanda, 2019). Essas e outras demandas, somaram-se à insatisfação com a própria estrutura departamental e disciplinar universitária, proporcionando aos Estudos das Mulheres a possibilidade de se colocarem como um espaço distinto e alternativo no interior das grades disciplinares (Hollanda, 2019).

Nas universidades brasileiras, o caminho traçado foi um pouco diferente. Na mesma época, o contexto histórico e político do país era marcado pelo regime de Ditadura Militar (1964-1984). Enquanto a Europa e os EUA estavam deliberando sobre liberdade, reformas e transformações sociais e suas respectivas universidades acompanhavam os debates políticos e sociais, o Brasil vivia um processo de censura muito forte dentro e fora das universidades. No que se refere ao feminismo enquanto movimento teórico nessa época, a solução encontrada foi dispersar as discussões pelos diversos departamentos e disciplinas das Ciências Sociais, como Sociologia, Filosofia, Antropologia, Psicologia e História, o que impossibilitou a criação de uma área de debate específica, similar a dos outros países (Hollanda, 2019)⁴. Mas, esse

³ A professora informou publicamente que prefere ser mencionada sem o sobrenome do seu ex-marido, ficando apenas como Heloísa Teixeira. Infelizmente, por questões associadas às normas de citação de trabalhos científicos, manteremos o nome que aparece nas fichas catalográficas das obras.

⁴ Durante os anos de 1960 a 1980, os países da América do Sul passaram quase simultaneamente por ditaduras militares. No Brasil o Regime Militar durou de 1964 a 1984 e foi marcado por muita repressão, violência, tortura aos opositores do regime, restrição aos direitos políticos e à liberdade de expressão. O medo e a violência também circulavam nas Universidades brasileiras, mas isso não impediu que agendas de pesquisas mais progressistas

obstáculo não foi o suficiente para parar as feministas e suas contribuições, elas o traspassaram, construindo uma gama de trabalhos, grupos de pesquisa, revistas, periódicos etc. Dessa maneira, como cada área do conhecimento possui suas especificidades, esse pequeno panorama da história acadêmica do movimento feministas nos fez questionar como teria acontecido a inserção dos feminismos e das suas principais contribuições para um campo bem específico das Ciências Sociais, às Relações Internacionais (RI).

Ao notar que o avanço dos feminismos enquanto teoria acadêmica está constantemente redimensionando de forma significativa as produções dos campos do saber, consideramos que essa dinâmica não seria diferente em uma área que trabalha com discussões tão pertinentes à vida social, como é o caso das RI. A chegada das feministas e/ou das Teorias Feministas na área, segue o ímpeto feminista de preocupação com a ausência das mulheres tanto física como teórica no campo. No cenário anglo-saxão, elas deram os primeiros passos na década de 1960 e já em 1980 configuraram um número significativo de pesquisadoras confiantes, experientes, tituladas e publicadas, compondo conferências, workshops e associações acadêmicas (Sylvester, 2004). Avançaram com diversos debates, principalmente no que se refere ao uso do Gênero como instrumento de análise, um dos nossos principais focos da presente pesquisa.

Portanto, com o intuito de evidenciar o desenvolvimento dos feminismos na área de Relações Internacionais, nas próximas seções deste capítulo situamos quais foram as ações realizadas para que o campo desenvolvesse agendas de pesquisa – publicações, grupos de estudos e revistas –, teorias e epistemologias feministas próprias. Escrevemos sobre a inserção do conceito de Gênero como instrumento de análise crítica e as reformulações causadas no campo, devido ao impacto das abordagens feministas que o utilizam. E por fim, na última subseção, expomos quais as principais correntes feministas que estão presentes nas RI, assim como as principais epistemologias e metodologias.

1.1 Indo além daquilo que está posto: a insurgência feminista

A história do campo acadêmico das Relações Internacionais é comumente descrita através dos Grandes Debates fundadores e/ou da contribuição de autores considerados cânones. No caso dos feminismos e das Teorias Feministas, os trabalhos costumam apresentar o desenvolvimento destes a partir, principalmente, das “ondas do feminismo”. Estas perspectivas

fossem desenvolvidas, sendo estas associadas aos movimentos políticos e sociais de esquerda. Para mais informações, recomenda-se a leitura de Alex Ratts e Flavia Rios (2010).

ou divisões são meros instrumentos metodológicos que visam facilitar a explanação e compreensão dos processos históricos e políticos pelos quais as RI, o feminismo e a Teoria feminista passaram. Mas, do ponto de vista crítico, elas podem ser contraproducentes⁵, pois dão a sensação de que se trata de um processo histórico linear quando, na verdade, não é. Para evitar este imbróglio acadêmico, optamos por construir uma pesquisa a partir de um outro tipo de abordagem. Utilizamos os trabalhos de feministas e pesquisadoras/pesquisadores engajadas com a reelaboração do pensamento político hegemônico das Relações Internacionais, capazes de nos oferecer argumentos consolidados acerca dos feminismos, das teorias feministas, identificando os marcos principais que moldaram as mudanças epistêmicas na área.

Em seu texto *Relações Internacionais Feminista: uma jornada inacabada*⁶, Christine Sylvester (2004) apresenta nos capítulos iniciais, as mudanças experienciadas pelas RI, a partir das disputas de poder entre concepções teóricas e ideológicas de distintos autores. Correlacionando o momento histórico e as publicações desses trabalhos, a autora faz uma análise da trajetória das Relações Internacionais e dos debates feministas no campo. Ela escreve que a década de 1980 para as RI, teria sido marcada inicialmente pelos célebres textos de Hedley Bull e Kenneth Waltz. Estes autores pontuaram de forma marcante com reflexões acerca da soberania estatal, ordem e justiça na sociedade internacional, anarquia e o reposicionamento da teoria realista clássica para além dos Estados (Sylvester, 2004). Mas, o homem como agente das relações internacionais, podendo este ser entendido como pessoas e/ou sujeito político, estava fora da maioria das visões de RI no início daquela década. Um dos contrapontos a essa concepção, emergiu das observações de Cynthia Holden Enloe (1989) e Jean Bethke Elshtain (1987), ao argumentarem e demonstrarem que as relações internacionais não eram compostas por entidades estatais inseridas em um sistema hermético a vácuo, invariável e sem pessoas. As autoras apontaram que era preciso que:

[...] todos nós deixássemos de pensar que as relações internacionais consistiam em Estados sem pessoas, sociedades abstratas, princípios estáticos de ordenação ou mesmo teorias sobre eles, e começássemos a procurar as muitas pessoas, lugares e atividades da política internacional cotidiana (Sylvester, 2004, p. 03, tradução nossa)⁷.

Seguindo essa proposta, a professora e pesquisadora norte-americana Cynthia Enloe (1989) retomou o espaço das pessoas como parte central das RI e foi além. Expôs que agência

⁵ Para um entendimento mais amplo dessa questão indicamos a leitura de Danielle Gonçalves Passos do Nascimento (2021).

⁶ Título original: *Feminist International Relations: an unfinished Journey*.

⁷ No original: [...] us everywhere to give up thinking that international relations consisted of peopleless states, abstract societies, static ordering principles, or even theories about them, and begin looking for the many people, places, and activities of everyday international politics (Sylvester, 2004, p. 03).

dos sujeitos no campo, alcançavam os Estados, a sociedade e o sistema, mas isso só era possível dada às nítidas marcas de poder e de gênero que os tornavam capazes de atuarem e se apresentarem como relevantes para as análises da disciplina (Sylvester, 2004). Enquanto ela revirava as caixas definidoras da concepção de Estado, a filósofa política estadunidense Jean Bethke Elsthain (1987) nos ensinava que existia uma diferença entre as narrativas da Guerra e a realidade empírica, pondo a prova outro conceito basilar das Relações Internacionais. A autora insistiu em esclarecer como se dava a presença das mulheres nesse tópico tão significativo para a área, mesmo que os neo-realistas americanos não acreditassem na importância e centralidade da abordagem dela (Sylvester, 2004). O interesse de Enloe e Elsttain ao repensar e/ou reformular esses conceitos, demonstrava que essas autoras e as demais feministas agrupadas nesse movimento, estavam engajadas em realizar mudanças substanciais no campo. Elas ilustraram que os agentes sociais e políticos, os múltiplos sujeitos e as práticas e preconceitos que antes eram tomadas como “dados naturais” nas Relações Internacionais, na verdade, eram e são passíveis de crítica (Possas e Reis, 2010).

Nesta ocasião, outras produções feministas foram surgindo, tais como as de Carol Cohn (1987), V. Spike Peterson (1992), a própria Christine Sylvester (1996), Judith Ann Tickner (1992), Sandra Whitworth (1994), Cynthia Weber (1999), entre outras, circunscrevendo os primeiros sinais da mudança paradigmática nas RI e a possível inserção de novas abordagens teóricas. Todavia, mesmo que essas movimentações feministas estivessem acontecendo, Sylvester (2004) expõe que, entre 1980 e 1990, o campo norte-americano das RI se mantinha associado e dando ênfase ao neorrealismo e seus críticos, ainda que aceitassem a existência de uma certa multiplicidade de paradigmas teóricos. Os britânicos, por sua vez, enxergavam a mesma multiplicidade — realismo/neorrealismo; globalismo/pluralismo e neomarxismo/estruturalismo — mas nenhuma teoria clássica de RI havia sido vista por eles, de forma isolada como dominante na área. Para a autora os britânicos optaram por métodos filosóficos e históricos, enquanto os norte-americanos mantiveram os métodos positivistas tradicionais, ambos preocupados com a teoria prescritiva e a história diplomática. Mas vale destacar que nesse período, a ala britânica absorveu a teoria crítica, se posicionando contra o pós-modernismo norte-americano. Eles acabaram por fazer esforços habermasianos para completar o projeto moderno e os componentes sociais do que viria a ser o mundo pós-Westfaliano e/ou promoveram interpretações gramscianas de hegemonia e luta anti-hegemônica (Sylvester, 2004).

Essas diferenças e aproximações das RI britânica e estadunidense, evidenciaram que os intelectuais da área não haviam sido capazes — ou optaram por isso —, de antecipar o

crescimento exponencial e a consolidação da teoria feminista e de outras correntes associadas a ela como o pós-modernismo, pós-estruturalismo etc. Teorias essas que em uma certa tentativa de “desvalorização” foram chamadas de “reflexivistas” por autores célebres para o campo, como Robert Keohane (Sylvester, 2004). Consequentemente, criou-se uma ojeriza em relação às abordagens feministas e pós-modernas, associadas à crença generalizada das RI em métodos e epistemologias empiristas e positivistas. Esse desequilíbrio causado pelas feministas na balança de poder epistêmica da área, para Sylvester (2004) e para o teórico britânico das RI, Steve Smith (1996), está relacionado à definição do que pode ou não ser estudado pelo campo. Os internacionalistas clássicos não consideravam que em alguns momentos a epistemologia não se encontra à frente da ontologia e as pesquisas em Relações Internacionais não costumavam partir de valores emancipatórios. Nos termos dos autores, os trabalhos em RI seguem no caminho do conhecimento como um produto da racionalidade individual. Para que essa lógica fosse rompida, o conhecimento e/ou o que poderia ser estudado pela disciplina, precisaria abrir espaço para teorias preocupadas com práticas e mudanças sociais significativas (Smith, 1996; Sylvester, 2004).

A virada de chave para uma mudança nas agendas de pesquisa e no arcabouço de teorias aconteceu quando as fraquezas teóricas da área e a “desordem” política do mundo inspiraram teóricas e teóricos a contestarem os fenômenos das relações internacionais (Sylvester, 2004). Associado a isso temos a irrisória atuação dos intelectuais do Realismo em argumentar e prever as graves violações de direitos humanos que voltariam a tomar conta da política europeia. O genocídio em Ruanda⁸, por exemplo, anos após o fim da II Guerra Mundial, fomentou a busca das feministas por incorporar as discussões das mulheres no campo (Sylvester, 2004). Naquele momento, ficou evidente que o positivismo científico estava enfraquecido. Algumas perspectivas como o pós-modernismo e o feminismo, tencionaram as RI para reconhecer que desde a criação da área, havia pouco do que se orgulhar em relação a defesa de conhecimentos e métodos basilares do campo, pois estes não estavam aliados a um legado de inclusão e justiça. Esse foi o sinal que as feministas, nosso principal foco de consideração aqui, precisavam para impulsionar ainda mais o trabalho político que já vinham fazendo.

Muito antes, mas, principalmente, a partir da I Conferência Internacional sobre os Direitos da Mulher de 1975⁹, realizada no México, as ativistas e teóricas feministas das RI

⁸ Ruanda foi um caso emblemático que elevou os debates sobre violência contra a mulher e a questão do estupro como arma de guerra. Para uma leitura mais profunda sobre o assunto ver Susan Brownmiller (1975), Yuval-Davis, (1997), Laura J. Shapperd (2007).

⁹ As Conferências Internacionais sobre os direitos das mulheres foram marcos históricos importantes para a luta feminista. A primeira conferência teve o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz” e aprovou um plano de ação

demonstraram que já não era mais possível pensar sobre a política mundial sem que a presença e a atuação delas fossem notadas. Um bom exemplo disso é que a Revista Millennium (Jornal de Estudos Internacionais), periódico da Universidade de Economia e Ciência Política de Londres, publicou uma edição especial em 1988, intitulada “Mulheres e Relações Internacionais” (Millennium: Journal of International Studies, 1988). Essa foi a primeira vez que um importante periódico das RI reservou um espaço de destaque para expor trabalhos voltados ao tema das mulheres na área. Esse volume teve contribuições de autores e autoras tais como Fred Halliday, Jean Bethke Elshtain, Sarah Brown e Judith Ann Tickner.

Em 1990, outro marco para os avanços dos feminismos nas RI foi a inauguração de uma nova seção na Associação de Estudos Internacionais (International Studies Association – ISA), voltada para a teoria feminista e estudos de gênero nas Relações Internacionais. Segundo a ISA (2024), naquela época o número registrado de membros na seção era de 23, mas depois de vários anos ocupando um espaço marginalizado na maioria dos painéis e discussões da associação, pesquisadoras como Christine Sylvester e V. Spike Peterson se uniram para reestruturá-la, tornando-a capaz de oferecer a devida atenção às discussões feministas nas RI (ISA, 2024). Então, podemos nos perguntar, o que significou esse avanço dos estudos feministas nas Relações Internacionais? De forma abrangente é possível inferir que significou a inclusão de diferentes realidades, subjetividades, epistemologias e corpos para se pensar o Internacional. As feministas não só reanalisaram e/ou “desconstruíram” conceitos clássicos e teorias das RI, elas introduziram também novas formas de teorização e conceituação, pautadas na análise do poder, do discurso e da linguagem. Para Possas e Reis (2010), isso fez com que os analistas de RI pudessem ser capazes de entender as relações de poder envolvidas na produção do conhecimento, estimulando-os a se questionarem o “para quem, para onde, porque e com que propósito” determinada teoria e/ou ciência é produzida.

A cientista política e teórica feminista norte-americana, Judith Ann Tickner (2005) esclarece que os primeiros trabalhos feministas em RI eram investigações que buscavam

norteador das diretrizes de governos e da comunidade internacional entre 1976-1985. Em 1980, em Copenhague, a II Conferência Mundial da Mulher fez um balanço das metas propostas anteriormente e teve como foco “Educação, Emprego e Saúde”. A III Conferência Mundial ocorreu em 1985 na cidade de Nairóbi — Quênia — com tema central “Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000” e vários compromissos foram firmados. O destaque fica para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher que ocorreu em 1995 em Pequim, na China, com o tema “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”. Dessa conferência surgiu a “Plataforma de Ação de Pequim”, importante documento internacional que afirmou os direitos das mulheres como direitos humanos e indicava ações específicas para garantir o respeito a esses direitos pela comunidade internacional (Conferências Mundiais da Mulher, 2023).

compreender o modo como as instituições internacionais estruturam, moldam e reproduzem a desigualdade entre homens e mulheres e, ao mesmo tempo, como as instituições são sustentadas por esta mesma desigualdade. As pesquisas versavam acerca das mulheres nas forças armadas, sua inserção na política internacional e economia global, mas a partir do momento que se tornaram sensíveis aos contextos sociais, políticos e econômicos dos sujeitos e suas sociedades, logo avançaram em temas e abordagens (Tickner, 1997). Ao exporem que o comportamento dos Estados no sistema internacional foram — e são — construídos de relações estruturais desiguais, as feministas colocaram em voga a noção de que o estudo da política era um conhecimento público, quando, na verdade, era público apenas para os homens.

Elas não iriam mais aceitar serem atreladas somente aos aspectos privados da vida social como o lar, filhos e família, portanto, deixaram claro que as questões de gênero eram e são imprescindíveis para o estudo do Internacional. Limites epistemológicos e metodológicos muito rígidos não seriam capazes de retardar o avanço que as feministas internacionalistas tinham conquistado. Segundo Tickner (1997), o ímpeto pela mudança fez com que as Teorias Feministas, ao serem incorporadas no campo das Relações Internacionais, fossem frequentemente, mas não exclusivamente, alocadas nas caixas teóricas pós-modernas, pós-iluministas, pós-positivistas ou mesmo na teoria crítica. Esse jogo de classificação, muito presente no discurso dos teóricos clássicos quando se referiam às contribuições feministas, surgiam — e ainda hoje surgem — quando as teorias ortodoxas às quais eles estavam associados, eram contrapostas pelas críticas feministas. Para Tickner (1997), isso demonstrava uma relutância da parte deles em aceitarem as produções feministas, como também causavam mal-entendidos interpretativos que dificultavam a comunicação entre as partes.

Abrindo um pequeno parêntese, temos que a associação dos trabalhos feministas com o pós-positivismo e/ou pós-modernismo, vem do compromisso que essas correntes possuem com o pluralismo epistemológico e com certas sensibilidades ontológicas (Tickner, 1997). As teorias feministas não só absorveram essas características, como também se apoiaram no uso de hermenêuticas que levam em consideração o contexto histórico, aspectos humanísticos e filosóficos de acumulação de conhecimento, ao invés daquelas baseadas nas ciências naturais, empiristas e racionais como era característico das RI. Alguns parágrafos acima elencamos essa questão com os argumentos de Steve Smith (1996) e Sylvester (2004). Entretanto, esse formato diversificado e plural de produzir conhecimento não significa que muitas feministas não vejam regularidades estruturais em seus objetos de análise. Tickner (1997) é elucidativa nesse sentido, quando diz que ao analisarem questões de gênero, o patriarcado, a violência e o poder, as feministas não só evidenciam os aspectos estruturais dessas categorias como também

apresentam que elas são definidas como construções sociais que variam entre culturas, territórios, no tempo e no espaço. Nada é tido como natural e universal, o que faz das teóricas feministas céticas em relação às metodologias empiristas que reivindicam a neutralidade dos fatos.

Todavia, com os avanços sobre a produção de epistemologias e métodos feministas mais recentes, temos argumentações como a da Cientista Política turco-americana Seyla Benhabib (2018), de que o pós-modernismo seria incompatível com o feminismo. Segundo a autora, o feminismo e o pós-modernismo não formam uma aliança natural porque o pós-modernismo enfraquece a articulação teórica das aspirações emancipatórias das mulheres. Isso se dá devido ao comprometimento dessa corrente teórica com as narrativas modernas da morte do homem, a morte da metafísica e o fim da história, teses que tiveram ampla absorção nas discussões políticas das Relações Internacionais. Interpretando dessa maneira, Benhabib (2018) expõe que a associação do pós-modernismo com o feminismo invalidaria a atuação do feminismo enquanto um movimento de crítica social comprometido com a agência e individualidades dos sujeitos, principalmente das mulheres, e com a reapropriação da história para inserção das narrativas desses sujeitos.

Na mesma linha, a filósofa norte-americana Judith Butler (2018), manifesta que essa tentativa de categorizar os feminismos como parte do pós-modernismo parece surgir de uma insegurança ou, por vezes, um desdém paternalista dos críticos. Para Butler (2018), se houver alguma força ou significado que o pós-modernismo possa causar dentro da teoria social, ou na teoria feminista em particular, talvez seja a partir da crítica que faz às relações de poder. Provavelmente, também por esse motivo, exista um esforço dos “opositores” dos feminismos em domesticar e recusar um conjunto de críticas poderosas intitulando-as como pós-modernas. Porém, essa questão não possui tanta relevância perto das reais preocupações feministas. O mais importante para as feministas é o compromisso com a discussão sobre o poder, o sujeito e a materialidade dos corpos – o sexo – e a interrelação entre esses aspectos (Butler, 2018). Questões que veremos mais a fundo nos próximos capítulos desta dissertação. Ainda que Butler (2018) e Benhabib (2018) divirjam bastante em relação a forma de compreender o que constitui o pós-modernismo e as características principais de se conduzir o debate feminista, ambas estão alinhadas com o pensamento de que certas classificações ou aproximações são feitas de forma muito rasa, expondo a falta de conhecimento de determinados críticos acerca do que se propõem os feminismos.

De modo mais conciliador, Nancy Fraser (2018) acredita que precisamos cultivar um espírito eclético para adotar concepções teóricas que permitam vários tipos de críticas, assim

como a geração de novas significações emancipatórias. Essas concepções precisam nos permitir a articulação de vários âmbitos e aspectos da sociedade. Análises de discurso e economia política, estudos de esferas públicas e de aparatos de Estado, genealogias de categorias dos historiadores e relatos de contestação de sujeitos que foram silenciados por muito tempo. Mais do que isso, as concepções ou classificações teóricas que escolhermos devem nos permitir teorizar a intersecção de gênero, raça/etnicidade, sexualidade, nacionalidade e classe, em todas as arenas socioculturais (Fraser, 2018). Algo que vem sendo feito com maestria pelas feministas do movimento negro e estudos raciais, pelas teóricas *queers* com o aprimoramento dos debates sobre corpo e sexualidade, e por aquelas que fazem análises decoloniais, em diversas áreas das ciências. Poderíamos citar aqui uma lista enorme de nomes, mas é muito provável que muitos deles apareçam ao longo deste trabalho. Independente das categorizações teóricas, esses/as autores/ras buscaram novas formas de resolver problemas e disputas teóricas, usando a epistemologia como uma linguagem libertadora.

Finalizando esse parêntese sobre o fetiche intelectual de onde alocar as teorias feministas, voltamos ao argumento de Tickner (1997) que diz respeito à forma como as feministas das Relações Internacionais constroem suas abordagens à teoria internacional. Conforme a autora disserta, é muito comum que elas recorram a uma variedade de tradições filosóficas e literárias de fora das RI e da Ciência Política, aspecto no qual a maioria dos acadêmicos de RI é treinado, dada a forma como este campo disciplinar foi estruturado. Então, essa busca por abordagens de outras áreas, por parte das feministas, segue o interesse delas em encontrar o que acreditam ser metodologias mais adequadas para compreenderem a construção social e a manutenção das hierarquias sexuais dentro da disciplina e nos seus objetos de análise. A análise feminista propõe que as formas de conhecimento não estão dissociadas das suas consequências políticas, portanto o pesquisador também é colocado no mesmo plano crítico que seu objeto de estudo. Em muitos momentos, isso potencializou os desconfortos com aqueles que continuavam a descreditar as feministas, visto que frequentemente rotulavam tais afirmações de conhecimento como relativistas e sem objetividade (Tickner, 1997).

Segundo Nathan da Silva Rosário (2021), o estudo do Internacional que previa a centralidade do Estado enquanto categoria de análise, deixava de fora diversas dimensões do social, principalmente sujeitos e seus corpos. Ao serem incorporadas à disciplina, as Teóricas Feministas demonstraram que o corpo do sujeito, suas marcações identitárias, o corpo político do Estado-nação, são centrais para as Relações Internacionais. As concepções que elas trouxeram abarcavam tanto as reflexões subjetivas como materiais, o que as auxiliaram nas definições de abordagens, epistemologias, métodos e correntes teóricas. De acordo com

Mariana Garcia Tabuchi e Amélia do Carmo Sampaio Rossi (2023), as epistemologias ou teorias do conhecimento¹⁰ são fundamentais para que pesquisadores e intelectuais tenham noção de quem ou quais estruturas validam temas, saberes e paradigmas nas ciências. São as concepções epistemológicas das teorias que nos fornecem o aparato necessário para questionarmos tipos de conhecimentos e validá-los (ou não) como parte de uma produção científica. Uma das principais características da Teoria Feminista é a capacidade intrínseca de reavaliar epistemologias e métodos nas ciências, com o intuito de expor o papel que as diferenças de gênero desempenharam e continuam a desempenhar, nas estruturas e no nosso sistema social (Tabuchi e Rossi, 2023). Nas Relações Internacionais:

“Como Sandra Harding (1991:123) nos diz, a teoria feminista tem a importante tarefa de tornar estranho o que antes parecia familiar ou de nos desafiar a questionar o que até então parecia “natural”. Nas relações internacionais, isso envolveu um exame das pressuposições e dos conceitos básicos do campo, considerados não problemáticos - e neutros em termos de gênero - pelos teóricos internacionais convencionais” (Tickner, 1997, p. 623)¹¹.

Isso quer dizer que as revisões elaboradas pelas feministas não só reconfiguram teorias clássicas e conceitos, como remodelam o campo das Relações Internacionais em termos ontológicos, epistemológicos e metodológicos (Mendes, 2021). Por isso, produzir análises pautadas nas abordagens das Teorias Feministas¹² nas RI é tanto uma questão política quanto metodológica. Para Lúcia Maria Viana Possas e Sarah de Freitas Reis (2010), a perspectiva feminista tem um propósito político claro no estudo das Relações Internacionais, assim como as demais perspectivas no campo, ainda que estas não assumam que o têm. Fazer essa escolha política e teórica, ao falarmos sobre as RI de um ponto de vista, feminista, faz com que joguemos luz a alguns sujeitos e/ou questões em detrimento de outros (Possas e Reis, 2010). E nesse processo, é possível nos desfazermos das certezas epistemológicas sem que isso signifique o fim das fronteiras entre as epistemes. Esse exercício de questionar e reelaborar métodos, teorias e epistemologias é uma forma de assumir um compromisso com a ciência.

¹⁰ De acordo com Patricia Ketzer (2017), “a Epistemologia é a área da Filosofia que se ocupa de estudar o conhecimento (episteme, do grego, conhecimento, logos, estudo). Também denominada Teoria do Conhecimento, ela é uma área central para qualquer campo do conhecimento que busque fundamentar seus métodos e justificá-los” (Ketzer, 2017, p. 96).

¹¹ No original: “As Sandra Harding (1991:123) tells us, an important task of feminist theory is to make strange what has previously appeared familiar, or to challenge us to question what has hitherto appeared as “natural.” In international relations, this has involved an examination of the basic assumptions and concepts of the field, taken as unproblematic-and gender-neutral-by conventional international theorists” (Tickner, 1997, p. 623).

¹² Iremos nos referir no decorrer deste trabalho, assim como com os feminismos, à Teoria Feminista no plural, Teorias Feministas, pois como exposto nos 37 verbetes de autoras brasileiras em Galetti e Rivetti (2023), os feminismos apresentam diversas teorias e vertentes e gostaríamos de explorar essa multiplicidade.

Nós, enquanto teóricas feministas, não pretendemos dar respostas a todas as questões das Relações Internacionais, pelo contrário, buscamos fazer outros tipos de perguntas para que seja possível dar conta da realidade internacional de uma forma mais plural.

Veremos no subtópico seguinte que essa jornada por outros questionamentos, levou as feministas a ampliarem as discussões acerca das desigualdades sexuais com a inserção do conceito de gênero. Para o professor espanhol de Relações Internacionais, José Antonio Sanahuja (2018), o conceito de gênero como instrumento analítico desenvolvido nos termos da historiadora norte-americana Joan Scott (1995), ganhou espaço e adesão nas RI ao somar-se às perspectivas feministas mais críticas, ressaltando a relevância da natureza histórica e contextual dos sujeitos para além da realidade social intersubjetiva. Tornou-se um divisor de águas para as Teorias Feministas e das Relações Internacionais, ao quebrar a noção de uma neutralidade de gênero no campo. Assim, as pesquisas apoiadas nas teorias de gênero elaboraram avanços cada vez mais significativos dentro da disciplina.

1.2 Incorporando o conceito de gênero às Relações Internacionais

Quando as feministas estabeleceram os parâmetros estruturais de suas teorias, a crítica ao status do sujeito universal tornou-se um dos artifícios essenciais encontrados por elas para expor a lacuna acerca das desigualdades entre indivíduos na política e nas ciências. De início, elas confrontaram o sujeito masculino, universal, levando em consideração que o sujeito dos femininos seria o oposto complementar, as mulheres. Todavia, uma gama de críticas pontuava que a categoria *mulheres* universaliza as experiências destas em um conjunto homogêneo, criando a falsa sensação de que a história do mundo era constituída separadamente pelas experiências de homens e mulheres (Scott, 1995). Como parte do esforço feminista de atualizar suas próprias definições, e com o avanço dos estudos sobre sexualidade, as teses passaram a rebater a lógica biologizante da organização do mundo social e a categoria “mulheres” foi revista, dando lugar ao conceito de Gênero.

Em seu artigo originalmente publicado em 1986, a historiadora norte-americana Joan Scott relata que o conceito de Gênero¹³ foi escolhido para rejeitar o determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” entre os trabalhos das

¹³ O conceito de gênero já era bem articulado em áreas como Antropologia, Filosofia e Psicanálise, antes de chegar às Relações Internacionais. Entretanto, vale ressaltar que o trabalho de Joan Scott é mencionado de forma ampla entre as pesquisas feministas como aquele que teve um papel fundamental na consolidação dos Estudos de Gênero e das Teorias Feministas nas RI.

historiadoras feministas norte-americanas da década de 80 e 90 (Scott, 1995)¹⁴. Elas enfrentaram o desafio de reconciliar a teoria com a história, sublinhando o gênero como um conceito que comporta tanto os aspectos relacionais das definições normativas de feminilidade quanto uma noção mais ampla para o nosso vocabulário analítico. Não só isso, como demonstraram que o estudo da história política e social precisava levar em consideração a existência de mulheres e homens de forma simultânea. Para a autora:

[...] o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.⁷ Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 1995, p. 75).

Portanto, utilizar o conceito de gênero como instrumento de análise permitiu que as pesquisas feministas abordassem não só as desigualdades sociais sofridas pelas mulheres, mas a pluralidade de sujeitos cruzados por mecanismos de poder. Forneceu as bases para que elas fossem capazes de expor e destrinchar os discursos e pressupostos sociais que moldavam percepções e comportamentos dos indivíduos e das instituições políticas. Em tempos mais recentes, o gênero ainda é um conceito em disputa, possuindo diversas abordagens e definições criadas para melhor agregar as dimensões das pesquisas feministas. Todavia, existe um outro lado dessa disputa que tem tanto associado os feminismos e o gênero com linhas menos progressistas do pensamento político-social, quanto os colocado no espectro da demonização¹⁵.

Já no que se refere a trajetória do conceito de gênero nas Relações Internacionais, esta acontece concomitantemente ao avanço dos movimentos feministas e das teorias feministas. Como argumentamos na seção anterior, as feministas enfrentaram muitos obstáculos nas RI até que conseguissem apresentar suas contribuições. Falar de mulheres foi um trabalho complexo que demandou muito esforço dessas autoras e isso não mudou quando elas passaram a incorporar o conceito de gênero. Na verdade, os mal-entendidos se apresentaram ainda maiores. De acordo com o internacionalista britânico Fred Halliday (2007) — um dos poucos homens considerado “cânon” do campo a abordar sobre os feminismos e os debates de gênero —, o

¹⁴ O texto original foi publicado sob o título “Gender: a useful category of historical analysis” em 1986 pela revista *The American Historical Review*. No Brasil, foi traduzido em 1990 do francês para o português pela revista *Educação e Realidade* e novamente em 1995 pela mesma revista, mas a partir do texto original em inglês, para o português.

¹⁵ Esse debate pode ser mais bem compreendido pela obra “*Quem tem medo do gênero*” de Judith Butler (2024) e “*Um feminismo decolonial*” de Françoise Vergès (2019).

estudo acadêmico do internacional acompanhou diversas transformações políticas, econômicas e sociais que ocorreram ao redor do mundo. Entretanto, mesmo que o campo tivesse absorvido uma gama de discussões, dada às novas dinâmicas históricas, até o final da década de 80 o campo teórico das Relações Internacionais se mostrou uma exceção quanto à crescente conscientização acerca das questões de gênero. Essa “cegueira”, advinha da suposição dos internacionalistas na separação entre as duas esferas, a de gênero e a das relações internacionais (Halliday, 2007).

A interpretação dessa relação dicotômica, presumia que os escritos acadêmicos das relações internacionais seriam pouco ou nem chegariam a ser afetados pelas questões relacionadas às mulheres. Então, para os estudiosos do campo seria possível estudar o desenvolvimento das relações entre os Estados sem mencionar as questões de gênero, implicitamente apoiando a tese de que os processos internacionais seriam neutros em gênero (Halliday, 2007). Tickner (1992) discordava dessa percepção, contra-argumentando que o campo e o estudo das relações internacionais não se consideravam neutros em gênero. O gênero enquanto categoria de análise não era irrelevante para os assuntos dos quais as RI eram responsáveis. Na prática, sua ausência estava associada ao fato de o campo ser extremamente masculinizado e seu funcionamento baseado em relações hierárquicas que ocultavam as dinâmicas de gênero, como aquele ditado de que “o que não é visto não é sentido”. Quando Tickner, Enloe e Elshtain estenderam o desafio de Scott (1995), de reescrever a história e rejeitar os determinismos biológicos, para o campo das Relações Internacionais, elas detectaram imediatamente a associação aparentemente óbvia da política internacional com as características masculinas hegemônicas e um conjunto de oposições binárias hierárquicas constituintes da área. Elas pontuaram que conceitos e analogias como Guerra e Paz, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, Estados fortes e fracos, político e privado, à primeira vista até poderiam não transparecer as dinâmicas desiguais de gênero, mas isso porque as lentes que os observavam possuíam um alcance muito curto. A partir do momento que se desenvolve uma sensibilidade, a sensibilidade feminista, é possível ir além daquilo que está posto.

Ao falarmos das abordagens que levam em consideração as relações de gênero, devemos esclarecer também que estas não são restritas a uma questão de identidade. Para a pesquisadora britânica Jill Steans (2013), práticas e instituições sociais, nas suas mais diversas acepções, reproduzem e incorporam as questões de gênero. Isso acarreta a definição e/ou imposição do que seriam as características “corretas” para comportamentos masculinos e femininos. Mais uma vez, estabelece noções de superioridade e inferioridade, vinculando o gênero a padrões de dominação. Em Relações Internacionais isso se traduz em noções estereotipadas sobre sujeitos,

Estados e culturas alocadas no “exterior”. Esse exterior para os internacionalistas é definido enquanto o Internacional, com seu caráter anárquico, defendido por meio da acumulação e do uso racional do poder, mas que é construído por um discurso político e possivelmente estereotipado (Tickner, 1992). Não só nas RI, mas, “a maneira pela qual somos ensinados a pensar sobre política internacional é bem semelhante à forma pela qual somos socializados para entender as diferenças de gênero” (Tickner, 1992, p. 10)¹⁶. Sendo assim, corremos o risco de perpetuar preconceitos, relações de dominação e subordinação, quando ignoramos as hierarquias de gênero e a sua relevância para as análises acerca do poder e da política.

Esse discurso sobre o Internacional dá espaço para estabelecer uma relação de alteridade que ao invés de aceitar as diferenças, exacerba-as e transforma mulheres, pessoas não brancas, estrangeiros, no “outro”. Tais grupos são frequentemente retratados, seja no discurso político ou na literatura, como irracionais, emocionais e instáveis, características que o patriarcado tem atribuído como intrínseco às mulheres. É a partir daí que o conceito de Gênero surge, proporcionando um leque maior de opções para as feministas das RI serem capazes de remapearem conceitos, teorias, relações de poder, abrangendo terrenos geopolíticos em constante mudança. Parte desse avanço foi impulsionado pela inserção da Linguística nas RI, como exposto pela professora brasileira Erica Simone Almeida Resende (2010). Ela argumenta que o sucesso das obras dos linguistas e filósofos como o suíço Ferdinand de Saussure e o austríaco-britânico Ludwig Wittgenstein, nas Ciências Sociais, contribuíram para que novos paradigmas fossem levados em consideração nas RI. Com as contribuições destes e demais autores da filosofia e da linguística, o estudo do “social” no campo pôde ser compreendido tanto pela natureza da linguagem e dos processos de produção de significados, quanto pela noção da realidade como resultado de uma complexa prática de construção entre os objetos e seus significados sociais (Resende, 2010).

Essas concepções deram ênfase no papel dos discursos nas análises políticas e esclareceram que há um rompimento com a naturalidade dos fatos, abrindo espaço para observarmos o caráter contingente e artificial de determinados significados. Para a autora, as verdades pré-definidas perdem sentido e o senso comum é posto à prova. Das considerações ponderadas por ela em relação a esse movimento da “Virada Linguística”, surge uma série de elementos importantes para a área de RI:

¹⁶ No original: [...] the way in which we are taught to think about international politics closely parallel the way in which we are socialized into understanding gender differences. To ignore these hierarchical constructions and their relevance to power is therefore to risk perpetuating these relationships of domination and subordination (Tickner, 1992, p. 10).

(1) a caracterização da linguagem como constituinte de realidades, sujeitos, identidades e interesses, o que exclui a possibilidade de uma verdade objetiva além das representações linguísticas às quais fazemos referência; (2) a concepção de linguagem como prática social e política para transformação ou conservação, no mais das vezes, da ordem social; (3) o reconhecimento das formas pelas quais os discursos reprimem diferenças e naturalizam hierarquias; e (4) o fato de que a busca pela emancipação requer a contestação e a resistência aos discursos dominantes (Resende, 2010, p. 64).

Tais implicações, fizeram com que autores/autoras, professores/professoras, incentivassem os estudantes de Relações Internacionais a darem mais atenção à linguagem e a forma como as palavras tanto afetavam quanto refletiam a realidade. O novo movimento apresentou a possibilidade de deslocar o foco das análises materialistas, para as subjetivas, interpretativas e conceituais (Resende, 2010). Essa característica auxiliou na absorção dos debates feministas e de gênero, dada as preocupações compartilhadas com as dimensões relatadas acima. A partir desse giro linguístico e sociológico nas Relações Internacionais, as contribuições de autores renomados como Michel Foucault e Judith Butler foram incorporadas e difundidas. Ambos tiveram uma circulação abrangente entre as feministas da área e para o campo no geral, por pontuarem sobre sexualidade, poder, violência, gênero, política e demais tópicos, alargando cada vez mais o mar de temas pelos quais as RI poderiam navegar.

Nesse sentido, a permeabilidade do filósofo francês nas teorias feministas do campo está associada principalmente com as suas contribuições acerca do status ontológico e epistemológico das categorias, sexualidade, poder e sujeito. Em “*A história da sexualidade*”, Foucault (1988) aborda diversas questões relacionadas aos mecanismos que historicamente reprimem e controlam as sexualidades. Também acrescenta ponderações sobre os papéis do poder soberano e as novas formas de travar guerras. Em seus termos, se levarmos em consideração os desdobramentos políticos a partir do século XIX, não estamos lidando mais com a existência de conflitos em defesa de uma identidade institucional soberana. Agora são realizados massacres, guerras, bombardeios, em nome da existência dos grupos humanos, de “todos”. Nessa lógica, as tecnologias da guerra se voltam para a destruição em massa, a partir de decisões que podem garantir ou não a vida de populações inteiras. Isso significa que “o poder de expor uma população à morte geral, é o inverso do poder de garantir a outra sua permanência em vida” (Foucault, 1988, p. 129). O princípio norteador torna-se o “poder matar para poder viver” e tem sido muito bem utilizado pelos Estados, reconfigurando suas bases não mais a partir da noção jurídica, mas sim de uma “bio-lógica” soberana, situando o poder ao nível da vida.

Esse raciocínio de Foucault (1988) instigou muitos pesquisadores a refletir que as decisões tomadas pelo Estado ou por aqueles que o compõem, revelam que seus atos produzem resultados capazes de ir além do seu campo de ação. Abriu espaço para o diálogo referente à construção da noção de sujeito e agência, demonstrando que estes poderiam ser vistos como produzidos por atos de poder, moldados pelas técnicas políticas e conhecimentos aplicados a eles (Mendes, 2021). Unindo essas concepções com o trabalho das feministas, temos a produção de análises preocupadas em destacar como sujeitos são constituídos e constroem hierarquias de gênero e relações de poder. Tributária do pensamento de Foucault, em *“Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade”*, Judith Butler (2019) aborda uma genealogia crítica do conceito de Gênero, rompendo o binarismo entre natural e social, sexo e gênero e incorpora a ideia de gênero como performativo. Para ela, a performatividade está associada ao fato de a linguagem produzir sentido e trazer o fenômeno à existência, sendo este poder da linguagem nomeado de performativo. Em um trabalho mais recente, *“Corpos em Aliança e a Política das Ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia”*, Butler (2019) agrega à discussão do gênero performativo a noção de que ele chega inicialmente a nós como um conjunto de normas de outras pessoas. O gênero faz parte dos nossos corpos como algo quase fictício e, ao mesmo tempo, co-constitutivo da nossa formação e dos outros.

Seus argumentos são transportados para as Relações Internacionais de acordo com a pesquisadora brasileira Isadora Xavier do Monte (2010) por considerar o gênero e outras categorias associadas à sexualidade como masculinidades, importantes para refletir sobre a política. Quando Butler fala de performances, práticas reguladoras e construção de identidades, ela está falando também de práticas discursivas, “o que oferece à ideia da “heterossexualidade compulsória” o poder de construir a coerência entre gênero, sexo, desejo e prática sexual (Monte, 2010, p. 14). Consideramos que todas essas noções perpassam a política e o poder que rege as interações no campo do Internacional, por isso o gênero se coaduna em um conjunto de outros conceitos. Butler e Foucault proporcionaram as bases para produzirmos discussões na área que não reproduzem os discursos pré-definidos das teorias hegemônicas e de correntes feministas que não se mostravam plurais, como o feminismo liberal. Os dois autores ofereceram uma noção mais ampla das normas que definem o humano na política, expondo que nesse jogo existem versões do humano que são levadas em consideração, em detrimento de outras. A existência dessa distinção entre humanos também expande o campo do não humano, conforme a vontade daqueles que constroem as normas políticas (Butler, 2019a).

Vale ressaltar, uma outra correlação conceitual e teórica que estes autores apresentam, que se tornou muito cara às feministas e aos estudos de gênero em RI, consiste na tentativa de

compreender as formas pelas quais a atuação e performance do corpo, ou seja, as experiências da corporificação, do corpo vivido, podem ser consideradas uma interface do sujeito e da política, algo que veremos de forma mais aprofunda no capítulo 2.

Dessa maneira, as contribuições desses autores somaram-se a um conjunto denso de outros trabalhos e em poucas décadas, as feministas encontraram seu caminho dentro da disciplina. Nem todas optaram por romper com as normas e teorias clássicas instituídas, mas as que fizeram auxiliaram a redimensionar as discussões no campo das Relações Internacionais outra vez. Para a pesquisadora Diana Thorburn (2000), após o fim da II Guerra Mundial, as produções feministas passaram a ter o foco no Direito Internacional e mantiveram as preocupações com questões de Segurança e Desenvolvimento. O cenário global deu a elas a chance de condensar mais aquilo que já vinham construindo, definindo a agenda feminista e de Gênero nas RI. As preocupações teóricas iniciais e essa nova abertura temática possibilitaram a classificação dos trabalhos como parte do que o campo considera ser as chamadas Relações Internacionais Feministas. A autora argumenta que no início dos anos 2000, a inserção do Gênero como categoria de análise passava a imagem de que este estava cada vez mais enraizado no campo. E arriscou complementar que a partir daquele momento, nos principais programas dos EUA e da Europa, as RI Feminista estavam em processo de se estabelecer plenamente como um subcampo aceito e legítimo das relações internacionais em toda a academia.

Thorburn (2000) acredita que em Relações Internacionais, Gênero se refere:

[...] à complexa construção social das identidades de homens e mulheres. O gênero não reflete simplesmente ou necessariamente as características biológicas de uma pessoa, mas sim noções culturalmente específicas dos comportamentos de homens e mulheres, especialmente em relação uns aos outros. Fundamental no discurso sobre gênero é a noção de poder e a dinâmica de poder entre os gêneros. Uma abordagem feminista, portanto, tem como objetivo revelar as dimensões de gênero das teorias, estruturas e ações; no contexto das relações internacionais, isso equivale a uma abordagem epistemológica de questionamento da teoria das relações internacionais e, ao fazê-lo, coloca e/ou traz à tona as questões de gênero e das mulheres na política externa e na arena internacional mais ampla (Thorburn, 2000, p. 02).¹⁷

Assim, o gênero seguia como o principal elo das discussões feministas entre os subcampos da área. Segundo Carol Miller e Shahra Razavi (1995), no âmbito da Economia

¹⁷ No original: “[...] to the complex social construction of men’s and women’s identities. One’s gender reflects not simply or necessarily even one’s biological characteristics, but rather culturally specific notions of men’s and women’s behaviors, particularly in relation to each other. Fundamental in the discourse on gender is the notion of power and the power dynamics between genders. A feminist approach, then, aims to reveal the gendered dimensions of theories, structures, and actions; in the context of international relations, this amounts to an epistemological approach of interrogating international relations theory and, in so doing, placing and/or bringing to light women’s and gender issues in foreign policy and in the broader international arena (Thorburn, 2000, p. 02).

Política Internacional, o uso do gênero como instrumento de análise é atribuído mais diretamente aos movimentos Mulheres e Desenvolvimento (*Women in Development* - WID) e Gênero e Desenvolvimento (*Gender and Development* - GAD), elaborados na década de 1970 por uma rede norte-americana de defensoras do desenvolvimentismo. Estas demandavam justiça social e equidade para as mulheres, frente às principais Organizações não Governamentais (ONG) e Organizações Internacionais (OI). Elas perceberam que a deterioração da posição das mulheres na sociedade acontecia mesmo com o avanço da modernização. Assente a isso, com as críticas feministas à categoria Mulheres, elas absorveram o uso do termo Gênero e renomearam o movimento. Portanto, o estudo da disciplina de Economia Política Internacional em RI, a partir do ponto de vista feminista, buscou levar em consideração as dimensões de gênero da globalização econômica, o ajustamento neoliberal e as políticas de desenvolvimento (Thorburn, 2000). Um dos focos principais era discutir a proposição do Estado como um potencial centro de poder masculino, reprodutor das hierarquias de gênero e analisar as suas barreiras burocráticas à igualdade de gênero. Referente às políticas de desenvolvimento com a preocupação nas desigualdades de gênero, houve uma difusão ampla do tema nos considerados países de Terceiro Mundo¹⁸, cujas relações internacionais seriam compostas principalmente por questões de comércio, apoio ao desenvolvimento e a erradicação da pobreza (Thorburn, 2000).

Nos Estudos de Segurança Internacional, os primeiros trabalhos feministas, já citados anteriormente, mais voltados para as análises da Guerra e da inserção do gênero, adotavam análises multidimensionais e multiníveis. Estavam preocupados com as possíveis abordagens emancipatórias e comprometidas com a observação da violência física e estrutural contra indivíduos e grupos marginalizados (Santos, 2015; Elshtain, 1987; Buzan e Hansen, 2012). A brasileira Cláudia Santos (2015) considera que as abordagens geralmente eram de baixo para cima e davam muito valor às experiências vividas pelos sujeitos, demonstrando que a proteção das vidas, com destaque para as das mulheres, deveriam ser uma preocupação para o campo. A autora pontua que as pesquisas também tratavam dos estereótipos de segurança, como a ideia de que o Estado seria o único protetor dos indivíduos e não o perpetrador das violências, além da suposição de que os homens eram os únicos na linha de fogo da guerra, e as mulheres ficavam

¹⁸ Essa designação atualmente está em desuso. Convém utilizar a classificação “Sul global”, que se refere aos países antes classificados como pobres e/ou “em desenvolvimento” em contraposição aos mais ricos. Como exposto por Ballestrin (2020), o Sul Global não deve ser visto como um conjunto de países não desenvolvidos e não modernos, localizados nas regiões do globo que foram colonizadas. O Sul global é uma identidade geopolítica que reivindica um caminho diferente de pertencimento aos países que fogem da lógica centro/periferia, desenvolvidos/não desenvolvidos, no sistema e na sociedade internacional (Ballestrin, 2020, online).

em seus lares à espera deles (Santos, 2015). Atualmente, uma quantidade significativa de trabalhos tem se debruçado sobre a participação das mulheres nos conflitos armados, a revisitação dos crimes de guerra contra grupos étnicos e as práticas que vulnerabilizam mulheres e crianças, entre outras abordagens¹⁹.

Nesse sentido, temos a noção de que os estudos das questões de Gênero nas Relações Internacionais devem estar atentos à forma como os padrões de gênero mudam ao longo da história, já que estes mudam significativamente. Como exposto pela socióloga australiana, Raewyn Connell (2015), os arranjos de gênero são produzidos ativamente, em novas esferas, à medida que novos padrões vão ganhando forma. Existem setores da indústria, do conhecimento, de diversas áreas, que claramente ainda mantêm estruturas e mecanismos perpetradores das desigualdades de gênero. Mas, a condução das mudanças relativas à superação das desigualdades e a incorporação das discussões de gênero são inerentemente um processo político, e neste processo, assim como fizeram as Feministas das RI, devemos ter em mente a direção tomada pelo pêndulo do poder. Superar as normas que tentam nos reduzir é uma batalha árdua. O caráter genderizado da economia mundial, do sistema político contemporâneo e dos saberes científicos não é acidental (Connell, 2015). Antes, eles resultam de uma longa tradição de relações de poder genderizadas que fazem parte das estruturas institucionais de determinadas sociedades. E, existe uma história de muita luta por trás de qualquer conquista encabeçada pelas feministas, porque nenhum destes arranjos foi instituído sem conflito (Connell, 2015).

1.3 Aportes epistemológicos e metodológicos feministas para as Relações Internacionais

Segundo a professora de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Vanessa Oliveira Batista Berner (2017), quem transita de forma superficial pelos feminismos pode encontrar uma aparente desordem teórica e conceitual. Isso talvez seja derivado da pouca compreensão acerca da sensibilidade ideológica das feministas sobre os fatos sociais, porque suas teorias buscam abordar a realidade de forma crítica, com o intuito de desconstruí-la e reconstruí-la. As feministas partem de uma perspectiva que redireciona os grupos marginalizados ou excluídos para o caminho da emancipação, ainda que a pressão do sistema patriarcal seja pujante sobre eles. Os feminismos então se situam em uma perspectiva não instituída, mas instituinte, em um território composto por muitas vozes que ecoam e se cruzam. São, portanto, um compromisso teórico e político “apoiados em dois aspectos fundamentais: a

¹⁹ Recomendamos a leitura de Hansen (2000) e Aleksievitch (2016).

análise e denúncia dos efeitos que as instituições, políticas e ideias projetam sobre o bem-estar e oportunidades em determinados contextos (em que se situam as mulheres); e com o conjunto de reflexões e ações orientadas a corrigir a situação de subordinação, desigualdade e opressões de gênero” (Berner, 2017, p. 37). Ao consistir nessa luta por políticas organizadas, travando a busca pela garantia de direitos como pauta basilar, os feminismos acabam criando uma densa rede de produções epistemológicas e metodológicas voltadas à compreensão das opressões de gênero. Mas, embora seja óbvio que nem todas as mulheres são feministas e que nem todas as Teorias Feministas partem do mesmo plano de observação crítico, é importante apresentarmos as nuances que diferenciam os tipos de abordagens utilizadas nos trabalhos mais contemporâneos.

Como observou Tickner (1992), nas Relações Internacionais, a pluralidade das Teorias Feministas é refletida nas várias tradições e paradigmas disciplinares que as compõem. Muitas delas se baseiam em, mas vão além de, algumas das perspectivas que fazem parte das RI como Liberalismo e Construtivismo. No livro organizado por Tim Dunne, Milja Kurki e Steve Smith, intitulado *“Teoria das Relações Internacionais: Disciplina e Diversidade”*²⁰, Judith Ann Ticker e Laura Sjoberg (2013) escrevem uma seção voltada ao feminismo na área, expondo como as diferentes abordagens utilizadas ainda que discordem dos motivos, estão tentando entender a subordinação das mulheres e compartilham o interesse pela igualdade de gênero/emancipação de gênero. Neste mesmo texto, as autoras, com um interesse mais pedagógico, elencam cinco abordagens teóricas feministas que tem tido uma vazão interessante nas Relações Internacionais: as perspectivas Liberais, Críticas, Construtivistas, Pós-estruturalistas e Pós-coloniais. Cada uma delas é composta por especificidades próprias e autoras/autores importantes. É evidente que nem sempre há consenso quando a questão é a tentativa de encaixar um trabalho feminista, no que poderíamos chamar de “caixinhas teóricas”. Tocamos brevemente neste tópico, na seção 1.1, porém aqui optamos por oferecer aos futuros leitores desta pesquisa, um meio mais simples de compreender os possíveis aportes teóricos pelos quais é possível adentrar às temáticas feministas.

Segundo o Tickner e Sjoberg (2013), a perspectiva Feminista Liberal chama a atenção para a posição subordinada das mulheres na política global, investigando as causas dessa conduta dentro de uma estrutura positivista. Os trabalhos nessa linha desafiam o conteúdo, mas não as pressuposições epistemológicas das RI tradicionais e acabam mais preocupados com a presença ou a falta de mulheres em posições de poder. Para Tickner e Sjoberg (2013) essa

²⁰ No original: *International Relations Theory: Discipline and Diversity*.

abordagem foi amplamente criticada pelas outras correntes, haja visto que os seus métodos pareciam inadequados para compreender o que mantinham as mulheres fora das posições de poder e exacerbavam as desigualdades de gênero. Já o Feminismo Crítico, vai além do uso do gênero como variável, explora as percepções ideacionais e materiais das identidades de gênero e do poder de gênero na política global. As mesmas autoras apontam que a maior parte das feministas críticas têm uma forte absorção do trabalho acadêmico de Robert Cox e estão comprometidas com a compreensão do mundo para que seja possível mudá-lo. Elas acreditam que as estruturas históricas da sociedade interagem em determinados níveis e as ideias são capazes de legitimá-las e reorientá-las. E, o Feminismo Construtivista, se concentraria na maneira como as ideias sobre gênero moldam e são moldadas pela política global, pois partem das bases construtivistas da disciplina que consideram a vida internacional como social, sendo os agentes e as estruturas co-constituídos (Tickner e Sjoberg, 2013).

Do outro lado, a linha Pós-estruturalista está centralizada na linguagem e na codificação de seus significados, particularmente preocupada com a relação entre conhecimento e poder. As pesquisas associadas a essa abordagem afirmam que nossa compreensão da realidade é mediada pelo uso que fazemos da linguagem. Tickner e Sjoberg (2013) elencam que em Relações Internacionais isso se aplica a observar as construções linguísticas dicotomizadas, como forte/fraco, racional/emocional, público/privado, civilizado/incivilizado, ordem/anarquia e desenvolvido/subdesenvolvido, para identificar o poder dado ao masculino sobre o feminino. Por fim, as Pós-coloniais observam as relações coloniais de dominação e subordinação que foram estabelecidas pelo imperialismo e afirmam que elas persistem ainda após os processos de independência. Isso se expressa também na forma como o conhecimento no ocidente cria e reproduz uma imagem especialmente estereotipada e inferiorizante dos povos e territórios marcados pela colonização. No que se refere às mulheres, as feministas pós-coloniais tecem muitas críticas às alegações universalistas dos feminismos pautados unicamente nas experiências de mulheres brancas, privilegiadas (Tickner e Sjoberg, 2013)

Na tabela abaixo, elaboramos uma pequena síntese dessas abordagens expostas por Tickner e Sjoberg (2013) e acrescentamos as perspectivas feministas *Queer*, Negra, Marxista, Decolonial, Interseccional, Comunitária e Islâmica. Essas sete outras linhas dentro do feminismo aparecem ao longo desta pesquisa, a partir dos trabalhos das autoras mencionadas e de muitos outros nomes. Nossa leitura de uma gama de contribuições feministas nos permitiu escrever a ideia geral das linhas e fornecer o nome de algumas intelectuais importantes. Obviamente, os seus escritos não se restringem a uma única abordagem, acabam transitando entre elas e os nomes selecionados não são as únicas possíveis referências para representar as

linhas feministas expostas, muitos outros poderiam estar presentes. Uma questão interessante que vale menção aqui é que, entre nós internacionalistas, é comum ouvirmos que muitas das autoras mencionadas não seriam referências e/ou leituras básicas para as Relações Internacionais, principalmente no Brasil, porque supostamente suas teorias não se debruçam sobre o Internacional. Entretanto, consideramos os trabalhos realizados por elas como de grande importância para as RI, dada a sensibilidade teórica delas, pondo os sujeitos e seus corpos à frente da política seja nacional ou internacional.

Tabela 1- Uma síntese das principais abordagens feministas presentes nas RI

ABORDAGENS	IDEIA GERAL	AUTORAS
LIBERAL	A posição subordinada das mulheres na política global	Mary Wollstonecraft Carole Pateman
CRÍTICA	As interações das estruturas sociais podem ser reformuladas pelas ideias.	Sandra Whitworth Christine Chin
CONSTRUTIVISTA	Como as ideias sobre gênero moldam e são moldadas pela política global.	Elisabeth Prügl
PÓS-ESTRUTURALISTA	Preocupação com a relação entre conhecimento e poder. A linguagem cria hierarquias sociais.	Luce Irigaray Gayle Rubin Julia Kristeva
PÓS-COLONIAL	Como superar as relações coloniais de dominação e subordinação estabelecidas sob o imperialismo.	Gayatri Spivak, Sandra Harding Chandra Mohanty
<i>QUEER</i>	Desafia a construção da sexualidade, não acredita em uma base universal do feminismo, críticas à heteronormatividade e a preocupação com políticas e direitos da comunidade LGBTQIAP+.	Cynthia Weber Gloria Anzaldua Eve Sedgwick Judith Butler
NEGRO	Discutem questões associadas a racialidade, encarceramento da população negra, gênero, racismo e branquitude.	Angela Davis Lélia Gonzalez Sueli Carneiro Audre Lorde
MARXISTA	Entendem que a luta de classes precisa incorporar o entendimento sobre as questões de gênero, pois o capitalismo e o patriarcado hierarquizam e oprimem homens e mulheres de formas diferentes.	Silvia Federici Heleieth Saffioti
INTERSECCIONAL	São sensíveis aos intercruzamentos dos marcadores sociais, sem defender uma hierarquia entre eles.	Patricia Hill Collins, Carla Akotirene Bell hooks
DECOLONIAL	Muito próxima da pós-colonial, mas tem sua especificidade em defender a retomada dos saberes próprios e diversos das ex-colônias, reorientando o pensamento político e social moderno.	María Lugones, Rita Segato Oyeronke Oyeyumi Françoise Verges

COMUNITÁRIO	Ativistas de distintas comunidades pertencentes aos povos originários se unem em prol da defesa de seu direito à autodeterminação, ao território, à natureza, ao conhecimento e contra a violência.	Julieta Paredes Lorena Cabnal
ISLÂMICO	Consideram o papel importante da religião para a emancipação feminina no mundo islâmico. Fazem a releitura dos textos sagrados e visam romper com estereótipos orientalistas.	Amina Wadud, Fatema Mernissi Lila Abu-Lughod

Fonte: autoria própria com base nas leituras feministas que guiam a pesquisa e em específico com os apontamentos de Tickner e Sjoberg (2013) e Galetti e Rivetti (2023).

A partir dessas e demais abordagens, consideramos que as Teorias Feministas das Relações Internacionais, podem elaborar propostas de transformação teórico-práticas no campo em frentes muito amplas.

O rompimento com a neutralidade de gênero e a dominação masculina na área está alinhado não só com estas mencionadas acima, como também é somado às epistemologias e metodologias feministas pelas quais muitas autoras têm buscado construir, para fornecer um tipo de conhecimento emancipatório. Para as internacionalistas brasileiras Raissa Wihby Ventura e Raquel Kritsch (2016), a epistemologia feminista está pautada na preocupação de como o gênero influencia as nossas noções de conhecimento, as práticas de pesquisa e a legitimação de saberes. Para elas, as pesquisas em Relações Internacionais comprometidas com uma epistemologia feminista podem se associar a três tipos de categorias que não são excludentes: as análises de política situada, a crítica exposta e o engajamento para contribuir com as demandas feministas e de grupos marginalizados. Essa política situada deriva da *standpoint theory* ou em português, conhecimento situado, saber localizado. Nos termos da professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mariana Selister Gomes (2021), esse é um método próprio dos feminismos de fazer ciência que incorpora conceitos e teorias fundamentais, associados às questões epistemológicas e metodológicas. Tem suas raízes nos trabalhos de autoras como Donna Haraway e Sandra Harding. Em vista disso, a teoria do conhecimento situado produz um arcabouço feminista que visa questionar as ideias de neutralidade e de universalidade na ciência, demonstrando o quanto ela foi e é marcada por visões machistas. A superação desse enviesamento parte da transparência e autorreflexão de onde está situado os pesquisadores, suas convicções e seus objetos de análise (Gomes, 2021)

A jurista Marina França Santos (2017), acrescenta que utilizar dessa formulação feminista, significa concentrar-se em análises das relações entre poder e conhecimento, expondo as injustiças existentes nessa relação. Seria o caminho pelo qual os sujeitos que

compõem a análise seriam capazes de desenvolver e contribuir para a mudança desses sistemas, com as suas próprias observações e saberes. A argumentação principal da teoria é de que a ciência hegemônica, constituída por relações de poder, não auxiliará no processo de compreensão e libertação dos grupos oprimidos ao inseri-los como parte dela. Isso acontece porque as situações de opressão aos quais esses sujeitos estão condicionados também é conduzida por essa mesma ciência. Segundo Santos (2017), outras ramificações conceituais das epistemes feministas podem se unir a essa, como a ideia de gênero corporificado descrita na seção 2. O que significa que o conhecimento situado, assinala um alinhamento ou pelo menos um diálogo muito profícuo entre conceitos e áreas do saber.

A filósofa norte-americana Donna Haraway (1988) em seu artigo “*Conhecimentos situados: a questão da ciência no feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*” esclarece que as feministas devem insistir em uma observação mais abrangente do mundo. Revisitar as contingências históricas que limitaram os saberes não é suficiente para nós. Para ela, enquanto feministas se visamos nos tornar uma ciência sucessora, não podemos nos apegar aos mesmos métodos dos discursos de cientistas práticos que acreditam piamente na descrição e descoberta das coisas pela sua construção argumentativa. Devemos oferecer relatos mais sensíveis, mais adequados, críticos às nossas próprias condutas de dominação e as dos outros, o que nos termos de Haraway (1988), requer de nós o seguinte exercício para viver bem no mundo: buscar ter ao mesmo tempo elaborações que reivindicam essa história contingente, reconhecer de forma crítica nossos próprios privilégios e fomentar o compromisso que não crie desvios entre os relatos mais fiéis dos sujeitos no mundo. A ideia é que esse ‘problema’ feminista tem solução a partir dos projetos preocupados com os modos de dar sentido ao sofrimento e felicidade limitada. Assente a isso, ela acresce que:

As feministas não precisam de uma doutrina de objetividade que prometa transcendência, uma história que perca o controle de suas mediações apenas quando alguém pode ser responsabilizado por algo e um poder instrumental ilimitado. Não queremos uma teoria de poderes inocentes para representar o mundo, onde a linguagem e os corpos caem na felicidade da simbiose orgânica. Também não queremos teorizar o mundo, muito menos agir nele, em termos de Sistemas Globais, mas precisamos de uma rede de conexões em toda a Terra, incluindo a capacidade de traduzir parcialmente o conhecimento entre comunidades muito diferentes - e com poder diferenciado. Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como os significados e os corpos são criados, não para negar significados e corpos, mas para construir significados e corpos que tenham uma chance de vida (Haraway, 1988, p. 579, tradução nossa)²¹.

²¹ No original: Feminists don't need a doctrine of objectivity that promises transcendence, a story that loses track of its mediations just where someone might be held responsible for something, and unlimited instrumental power. We don't want a theory of innocent powers to represent the world, where language and bodies both fall into the bliss of organic symbiosis. We also don't want to theorize the world, much less act within it, in terms of Global

A partir desse ensejo, Nathan da Silva Rosário (2021) observa que podemos construir um caminho que leve as perspectivas feministas, com ênfase nas atuantes em Relações Internacionais, a sanar este e outros problemas, se levarmos em consideração uma convergência para outros tipos de tendências metodológicas. Ou seja, absorver metodologias que instrumentalizam o “eu”, fornecer proposições auto teóricas ou autobiográficas de acadêmicas e acadêmicos situados com seus objetos de pesquisa. Esse tipo de método é pouco familiar aos internacionalistas, mas em tempos recentes tem sido uma grande aquisição no desvelamento de conceitos e signos da disciplina. Gomes (2021), entretanto, percebe que essa dinâmica também precisa agregar os periódicos e instituições que aceitam os temas feministas. Ela relata que quando se refere à discussões metodológicas desse tipo, mesmo periódicos dos mais abertos e explicitamente feministas, tendem a conduzir “um modelo tradicional de pesquisa que elege os sujeitos (a exemplo das etnografias e histórias de vida) ou as estruturas (como pesquisas estatísticas e análises de conteúdo) como focos de investigação” (Gomes, 2021, p. 11). A autora acredita que esse tipo de pesquisa pode ser muito comum às Ciências Sociais, mas tende a ser limitante para a prática da pesquisa feminista.

Essa necessidade de novas metodologias soma-se ao ímpeto em busca de outras epistemologias e desobediências epistêmicas. Como apontam Anita Loureiro de Oliveira e Roberta Carvalho Arruzzo (2023), essas observações não são novas, mas têm sido galgadas por diversos intelectuais, ativistas e teóricos tornando-as de extrema importância. Eles se interessam por reescrever, reinventar a ciência servil ao projeto colonial, lutar contra sua frieza e assepsia para dissipar o poder europeu e seus projetos de domínio da totalidade da vida (Oliveira e Arruzzo, 2023). Então, aqui levamos em consideração outros sentidos do mundo, outros caminhos acadêmicos, para expressar escolhas e posicionalidades anticoloniais, anticapitalistas, antirracistas, não islamofóbicas, anti-imperialistas, não sionistas, não LGBTQIAP+ fóbicas etc.

Neste, e em demais capítulos, seguiremos a tessitura de um manto produzido por muitas mãos, como as de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Glória Anzaldúa, Achille Mbembe, Nadera Shalhoub-Kevorkian, Aníbal Quijano, Adania Shibli, Silvia Federici, Walter Dignolo, Nawal El Saadawi, Frantz Fanon, Ramón Grosfoguel, Fatima Daas e tantos outros, para

Systems, but we do need an earth wide network of connections, including the ability partially to translate knowledges among very different-and power-differentiated- communities. We need the power of modern critical theories of how meanings and bodies get made, not in order to deny meanings and bodies, but in order to build meanings and bodies that have a chance for life (Haraway, 1988, p. 579).

tratarmos de superar a visão universal e linear da história e ampliar nossa percepção acerca do Internacional.

2 BEM MAIS DO QUE O GÊNERO²²: INCORPORANDO AS CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS SOBRE O CORPO ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

“Corpos também são textos sobre os quais regimes de poder escreveram suas prescrições. Como ponto de encontro com o mundo humano e não humano, o corpo tem sido nosso meio mais poderoso de autoexpressão, assim como o mais vulnerável a abusos. Assim, nosso corpo é testemunha das dores e das alegrias que experimentamos e das lutas que levamos adiante. Em nosso corpo é possível ler histórias de opressão e rebelião (Federici, 2023, p. 72).

É assim que em “*Além da pele: repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo*”, a intelectual italiana, feminista e autonomista Silvia Federici (2023), nos apresenta um chamado para a re teorização do corpo. Para ela, a história dos feminismos foi por muito tempo, marcada pela luta e elaboração de novas formas de pensar e tratar as questões relacionadas ao corpo feminino. Porém, o que temos observado em tempos mais recentes, é uma certa dificuldade em esclarecer não só os efeitos dos poderes sobre nossos corpos, mas as origens destes poderes. Essa dinâmica fez com que a autora propusesse um exercício para as feministas: ao construirmos nossas abordagens, devemos nos atentar à reelaboração das teorias do corpo a partir da identificação das políticas antagônicas e das relações de poder pelas quais o nosso corpo é constituído. Em seus termos, é importante para a agenda feminista que estejamos preocupadas com as maneiras pelas quais pensamos nossos corpos e identidades. Para isso é preciso estabelecer uma relação entre as lutas travadas em oposição às normas sociais e a elaboração de estratégias de mudança que nos permitam superar essas normas.

Em consonância com essa perspectiva²³, Judith Butler (2019b) demonstrou que é possível para as feministas, elencar a partir da não distinção entre sexo e gênero, quais as

²² Aqui fazemos uma referência ao título da obra “Bem mais que ideias: A interseccionalidade como teoria social crítica” escrito pela socióloga estadunidense Patricia Hill Collins (2022).

²³ No livro citado, um compilado de artigos já apresentados em anos anteriores, Federici (2023) delinea que precisamos teorizar o corpo longe dos determinismos biológicos e das concepções de performatividade e identidades sociais que negam a biologia. Considera que a biologia foi instrumentalizada pelo capitalismo e, portanto, tem muito reflexo sobre a definição e constituição de nossos corpos e identidades. Propõe irmos além das duas concepções, biológica e performativa, para que sejamos capazes de compreender a existência de “múltiplas histórias do corpo, ou seja, múltiplas histórias de como a mecanização do corpo foi articulada, pois as hierarquias raciais, sexuais, e geracionais que o capitalismo construiu desde seu início excluem a possibilidade de um ponto de vista universal” (Federici, 2023, p. 22). Ao argumentar isso em relação à teoria da performatividade, a autora expõe que há um esvaziamento do debate biológico e uma aceitação tácita da vulnerabilidade inerente dos corpos, condição que parece não poder ser superada. Todavia, Federici (2023) menciona que a sua crítica não é direcionada à teoria articulada nos trabalhos de Judith Butler, pelo menos não nos mais recentes. Está associada à

normas que produzem as inscrições desse marcador e informar quais os modos vividos de corporificação que adquirimos com o tempo. Para ela, na estrutura social à qual estamos submetidos, o corpo é comumente considerado um meio passivo, mero instrumento, com um conjunto de significados culturais a ele atribuídos, o que acaba limitando e escondendo a sua dimensão performativa. Segundo a autora, “o corpo é em si mesmo uma construção, assim como o é uma miríade de “corpos” que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de gênero” (Butler, 2019b, p. 30). Em *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?* Butler (2015) complementa demonstrando que o corpo tem um papel importante na ampliação das nossas reivindicações sociais e políticas. Para expandirmos os direitos à proteção e o exercício do direito à sobrevivência, temos que nos apoiar em uma nova ontologia corporal, baseada na reelaboração do que significa precarizar, vulnerabilizar, infligir dor aos corpos dos sujeitos com marcações sociais, culturais e identitárias. É preciso estar ciente da interdependência, da exposição, da subsistência corporal, do desejo, do trabalho e das reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social (Butler, 2015).

Segundo a antropóloga palestina-americana Lila Abu-lughod (2015), é notável como a experiência corporificada há muito tempo impulsiona a política feminista propiciando a elaboração de uma metodologia feminista clara e politizada. Teorizações acerca dos gêneros, dos corpos e das concepções de sujeito têm auxiliado na ampliação das nossas discussões, fornecendo argumentos plurais sobre o corpo enquanto espaço central para a produção da guerra, da violência política e do racismo. Ademais, unem-se a essas abordagens, os estudos feministas preocupados em ir além, abordando os efeitos da linguagem, da política, da violência de gênero, dos deslocamentos internos, da privação de segurança, do uso dos corpos e das vidas de mulheres e grupos marginalizados em benefício do poder das instituições, à burocracia e às políticas coloniais (Alcoff, 2016; Sylvester, 2012; Vergès, 2021; Wilcox, 2015).

A partir desse conjunto dialógico de perspectivas feministas, avançamos em termos de produção de análises robustas, capazes de alcançar as diversas áreas do conhecimento, mas, assim como outras teorias, ela não é capaz de ter respostas sobre todos os fenômenos sociais e nem almeja isso. Enquanto feministas entendemos que o conhecimento crítico e situado não se apoia em universalismos e nem busca oferecer somente respostas e nunca questionamentos. As lacunas ou brechas que as teorias feministas podem ter, se apresentam como o caminho pelo qual identificamos novos rumos a serem tomados pelas abordagens que escolhemos seguir.

versão popular que tem circulado entre as feministas. Como o propósito desta pesquisa não é elaborar uma genealogia do conceito de corpo, apenas expor contribuições teóricas específicas acerca do tema, as argumentações delas serão utilizadas de forma complementar.

Começamos essa seção com a citação de Federici (2023), por se tratar de algo muito importante para o feminismo enquanto movimento prático e teórico, a busca por formas de analisar aquilo que de certa maneira não é abordado ou tem sido pouco tangenciado em nossas pesquisas. Dessa maneira, neste capítulo, temos o intuito de dar destaque ao fato dos estudos feministas e de gênero em determinados campos do saber, ainda precisarem acompanhar debates particulares como é o caso das reflexões acerca do corpo.

Lauren Wilcox (2015) afirma que em Relações Internacionais — nossa área de pesquisa —, embora o corpo fosse algo que o campo tenha lidado direta e indiretamente pelos temas que aborda, o estudo explícito dele e da corporeidade é algo muito recente. Desde a absorção das bases filosóficas da política, às discussões acerca da guerra, segurança, securitização, economias globalizadas, migração entre outros, o corpo tem sido costumeiramente tratado como algo secundário, cujo agenciamento não é levado em consideração e por isso, tem reforçado as teses estereotipadas de corpos como passivos. Wilcox (2019) entende que para os internacionalistas, o corpo foi e é discutido de uma maneira que o escanteia, na verdade ele está mais para o que ela chama de "presença ausente" no campo. Sua contribuição aos estudos do corpo se fundamenta no esforço de reconhecer, em conjunto com outras autoras/res, o fato de que o corpo para as Relações Internacionais, tem sido o local por meio do qual a política internacional tem sido conduzida.

É por isso que no capítulo anterior apresentamos as dinâmicas que moldaram os feminismos e o debate de gênero nas Relações Internacionais, mas neste prezamos por expor as discussões relacionadas aos estudos sobre o corpo. Conforme os argumentos descritos, veremos que este enquanto conceito/categoria predominantemente associada à de gênero — haja vista que o nosso corpo é a tela pela qual expressamos ou esperamos que expressemos nossas marcações de gênero — tem amplas formas de ser abordado. Embora uma quantidade significativa das análises advenha das observações da Filosofia, Geografia, Sociologia, o nosso objetivo é esclarecer como o corpo pode ser considerado uma categoria fundamental, um conceito chave para as feministas e as feministas de Relações Internacionais. Vimos a necessidade de abordá-lo alinhado com seus termos correlatos, por isso as formas de conceituar o corpo e referir-se aos seus cruzamentos, trabalhadas nas próximas sessões, envolvem-no de maneiras ignoradas ou obscurecidas pelo enquadramento das ciências dominantes. Isso se estende ao gênero, enfatizando o fato de compreendermos os corpos humanos para além da sua dimensão física, biológica, sem negá-la, agregando suas marcações identitárias, históricas e outras classificações.

No mais, o nosso interesse é pensar sobre corpos e lugares a partir da relação complexa existente entre eles, tal como pondera Claudete Daflon (2022), considerar a realidade corporal como um tipo de escrita, a escrita da história, feita por corpos e identidades localizados no tempo e no espaço.

2.1 Feministas e o diálogo teórico-conceitual do corpo

A liberdade vale mais do que a vida, e os gregos fazem muito bem em defender esse privilégio, mesmo que às custas da morte. Mas não vamos nos enganar. Os turcos são seres humanos: cada fibra, cada membro deles sofre como os nossos. Cada espasmo, seja do corpo ou da mente, é sentido no coração e no cérebro de um turco assim como nos de um grego (Shelley, Mary, 2020, p. 201).

As palavras e reflexões apresentadas em *O último homem* (2020), da escritora inglesa Mary Wollstonecraft Godwin, conhecida pelo pseudônimo Mary Shelley, causaram furor na sociedade inglesa de 1826 (data da primeira publicação do livro) e reverberam em nosso presente de forma muito peculiar, consolidando a obra como um clássico da literatura distópica. Nesta obra, a escrita de Shelley é marcada pela exacerbação dos sentimentos, emoções e pensamentos dos personagens, acrescida de abstrações filosóficas sobre a vida e a morte que parecem advir do contexto histórico no qual estava inserida e de seu legado familiar. Filha da escritora, filósofa e defensora dos direitos das mulheres inglesas Mary Wollstonecraft, e do filósofo e escritor político William Godwin, a autora apresenta em estrutura narrativa a vida de Lionel Verney, um homem inglês que vive na nova República da Inglaterra no ano de 2090. Lionel e outros personagens são marcados por uma trajetória de altos e baixos, relações familiares, conjugais, políticas e sociais complexas, repentinamente alteradas pelo surgimento de uma praga que dizimará a humanidade. Sem muitas explicações sobre como esta surgiu e/ou métodos que possam curar os afetados, os humanos vão morrendo, até que Lionel encara a difícil realidade de se tornar o último representante da humanidade na Terra.

Na narrativa de Shelley (2020), é comum existirem situações em que os personagens percebem e refletem acerca do papel exercido pela política e por seus representantes. Após a queda da monarquia e a instauração do sistema republicano, um Lorde Protetor, cargo de governante geral, é eleito. A família real não fazia mais parte da política, mas as elites oligárquicas se mantiveram. No segundo pleito após a instauração da república, o Lorde Raymond, grande amigo de Lionel, opta por abdicar do cargo de Lorde Protetor e ir à guerra para conquistar a região que na história é designada por ‘Constantinopla’. De acordo com Janile Pequeno Soares (2020), nesse momento, embarcamos na camada mais política que envolve as

relações de poder do livro. São abordados os diversos ânimos da sociedade em relação ao novo regime. Os primeiros vestígios sobre a peste aparecem e com ela as primeiras mortes em partes diferentes do mundo. A partir daí, enquanto leitores temos o sentimento de que a escrita de Shelley (2020) parece se estruturar em uma correnteza, cujas ondas são uma mescla entre os embates políticos, o avanço da doença e os sentimentos humanos conflitantes frente a esse cenário.

Com o desenrolar da história, ponderamos que a preocupação das elites políticas da República da Nova Inglaterra com as guerras locais e internacionais, além da proliferação da doença, está pautada na elaboração de discursos e ações visando eliminar o risco de morte violenta e proteger a vida de determinados indivíduos. Existe então um grande obstáculo, decidir quem pode ou não ser protegido. Adrian, amigo de Lionel, passou um ano vivenciando os horrores do conflito e apresenta aos demais personagens, observações complexas acerca dos dilemas causados pela guerra, principalmente no que se refere à capacidade dela em transformar os sujeitos, seus corpos e espírito. A citação inicial é a demonstração do desconforto de Adrian. Mesmo apoiando o lado dos gregos e pautando a defesa de seu nacionalismo, o personagem externaliza como a guerra e a pandemia irão atingir as pessoas independente de quem elas sejam. Para Adrian, não há diferença entre o corpo de um grego ou de um turco, isto porque ambos estão a sofrer pelos mesmos males. Condicionados a esse cenário ou não, o fato é que violência e morte se tornarão dimensões compartilhadas por cada um deles.

Outros problemas vão surgindo ao longo da narrativa e a viagem de Lionel, Perdita e Adrian para a Grécia em busca de Raymond, marca a transição da primeira seção do livro para a segunda. Nesta fase, a sabedoria de Shelley (2020) é perceptível na entrega de diálogos conscientes sobre muitos temas pertinentes. Não é por acaso que a leitura desse livro nos suscitou a seguinte questão: por que para a política e os políticos é permitido criar formas de preservar os corpos humanos, da guerra e da violência, ao mesmo tempo que são desenvolvidos outros aparatos para lidar com a morte e a destruição? Entendemos que a resposta para esse questionamento depende de muitos fatores, não é algo simples. Seja através da literatura ou de trabalhos científicos acadêmicos, muitas perguntas como essa surgirão e serão motivadoras para a elaboração de futuros escritos. O nosso intuito em abordar a viagem oferecida pela leitura de *O último homem* (2020) está na percepção de que existe uma sensibilidade muito peculiar nas artes, literatura etc., em intensificar o nosso processo reflexivo como foi muito bem elaborado pelo professor de Ciência Política e Estudos Internacionais Roland Bleiker (2009).

O que Shelley (2020) consegue fazer em seu texto, é colocar o corpo e algumas discussões que destacamos neste trabalho, em um diálogo constante. Por isso, consideramos

que abstrair o corpo enquanto objeto de análise é se deparar com um universo de abordagens e possibilidades. O corpo enquanto conceito plural e singular para essa dissertação, é tratado no livro da autora como algo material/físico que sofre da doença, mas também social – e político –, constituído através das relações de alteridade. O mundo acometido pelas mesmas mazelas que os corpos dos sujeitos é metaforizado em analogia com o corpo, tornando-o um ser biológico, vulnerável, incapaz de se manter vivo. Consideramos que essas lógicas não estão muito distantes da forma como o corpo é tratado nas Ciências Humanas e Sociais.

De acordo com a filósofa australiana Elizabeth Grosz (2000), o corpo é habitualmente abordado na academia, a partir de uma visão dicotômica, biologizante, complexa e às vezes metafórica. Isso se dá devido à concepção do corpo no ocidente advir de uma forte base filosófica e sociológica do pensamento social europeu. O corpo e a mente como instâncias separadas ou ainda, a divisão entre razão e emoção, faz parte da tradição da teoria política embasada no dualismo cartesiano de René Descartes. Para o professor de Sociologia da Universidade de Uppsala, Chris Shilling (2003), esse pensamento filosófico durante séculos, valorizou a mente pensante acima da carne física e autoras/res vinculados à essa linha de raciocínio rejeitavam todos os sentidos do corpo. As exceções a esse desprezo advinham dos humanistas preocupados em sustentar a tese de que a humanidade é responsável por seus corpos e sentimentos. Estes intelectuais humanistas procuravam limitar as reivindicações de verdade do pensamento abstrato, entretanto, o domínio do pensamento filosófico tendia a examinar o corpo apenas na medida em que ele interferia nos poderes supostamente transcendentais da mente (Shilling, 2003).

Para as pesquisadoras brasileiras Camila Palhares Barbosa e Juliana Oliveira Missaggia (2022), essa tradição filosófica enraizou e tornou amplamente aceita a suposição de que não há contribuição do corpo humano e/ou das capacidades humanas para a racionalidade quando falamos em termos de formulação de concepções morais e da justiça. Na contramão desse pensamento estariam autores como Georg W. Friedrich Hegel e Karl Marx, ao desenvolverem uma concepção onde o contexto social e histórico concebia as capacidades humanas como moduladoras da agência moral e da razão crítica. Mas, ainda que os indivíduos fossem localizados em seus contextos históricos, isso não garantiu que os autores evidenciassem em suas teses a adoção de uma visão mais ampla sobre identidades e elementos sociais que fazem parte da construção desse “eu” enquanto algo material no mundo (Barbosa e Missaggia, 2022). Nessa seara, Grosz (2000, p. 47) argumenta que não por acaso, algumas feministas e filósofos compartilharam durante um tempo significativo, da visão popular do sujeito humano como um ser constituído por dimensões binárias e opostas dicotomicamente. Um bom exemplo disso é a

predominância, no início do movimento feminista, das concepções que consideravam sexo e gênero como coisas distintas, levando à tese de que a história se desenvolveria a partir das vivências separadas de homens e mulheres.

Essa classificação bifurcada do ser, não seria então apenas uma escolha neutra em dividir categorias de um campo que descreve os fenômenos sociais de forma abrangente. Grosz (2000) considera que o pensamento dicotômico na realidade necessariamente hierarquiza e classifica os dois termos que estão em lados polarizados, de modo que um deles se torna privilegiado, e o outro é suprimido, considerado subordinado e/ou negativo. A problemática envolvida nesse pensamento não é o fato de haver um par, ou uma questão inerente ao “número dois”, mas ao fato de que esse par não domina em conjunto. Consideremos o seguinte exercício de abstração: há dois indivíduos um de frente para o outro em uma mesa de bar. São pessoas com características e proporções distintas. Quando o primeiro sujeito olha para o segundo, percebe que o segundo possui menos traços da passagem do tempo no corpo, em relação a si. O primeiro sujeito, de mais idade ou mais envelhecido, ao invés de procurar entender o porquê dessa diferença, apenas se levanta da cadeira e vai embora do recinto. Para esse primeiro indivíduo não é possível admitir o segundo de forma independente em relação a si mesmo. Na concepção de Grosz (2000), a lógica que persegue o raciocínio da nossa abstração é a de que para ser considerado o “um”, este precisa criar uma barreira ou um limite ao seu redor. Essa consideração em relação aos binarismos insere-se na percepção de que “Toda alteridade é moldada como o mesmo, com o termo primário agindo como o único termo autônomo ou pseudo-autônomo. O um não permite dois, três, quatros. Ele não tolera nenhum outro (Grosz, 2000, p. 47).

Portanto, no pensamento filosófico o corpo não é o “um” privilegiado, ele é o “dois” do par, é o outro:

É o que a mente deve expulsar para manter a sua “integridade”. É implicitamente definido como desregrado, disruptivo, necessitando de direção e julgamento, meramente incidental às características definidoras de mente, razão, ou identidade pessoal em sua oposição à consciência, ao psiquismo e a outros termos privilegiados no pensamento filosófico (Grosz, 2000, p. 48)

E reitera:

O corpo é uma máquina auto-motora, um artifício mecânico, funcionando de acordo com leis causais e leis da natureza. A mente, a substância pensante, a alma, ou a consciência, não tem lugar no mundo natural. Esta exclusão da alma da natureza, esta retirada da consciência do mundo, é o pré-requisito para a fundação de um conhecimento, ou melhor, de uma ciência dos princípios que governam a natureza, uma ciência que exclui o sujeito e é indiferente às considerações dele (Grosz, 2000, p. 53).

Essas noções foram, infelizmente, enraizadas pelos saberes científicos, o que impulsionou as justificativas convenientes ao patriarcado, para definir a posição social secundária de grupos minoritários. Compostos principalmente por pessoas de cor, mulheres, pobres, imigrantes, o discurso científico que aspirava a impessoalidade, os continha no interior de corpos que por suposição, acabavam sendo representados e construídos como inferiores (Grosz, 2000). Ao refletirem sobre como o corpo é investigado, as feministas tentaram rescindir com as teses que acabamos de apresentar, passaram a ligar o corpo a uma questão epistemo-metodológica: entendendo que, enquanto objeto de estudo, investigá-lo implica refletir sobre o processo pelo qual ele se torna o objeto de pesquisa e nos é incorporado, ou melhor, atravessado.

Em seu artigo, Barbosa e Missaggia (2022) fazem uma análise do papel político do corpo no pensamento da filósofa e cientista política estadunidense Iris Marion Young e da filósofa panamenha Linda Alcoff. Elas abordam que no pensamento social contemporâneo, as questões relacionadas às identidades e os corpos não eram bem-vistas. As autoras analisadas em questão, tentaram romper com a suposição de que gênero, corpo, raça e outras marcações identitárias não eram partes essenciais da compreensão da subjetividade. Com a predominância do ideal de razão neutra e imparcial que sustentava a filosofia tradicional, exposto alguns parágrafos acima, determinadas categorias e noções sofreram um apagamento. Essas feministas se somaram ao movimento de buscar desenvolver teorias alternativas, dando atenção às subjetividades e à corporeidade (Barbosa e Missaggia, 2022). Iris Young ficou muito conhecida por ter elaborado uma série de trabalhos a partir de um viés fenomenológico, base conceitual da corrente filosófica inaugurada por Edmund Husserl e aperfeiçoada por Franz Brentano, Martin Heidegger, Max Scheler, Maurice Merleau-Ponty e Thomas Csordas. Young uniu-se a uma tradição de autoras/es que abordam não só a fenomenologia como o feminismo, concomitantemente, contando com precursoras importantes, entre as quais Simone de Beauvoir (1949 [2009]), Lee Bartky (1975), Johana Oksala (2006), Chandra Mohanty (2003), Mariana Ortega (2016) e Linda Alcoff (2006).

Em *“Sobre a experiência corporal feminina: “Arremessando como uma menina” e outros ensaios”*²⁴, Young (2005) reúne uma série de artigos que havia desenvolvido, a partir de um viés fenomenológico, abordando questões acerca da experiência feminina e da corporeidade. Para ela, foi muito natural o movimento causado pelas feministas, de levar outros

²⁴ No original: On female body experience: “Throwing like a girl” and other essays.

estudiosos a desafiaram as tendências das tradições filosóficas e teórico-sociais ocidentais, com o intuito de não mais ignorar ou reprimir o significado da corporeidade para o pensamento, a ação e o sentimento. Isso porque, nossas reflexões feministas partem de fatos sócio-históricos, demonstrando que as diferenças corporais das mulheres em relação aos homens fundamentaram ou serviram como desculpas para a instauração de normas sociais estruturalmente desiguais. Em vista disso, na contemporaneidade, a investigação sobre o status e a maleabilidade dos corpos tornou-se para nós feministas uma questão de certa urgência. Mas há algo que precisa ser ponderado sobre as tematizações mais recentes do corpo.

Para Young (2005) e Csordas (1997), elas seguem dois tipos de abordagens que não são redutíveis uma à outra, as sobre subjetividades e as experiências vividas na carne. Composto esses dois eixos, os autores consideram como exemplos, primeiro, as análises dos corpos ou discursos sobre corpos como textos, feitas por autores como o francês Michel Foucault. Estes criticam os discursos disciplinares por meio dos quais os sujeitos operam sobre seus próprios corpos. Segundo, àqueles que estendem essa crítica e absorvem as análises de discursos sobre corpos normativos como Judith Butler e os teóricos *queer*. Terceiro, as abordagens que exploram representações de corpos e suas interações nas mídias como cinema, televisão e revistas populares, a partir de um viés da desconstrução ou da psicanálise, para teorizar como essas imagens chegam e posicionam quem as estão consumindo. Por último, as menos articuladas seriam as interpretações teóricas críticas da corporeidade como modo de ser-no-mundo (Young, 2005; Csordas, 1997). Para ambos os autores, é interessante que haja uma correção da desigualdade do que tem predominado entre as abordagens, com a produção de mais trabalhos capazes de teorizar a incorporação como vivida²⁵.

Barbosa e Missaggia (2022) acreditam que Young (2005) ao falar da corporeidade, como a experiência vivida pela materialidade de nossos corpos, não faz uma mera retomada das investigações fenomenológicas de Husserl via Merleau-Ponty. A autora adversa do acordo tácito que as análises do corpo destes fenomenólogos e seus discípulos mantinham com a noção de subjetividade. Para eles, a investigação do corpo vivo advinha da ideia de um sujeito neutro do ponto de vista de gênero. Nada era informado a respeito de ser esse, um corpo masculino ou

²⁵ Em nossas pesquisas a ideia de corporificação, e/ou experiência vivida na materialidade de nossos corpos, abre margem para as discussões associadas às experiências corpóreas também daqueles que o corpo já não possui vida e/ou que sistematicamente são ‘empurrados’ para a morte. Andam lado a lado as concepções de biopoder e biopolítica de Michel Foucault e Necropolítica de Achille Mbembe. Como não teríamos fôlego em abordar de forma profunda essa relação, optamos por elaborar uma linha de raciocínio ao longo do trabalho que evidencie a noção de que determinados corpos, determinadas vidas são apoiadas e mantidas de formas diferentes. Essa contribuição está presente nas abordagens de muitas feministas, principalmente Judith Butler, autora que aparece de forma recorrente nesta pesquisa.

feminino. Barbosa e Missaggia (2022) expressam que a contrapartida engendrada por Young, foi voltar-se radicalmente contra essa aparente neutralidade. Ela expôs que esses teóricos estariam escondendo por detrás da suposta universalidade da noção de subjetividade, as características próprias de suas vivências enquanto pessoas do gênero masculino. Como vimos na seção 1.2, algo muito próximo do que foi experienciado por Tickner, Elsthain e Enloe, em relação aos críticos de suas análises, quando estas passaram a inserir as questões de Gênero nas RI. Assente a isso, sequer faria sentido para Young, que fosse possível falar em corpo sem levar em consideração as diferenças naturais entre homens e mulheres no que diz respeito às suas constituições físicas e, sobretudo, ao modo como tais corpos são vistos e tratados pela sociedade (Barbosa e Missaggia, 2022).

Em *Identidades Visíveis: Raça, Gênero e o “eu”*²⁶, a panamenha Linda Alcoff (2006), avança nas discussões que Young retrata e lança questionamentos em direção ao estudo das subjetividades e os sentidos da diferença. Alcoff (2006) busca explorar algumas das características importantes de identidades específicas como raça/etnia, sexo/gênero e os referentes aos sujeitos que são marcados por mais de uma etnia. Nesse projeto, assim como fizeram antropólogos e outras feministas, ela argumenta que o reconhecimento das importantes diferenças na identidade social não leva diretamente ao relativismo político ou à fragmentação social. Ao contrário, essas rachaduras são causadas pela recusa em reconhecermos a importância das diferenças em nossas identidades. Isso leva à desconfiança, à falta de comunicação e, portanto, à desunião. Para a autora vivemos:

Em um clima em que não se pode invocar a história, a cultura, a raça ou o gênero por medo de ser acusado de jogar, por exemplo, "a carta da raça", ou política de identidade, ou "feminismo de vítima", nossos verdadeiros pontos em comum e interesses compartilhados não podem sequer começar a ser corretamente identificados. Quando me recuso a ouvir como você é diferente de mim, estou me recusando a saber quem você é. Mas, sem entender plenamente quem você é, nunca poderei apreciar com precisão como somos mais parecidos do que eu poderia supor inicialmente (Alcoff, 2006, p. 06, tradução nossa)²⁷.

Em seus termos, quaisquer que sejam as análises que façamos sobre como ocorre as diferenças, devemos ter em mente que o horizonte interpretativo constituinte da nossa identidade é ancorado por uma riqueza de conhecimento tácito localizado no corpo. Portanto,

²⁶ No original: *Visible Identities: Race, Gender, and the Self*.

²⁷ No original: “In a climate in which one cannot invoke history, culture, race, or gender for fear of being accused of playing, for example, “the race card,” or identity politics, or “victim feminism,” our real commonalities and shared interests cannot even begin to be correctly identified. When I refuse to listen to how you are different from me, I am refusing to know who you are. But without understanding fully who you are, I will never be able to appreciate precisely how we are more alike than I might have originally supposed” (Alcoff, 2006, p. 06).

Alcoff (2006) considera que nossas identidades sociais, principalmente raça e gênero, são fundamentais e não periféricas para a compreensão dos indivíduos. Ela infere que:

Em nossa sociedade excessivamente materialista, apenas o que é visível pode geralmente alcançar o status de verdade aceita. O que eu posso ver por mim mesmo é o que é real; tudo o mais que disputa o status de real deve ser inferido a partir do que pode ser visto, seja o amor que deve ser manifestado em presentes de Natal ou a raiva que exige uma saída de um espetáculo violento. A sociedade secular, movida a mercadorias, é, portanto, dominada pelo reino do visível, que domina não apenas o conhecimento, mas também a expressão e a mobilização do desejo e todos os tipos de práticas sociais (Alcoff, 2006, p. 06, tradução nossa)²⁸.

Essa predominância do sentido da visão no pensamento ocidental é criticada pela nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí. No seu homônimo trabalho, “*A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*”²⁹, Oyěwùmí (2021[1997]) expressa que no ocidente é dado ao corpo uma lógica própria. Basicamente acreditamos no fato de que se olharmos para os corpos, podemos inferir as crenças e a posição social de uma pessoa ou a falta delas. De acordo com a autora, a razão pela qual o corpo tem tanta presença assim para nós, é porque entendemos o mundo enquanto percebido principalmente através da visão. “A diferenciação dos corpos humanos em termos de sexo, cor da pele e tamanho do crânio é testemunho dos poderes atribuídos ao “ver”. O olhar é um convite para diferenciar” (Oyěwùmí, 2021, p. 28). Por esse motivo, é muito provável que as percepções binárias tenham dominado, durante um tempo significativo, o pensamento social, haja visto que não era só a filosofia europeia, mas a biologia, quem fornecia a base lógica para a organização do mundo social. Em outras sociedades essa premissa não seria aplicável se os processos de colonização não tivessem acontecido. Esse é o caso de muitos grupos autóctones e principalmente do objeto de pesquisa da autora, a Iorubalândia³⁰, que antes da colonização não tinha no corpo humano a evidência para a classificação e organização social, ou seja, naquele contexto não era tido como generificado (Oyěwùmí, 2021).

Entretanto, retornando ao argumento de Alcoff, ela concebe a visão como predominante, mas não parte de uma história única (Glissant, 1990; Chimamanda, 2019). Seu pensamento está

²⁸ No original: “In our excessively materialist society, only what is visible can generally achieve the status of accepted truth. What I can see for myself is what is real; all else that vies for the status of the real must be inferred from that which can be seen, whether it is love that must be made manifest in holiday presents or anger that demands an outlet of violent spectacle. Secular, commodity-driven society is thus dominated by the realm of the visible, which dominates not only knowledge but also the expression and mobilization of desire and all sorts of social practices as well” (Alcoff, 2006, p. 06).

²⁹ No original: “The Invention of Woman: Making an African sense of Western Gender Discourses”, publicado pela primeira vez em 1997.

³⁰ Compreendendo parte da Nigéria, Togo e Benim, a oeste do continente africano, essa região é marcada pela cultura dos povos Iorubás (Oyěwùmí, 2021).

alicerçado na realidade da experiência dos povos subalternizados, levando em consideração as marcas do colonialismo. Nas regiões Sul, Central e Norte do continente americano, as quais ela faz menção em suas pesquisas, a experiência da raça e do gênero são vividas pelo corpo de forma material e são visíveis enquanto um fenômeno imediato. Um bom exemplo desta materialidade entendida pela autora, pode ser percebida em encontros visíveis de corpos distintos. Segundo Barbosa e Missaggia (2022), se considerarmos a questão do racismo, embora este tenha um caráter social inegável por existir de forma estrutural nas instituições sociais e políticas, seria quase impossível que os indivíduos pudessem ignorar a diferença racial entre si, dentro da experiência sensível do corpo. Para Alcoff (2006) isso acontece dada a relação íntima entre as experiências sociais e as características fisiológicas que marcam nossos corpos e vivências. Tem nesse processo, a correlação em essência dessas duas condições. Ela ainda destaca, que é muito relevante para essa discussão e para os estudos da racialidade, o fato do apagamento do corpo no debate político-moral-científico ser um dos motivos pelos quais o branco se tornou o modelo universal de sujeito. Isso também marcou a forma como as primeiras linhas do movimento feminista posicionaram as questões de gênero a frente das raciais, hierarquizando eixos de opressão.

Diversas feministas nesse processo argumentaram que a identidade sexual era mais relevante do que a racial, deslocando o racismo para o centro da experiência negra e longe das experiências da branquitude. Barbosa e Missaggia (2022) acrescentam que algumas delas ainda expressavam que a supremacia branca na realidade era fundamentalmente masculina, ou seja, constituía-se como mais uma esfera de dominação centrada na experiência masculina, na verdade e nas dinâmicas de sexualização de gênero. Linda Alcoff (2000) ao apontar o papel cruzado da raça também nas questões de gênero, foi capaz de evidenciar que a invisibilidade da questão negra dentro do feminismo era uma extensão do privilégio branco (Barbosa e Missaggia, 2022). Esse privilégio tentou apagar a experiência dos corpos, com ênfase para o corpo negro, enquanto expressão política e social. Não só nos feminismos, como em outros espaços e movimentos, essa dinâmica transformou-se na evidência de que em nossa sociedade racista, não há espaço para uma perspectiva sem cor. Mais do que isso, ficou claro tanto para Alcoff, Young e demais feministas que aparecem nesse trabalho, que as experiências marcadas pelo corpo, são centrais para a formação dos sujeitos, das desigualdades que o atravessam e para a produção do conhecimento. Portanto, o estudo do corpo deve então se apoiar não só nas questões de gênero, como nas nossas outras marcações identitárias e no rompimento de saberes que limitam as nossas observações.

Seguindo com as contribuições feministas acerca do pensamento científico social e do corpo na contemporaneidade, existe uma questão importante que vale ser retomada, pois é pouco discutida: as ponderações sobre eugenia. Segundo a socióloga e ativista negra Patrícia Hill Collins (2022), no início do século XX, sociólogos e sociólogas lutaram contra vários aspectos do discurso eugênico, exprimindo que questões sobre raça, gênero, classe e nação precisavam ser debatidas em periódicos internacionais para o campo da sociologia. Ela pondera que antes da Segunda Guerra Mundial, os projetos eugenistas tiveram uma longa história nas ciências ocidentais e nas políticas públicas de muitos Estados-nação modernos. Essa corrente de pensamento foi capaz de influenciar diversos especialistas em saúde pública, reformistas do bem-estar social e formuladores de políticas. Collins (2022) acredita que a mesma era originária dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, tendo vazão na América do Norte, do Sul e na União Soviética a partir da década de 1920. Mas não se restringiu só a essas localidades, muitos outros países, a exemplo da China, Índia, África do Sul e Austrália, também apoiaram políticas públicas embasadas em projetos eugenistas.

Para Collins (2022), apesar da associação da eugenia com a Alemanha nazista, a sua presença como discurso científico, é muito mais pujante nas Ciências Humanas e Sociais do que apenas quando retomada a discussão do caso alemão. Mas, obviamente, para ela e muitos outros autores, o uso da eugenia no Estado-nação alemão durante o período nazista (1933-1945) continua sendo exemplo arquetípico, sobretudo porque foram implementadas por aquele governo os princípios ideológicos da teoria até sua conclusão nas políticas públicas. Os nazistas se armaram de uma justificação científica fornecida pela ciência eugenista para que o Estado sistematicamente matasse, prendesse e realizasse experiências médicas com milhões de pessoas. Nesse sentido, a autora pondera que a ciência eugenista foi associada ao surgimento político do Estado-nação moderno. Quando utilizada, essa teoria orientou e legitimou a violência extrema sancionada pelo Estado. Collins (2022) reitera que genocídios haviam sido cometidos em épocas anteriores, mas o que foi articulado pelos estados modernos, posteriormente, foi muito mais que apenas fechar os olhos para os desvios de seus cidadãos, quando cometiam linchamentos³¹ ou os assassinatos por meio da pena capital, sancionada pelo próprio Estado. O que se desenrolou a partir daí, foi esta instituição ter se tornado um agente ativo na organização e na administração da violência em grande escala.

³¹ Sobre o tema dos linchamentos, principalmente nos EUA, recomendamos a apreciação do filme “Till - A Busca por Justiça” (2023), da diretora nigeriana-americana Chinonye Chukwu.

Na concepção de Collins (2022), os projetos eugenistas são um exemplo importante de como a falta de um compromisso ético com a justiça social, por um discurso científico contribui para a reprodução da desigualdade social. Ao conceituarem o corpo como lugar de diferenças imutáveis e utilizarem esta premissa para explicar os fenômenos sociais, os eugenistas definiram quais corpos tinham valor social. As políticas eugenistas do corpo se baseavam na seleção de certos aspectos como mais relevantes que outros. Questões como cor, genitália, tamanho do crânio, são categorizadas e escolhidas para avaliação dos corpos de acordo com esses aspectos, separando os sujeitos e seus corpos em grupos existentes ou novos. Não foi por acaso que os nazistas souberam escolher quais os tipos de corpos que deveriam ou não ser eliminados. A autora coloca que a eugenia foi também apropriada e aproveitada em muitos projetos coloniais, já que o colonialismo tem por método basilar o apagamento/aniquilamento de indivíduos, corpos, povos que não se assemelham com os padrões de racionalidade, civilidade e aparência europeia. Percebe-se, assim, que não é novidade o fato do estudo da política dos corpos, da corporificação, enquanto categoria que dinamiza a dimensão material destes e suas experiências, esteja presente em muitas áreas do conhecimento. O que se revela nessa trajetória dos debates sobre o corpo é a existência de muitas implicações no processo de teorizá-lo.

A filósofa italiana Silvia Federici tem sido um grande expoente nessa jornada, para os feminismos preocupados com as teorizações e dimensões do corpo na política. Em *“Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva”*, Federici (2017) disserta que na sociedade capitalista, o corpo se tornou para as mulheres o terreno onde a exploração do Estado e dos homens, força-o a funcionar como meio para a reprodução e acumulação de capital. Situa que o enfoque feminista precisa documentar as condições sociais e históricas experienciadas pelo corpo que o levaram ao palco principal da constituição da feminilidade, além da importância que adquiriu em todos os seus aspectos, tanto dentro da teoria feminista quanto na história das mulheres. A autora corrobora em sua obra com o alinhamento feminista de situar o corpo no âmbito público e não na esfera privada, o que a leva a escrever acerca de uma *política do corpo*, visando explicar o status teórico, político e social do corpo e como este tem sido para as mulheres e/ou mulheridades, tanto uma fonte de liberdade, identidade quanto uma prisão.

É válido mencionar que Federici (2017) não parte de uma valoração desenfreada do corpo, está mais interessada em destacar como este conceito tem tanta importância para as feministas, ao mesmo tempo que pode possuir dimensões muito problemáticas. Ela faz ponderações a partir do contexto da acumulação primitiva do capital na Europa ocidental, época em que as mulheres tiveram o destino de seus corpos definidos pelo Estado. Naquele momento,

práticas de controle perpetradas por esta instituição, negavam às mulheres a autonomia sobre sua integridade física e psicológica, a gerência da maternidade e das condições de trabalho. O período ficou marcado pela demonização de práticas médicas e espirituais que associavam as mulheres como bruxas, desencadeando na morte em massa de muitas delas. E, pelo confinamento da atividade reprodutiva que segundo a autora ocorreu de um modo nunca visto anteriormente em outras sociedades. Esse processo de regular e administrar o corpo das mulheres era uma das condições primordiais para o desenvolvimento capitalista e chegou a ser definido por Michel Foucault como o *disciplinamento do corpo*. Sem deixar de apontar inconsistências no pensamento do filósofo francês, a autora reconhece que essa dinâmica disciplinar era a base dos modos de fazer política, não só do Estado como da Igreja.

Federici (2017) argumentou que ao modular com suas práticas a política e o desenvolvimento econômico e social daquela sociedade, as duas instituições estavam interessadas em transformar as potencialidades dos indivíduos em força de trabalho. Nos termos da autora, o corpo feminino, naquele contexto, foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho. O corpo das mulheres era tratado como um objeto capaz de gerar o produto primordial da linha de produção, a mão de obra trabalhadora, visto como uma máquina natural de criação, cuja taxa de produtividade precisava alcançar níveis que estavam fora do controle delas. Federici (2017) aproxima essa argumentação, com sua devida diferenciação e proporções, ao exemplo das mulheres negras nas *plantations* coloniais americanas, a partir dos anos de 1807, quando elas eram forçadas pelos senhores a serem as produtoras, “parideiras”, de novos trabalhadores, devido ao fim do tráfico de escravos. A violência era significativa contra as mulheres escravas, suscetíveis aos abusos sexuais e ao trauma de verem seus filhos serem levados embora e comercializados em leilões. Mas tanto elas quanto as europeias, estavam à mercê de uma política econômica de expropriação do corpo. Esses foram momentos cruciais em que a relação entre o capitalismo, Estado e o corpo feminino colocaram em xeque as suposições pré-definidas acerca do corpo, demonstrando o caráter primordial do mesmo para a política. Federici (2017) acrescenta que:

O corpo, então, passou ao primeiro plano das políticas sociais porque aparecia não apenas como uma besta inerte diante dos estímulos do trabalho, mas como um recipiente de força de trabalho, um meio de produção, a máquina de trabalho primária. Esta é a razão pela qual encontramos muita violência e também muito interesse nas estratégias que o Estado adotou com relação ao corpo; e o estudo dos movimentos e das propriedades do corpo se converteu no ponto de partida para boa parte da especulação teórica da época — já utilizada por Descartes para afirmar a imortalidade da alma; ou por Hobbes, para investigar as premissas da governabilidade social (Federici, 2017, p.249).

Daí para frente, a autora expressa que o pensamento religioso e filosófico dos séculos XVI e XVII passaram por uma vivissecção dos entendimentos sobre os corpos. Os intelectuais da época buscaram estabelecer quais as propriedades corporais eram mais interessantes em ser mantidas e quais deveriam deixar de existir. Para Chris Shilling (2003), as respostas a esses questionamentos estavam associadas ao *habitus* medieval. Este era formado por um conjunto de práticas, ambientes repletos de doenças, violência, escassez de alimentos, mas que tinha nos regimes corporais religiosos, na carne/na matéria do corpo, um local de expressão. Era como se o cristianismo e seus praticantes tivessem se apoderado do corpo devido à associação dele como “símbolo da vitória de Cristo sobre a morte e a velha e corrupta ordem humana” (Shilling, 2003, p. 191)³². Aproximando sua perspectiva com a de Federici (2017), temos que as mulheres, principalmente aquelas que possuíam saberes ou práticas religiosas desconhecidas pelos cristãos eram a objeção direta do corpo que havia sido definido por eles. As “Bruxas”, como eram denominadas, foram caçadas pelas suas condutas desviantes das estabelecidas pela Igreja e pelo Estado, simbolizavam a rebeldia, o avesso do regime de disciplinamento do corpo.

Esse estatuto do corpo na filosofia, na política e na sociedade também é uma preocupação da filósofa e feminista estadunidense Judith Butler. Suas pesquisas versam acerca de diversos temas pertinentes à política contemporânea e aos feminismos, principalmente no que se refere aos binarismos de gênero, a matriz heterossexual e/ou a heterossexualidade compulsória, as exclusões dos corpos e as dimensões próprias dele que ganham vida com a linguagem. Em *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*, Butler (2019a) aponta para o engajamento de ações corpóreas que visam expressar e romper com as condições de precariedade pelas quais vivemos ou estamos sujeitos a viver. Ela expõe que em nosso contexto atual, marcado pela economia liberal e um capitalismo predatório, nossas instituições e os indivíduos no geral, estão sendo consumidos por uma maneira nova de definir quem pode ou não ser descartado, ou seja, quais populações, quais vidas, devem ser dadas o direito de existir. Essa dinâmica está pautada na racionalidade do mercado, pondo em risco não só o trabalho e existência dos trabalhadores como o conjunto completo do nosso ecossistema. Butler (2019a) entende esse processo enquanto uma dimensão chamada *precariedade* que acaba unindo diversos grupos em situação de vulnerabilidade, como pessoas trans, racializadas, *queers*, mulheres, pobres, apátridas. Para a autora, a precariedade “é uma condição social e econômica, mas não uma identidade (na verdade ela atravessa essas

³² No original: “symbol of Christ's victory over death and the old, corrupt human order” (Shilling, 2003, p. 191).

categorias e produz alianças potenciais entre aqueles que não reconhecem que pertencem uns aos outros)” (Butler, 2019a, p. 65).

A professora brasileira Patrícia Porchat (2015) ao produzir uma interpretação do corpo nos trabalhos de Butler, descreve que a filósofa não parte apenas da matriz heterossexual como reguladora dos corpos. Cada grupo humano teria sua própria matriz de inteligibilidade, capaz de produzir exclusões. É por isso que no raciocínio de Butler, a nossa capacidade de produzir a própria abjeção, aponta para a precarização das vidas, fazendo com que nos tornemos dependentes de alguma forma, da solidariedade de outros indivíduos. Todavia, essa relação não é prerrogativa para justificar a violência e o extermínio em massa de grupos marginalizados. Devemos estar atentos ao reconhecimento da nossa inteligibilidade para torná-la inclusiva e apostar nas transformações sociais, tanto no que se refere aos mandatos de gênero, quanto das normas de produção de corpos-homens e corpos-mulheres (Porchat, 2015). Para Butler (2019a) não podemos falar sobre um corpo sem saber quais são as bases que o sustentam e qual a relação que ele mantém com a presença ou falta desse apoio. O corpo não pode ser separado completamente do meio em que está inserido, seja em relação às condições de infraestrutura ou ambientais que o fazem agir em sociedade. De acordo com a autora, essa ação corpórea é sempre uma ação condicionada que se apresenta como um sentido do caráter histórico do corpo.

Rema Hammami (2019), antropóloga de origem árabe-saudita, acredita que a relevância do trabalho de Butler para compreensão da guerra e da violência política está na centralidade dada pela autora ao poder e à percepção na produção de corpos como portadores de valor e significado diferenciados. Compreender o corpo ao qual os trabalhos de Butler se referem, implica que saibamos quais as condições e estruturas que o sustentam, porque, tanto estes quanto suas performances de gênero e outras identidades, são regidas por operações de normas de poder. Hammami (2019) acrescenta que estas normas impõem esquemas rígidos ao constituírem o exposto como normal, natural, a partir do abjeto, ou seja, daquilo que é rejeitado, desprezado pela moralidade social. Essa dinâmica torna os corpos social e politicamente legíveis, ao mesmo tempo em que os inscrevem com valor social diferenciado. Hammami (2019) expõe que o argumento de Butler aborda como os sujeitos são repetidamente constituídos no processo de incorporar as normas por meio das práticas da vida corporal cotidiana. Essa dinâmica é politicamente significativa não apenas em relação ao gênero, mas em termos de outras categorias sociais de diferença (como raça, classe, etnia, idade, entre outras).

Não obstante, é fundamental ressaltar, como exposto por Letícia Nascimento (2021), que qualquer verdade universal sobre os nossos corpos é um entrave para o feminismo. O nosso

entendimento sobre este conceito deve deixar claro de qual ponto de partida ele surge, expondo seus alinhamentos políticos e teóricos. Por isso, optamos por creditar as feministas que não partem de uma higienização, neutralização, uma estranha descorporificação do corpo, apresentando este em sua variedade material (Grosz, 1995). Isto porque, entendemos as múltiplas camadas de se pensar o corpo em suas marcas territoriais, de gênero, classe, raça etc. Então, as conceituações e teorias aqui presentes não se apresentam como verdades absolutas. Como pesquisadoras feministas, fazemos parte do agrupamento de pessoas que permanecem atentas aos sujeitos nos contextos de suas experiências individuais e coletivas, frente à militarização, ao patriarcado, o colonialismo, a violência econômica e política, as desigualdades e o racismo. E buscamos expor o invisível, o invisibilizado, para sermos capazes de apresentar formas de repensar os assuntos da política em termos de sua corporificação.

2.2 Situando as ramificações conceituais do corpo

O conjunto de estudos sobre o corpo ou se é possível afirmarmos, a escola teórica contemporânea do corpo, tradicionalmente ao longo dos anos foi composta por autores/as e escritores/as que optaram por seguir os estudos das nomeações, da linguística, ao refletirem sobre os nomes dados ao corpo e as suas possibilidades de descrição. Mas, as abordagens foram variadas, podendo partir de muitas frentes. Célebres trabalhos foram desenvolvidos para analisar o corpo na teoria social a partir de contribuições específicas de áreas como a Filosofia, Psicanálise, Medicina, Sociologia, Antropologia, Educação Física, Dança, Etnologia, Estudos Culturais e Raciais, Teologia, Literatura etc. (Greiner, 2005; Ortega, 2010). Entretanto, em nosso exercício de tentar expor o corpo enquanto uma categoria de mobilização da política moderna, importante para o campo das Relações Internacionais, percebemos que era preciso esclarecer quais as ramificações conceituais pelas quais o corpo pode ser compreendido, principalmente nas pesquisas feministas. Nesse sentido, nos deparamos com uma constante sobre o corpo que tem gerado muitas dúvidas, a noção de *corporeidade*.

Para o professor brasileiro Tadeu João Ribeiro Baptista (2022), a corporeidade faz parte de um grupo de inúmeros conceitos que surgiram quando o corpo passou a ser constantemente revisitado. Ela teria suas origens na escolástica Árabe com Avicena ou na Cristã com Duns Scotus, por influência de teólogos e filósofos medievais. Essa concepção se desenvolveu ao longo do tempo, de diversas formas, para subverter as noções ortodoxas enraizadas nos estudos sobre o corpo. A professora da PUC em São Paulo, Christine Greiner (2005) e o filósofo francês Michel Bernard (2016), fazem a analogia da corporeidade como uma rede de anticorpos que

tenta romper com a noção de corpo monolítico. O uso desse conceito possibilitou a elaboração de diferentes concepções estéticas do que era tradicionalmente categorizado para o corpo. Seja nas artes ou nas ciências, os estudos que levavam a corporeidade em consideração não escapavam da tentativa de nomear e descrever o corpo, mas definiram um nível diferente para que isso fosse realizado. Esse novo formato de abstração implicava em discutir o corpo a partir das suas corporeidades e para isso era preciso estudar os diferentes estados pelos quais um corpo vivo se coloca em ação no mundo (Greiner, 2005; Bernard, 2016). Os autores acrescentam ainda que no Ocidente³³, a noção do corpo como uma estrutura física e ao mesmo tempo vivida, aspecto definidor da corporeidade, parece ter sido difundida principalmente pelo filósofo Maurice Merleau-Ponty e os pensadores da corrente fenomenológica a partir de Edmund Husserl e seus tributários.

A proposta elaborada por esses intelectuais levava em consideração a corporeidade como uma categoria que reconhecia o tráfego de informações entre dentro e fora, interior e exterior, entre as informações biológicas e fenomenológicas, sem as tratar como aspectos opostos. Isso dava à noção de corporeidade, um sentido duplo, caracterizando-a ao mesmo tempo como estrutura vivida e contexto, um lugar também de mecanismos cognitivos (Greiner, 2005). Francisco Javier Ortega Guerrero (2010) aponta que corporeidade para a tradição fenomenológica advém dos termos em alemão *Körper* e *Leib* e quando traduzidos para o português e espanhol, podem significar *corpo vivo* e *corpo vivido*. O primeiro refere-se à forma física do corpo, e o segundo, a experiência corporal vivida. Para o autor, o uso desses termos poderia levar as pessoas a pensarem em um novo tipo de dualismo que dividiria as dimensões do corpo, mas dessa vez, uma bifurcação da materialidade corpórea. Todavia, o que se estabelece na verdade são duas dimensões de uma unidade, o corpo vivido. Este que tem seu estado psíquico e de carne e osso, nervos, fibras, é capaz de ser descrito de forma científica e objetiva (Ortega, 2010).

³³ Greiner (2005) observa que a riqueza dos estudos sobre o corpo está na ponderação acerca das “diferenças” e “semelhanças” entre o que é exposto pelas teorias. Em seu livro, o intuito foi apresentar um panorama geral das principais contribuições sobre o corpo, partindo de reflexões que muitas vezes não são de fácil acesso em língua portuguesa. Como já mencionado anteriormente, nem todo conceito ou categoria é passível de ser analisado e replicado sem levar em consideração as especificidades de sua geografia. Como exemplo, a autora escreve sobre as contribuições do filósofo japonês Yasuo Yuasa. Para ele, “no Japão e na China parte-se da suposição de que a relação corpo-mente muda através do treinamento do corpo, o que se processa pela cultura (shugyô) e a formação (keikô) propriamente dita. É apenas depois de adotar este ponto de partida experiencial que se pode perguntar qual é a relação entre corpo e mente. Ou seja, este debate nunca pode ser restrito a uma especulação exclusivamente teórica. Ele se origina em uma experiência prática, vivida (taiken) que implica num continuum mente-corpo em um sujeito e em seus trâmites com o ambiente” (Greiner, 2005, p. 22). Por isso, a necessidade de localizar e diferenciar o que o bojo teórico Ocidental tem a dizer sobre o corpo, haja visto as particularidades das filosofias do corpo para cada região.

Ao longo do século XX, as perspectivas mais difundidas se apoiaram nessa percepção, destacando formas de compreender o corpo enquanto uma dimensão pela qual os fenômenos sociais acontecem. Segundo Elizabeth Grosz (1995), esse período ficou marcado pela existência de dois eixos de pensamento: o primeiro, resultado das análises de Nietzsche, Kafka, Foucault e Deleuze e o segundo mais predominante na psicologia, especialmente na psicanálise e na fenomenologia. Para a autora as contribuições do primeiro eixo, chamada por ela de inscitivo, considera o corpo uma superfície na qual o nosso conjunto de regulações sociais como leis, valores e aspectos morais são inscritos. O segundo refere-se ao corpo vivido, ou seja, as inscrições internas e/ou experiências psíquicas do corpo, tomando a anatomia, a materialidade corporal e imaginária, como objeto. Nesse mesmo contexto, as abstrações e reformulações acerca do conceito de corpo em diversas áreas das ciências sociais, o tornou um dos mais instáveis, com a sua análise constituindo uma espécie de campo de batalha intelectual, travado pelas lutas e reivindicações do pós-estruturalismo e pós-modernismo, fenomenologia, feminismo, sociobiologia, sociologia e estudos culturais (Shilling, 2003).

Todo esse conjunto de processos pelos quais a conceituação do corpo passou, o levou a ser considerado um pouco mais do que uma metáfora para explicar preocupações específicas. Para Chris Shilling (2003) era como se o corpo fosse o meio de esclarecer tudo para todas as pessoas, mas não havia consenso sobre como ele deveria ser conceituado. O autor considera que essa batalha pelo corpo a partir de agendas de pesquisa tão distintas, acabou reforçando a subordinação da materialidade física do corpo e a fez desaparecer do horizonte teórico. A sua retomada é proposta em vários trabalhos feministas, tais como os expostos na seção anterior, ao recuperarem o estudo do corpo e da política que o atravessa. Para o professor brasileiro da Universidade de Pelotas (UFPel), César Augusto Ferrari Martinez (2018), as feministas, principalmente as Teóricas *Queer*, ao reconhecerem que o objeto e sujeito são parte de uma mesma materialidade, falavam de corporeidade, mas a partir de outro termo, advindo da língua inglesa, denominado *embodiment*. A socióloga brasileira Ana Paula Martins (2018), expõe que este conceito chegou à Sociologia do corpo, tendo o seu sentido percorrido os mesmos caminhos da *corporeidade* proposta pelos fenomenólogos. Entretanto, naquele momento traduzir *embodiment* como corporeidade significava associar o corpo à condição existencial do ser e não ao resultado de um ato ou ação.

Quando absorvido pelas correntes teóricas feministas, diferenças sutis nas escolhas de palavras para traduzir *embodiment* ao português surgiram, com o intuito de que os sentidos expostos no idioma original fossem reproduzidos. Não podemos afirmar a melhor palavra que reflita o significado direto do termo, mas sabemos que ele é de difícil tradução, pois pode ter

um conjunto distinto de ideias equivocadas a seu respeito. Em alguns momentos traduzido como “encarnado” ou “incorporado”, podem lembrar a ação de receber um espírito no corpo, muito comum para um repertório religioso, mas que nada tem a ver com *embodied*³⁴ (Greiner, 2005). Há também outros termos correlatos que aparecem associados a ele, como *embody* e *corporeality*, mas a literatura observada não indicou traduções específicas que lhes dessem sentido. Essas palavras e a falta de um significante direto no português também podem levar a ideia de *corporeidade* enquanto *corporificação*, transformando o substantivo em verbo, indicando que uma ação é decorrente dele. Isso aponta para uma outra ordem, diferente da inicial fenomenológica. Para os estudiosos do Sul-global, como a australiana Raewyn Connell (2016), o sentido do termo traduzido como *corporificação* faz jus a sua relação com as questões de gênero. Ainda que o seu significado seja um pouco controverso, “Corporificação é um conceito utilizado para adjetivar o gênero e promover uma perspectiva não essencialista e tampouco eurocentrada desse campo de estudos” (Martins, 2018, p. 51).

Dessa maneira, *embodiment* tem uma orientação para a geopolítica do conhecimento, que permite “incorporar” outros elementos ao debate sobre o corpo, como as reflexões acerca do poder na produção do conhecimento, as heranças coloniais nas relações de gênero e as práticas políticas de gerenciamento e controle dos corpos (Martinez, 2018; Connell, 2016; Martins, 2018). César Augusto Ferrari Martinez (2018) acredita que *embodiment* quando utilizado pelas Feministas *Queer*, em análises na História, Filosofia, Geografia, Sociologia, serve para contrapor “vocábulos passivos para designar processos humanos, como “sentir” ou “perceber” e passam a descrever as situações como “vividas”, “materializadas”, “corporizadas” (Martinez, 2018, p. 58). Isso porque, uma parte significativa das perspectivas *queers* não buscam modelos de abstração totalizantes e universais, se baseiam em dados micro, ou seja, atribuem importância para o conhecimento produzido a partir de realidades experienciadas, situadas. Esse tipo de abordagem reconhece a relevância do que é produzido por homens e mulheres marginalizados que vivenciam essa condição e tentam rompê-la (Martinez, 2018). Em outras palavras, o fato desse alinhamento feminista não separar o objeto de estudo de como o pesquisador vive o mesmo, demonstra que o conhecimento por si só é corporificado. Isso nos permite reposicionar os corpos dos sujeitos em diversos âmbitos sociais, seja nas universidades,

³⁴ Greiner (2005) associa *embodiment* ao termo *embodied* presente na obra do biólogo e filósofo chileno Francisco Varela, *The embodied mind*, escrita em parceria com Evan Thompson e Eleanor Rosch. De acordo com Greiner (2005) este trabalho é bastante citado nas discussões acerca da história da *embodied action*, haja visto que “os autores buscavam uma aproximação entre as ciências cognitivas, as tradições budistas, a psicologia meditativa e a filosofia. A ideia era compreender no gesto da experiência humana, as possibilidades qualitativas daquilo que havia sido vivido” (Greiner, 2005, p. 35).

nos saberes e/ou nos discursos, espaços onde a balança de poder e os interesses políticos não costumam pender para o lado deles.

Nessa mesma linha de raciocínio, outros conceitos importantes são mobilizados pelas feministas e fazem parte do conjunto de terminologias sobre o corpo, como o de *gênero corporificado* e *corpo-território*. Ana Maria de Oliveira Uripia (2020), professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), considera que as feministas alimentaram o termo *gênero corporificado*, percebendo o corpo sexuado, assim como a cor da pele e outros marcadores sociais como importantes na definição do estatuto social e político do sujeito. Falar sobre ele significa dizer que o corpo está sujeito às leis da natureza e às práticas, tecnologias de significação/produção subjetivas. Aqui, ela e diversos autores partem da noção que o corpo sexuado se constitui “como uma situação (localizada em outras situações sócio-históricas e culturais) na qual se funda a experiência vivida (subjetiva)” (Uripia, 2020, p. 388). Portanto, a dimensão que corresponde ao termo *corporificado* é entendida como uma condição do corpo que combinada com a mente, inscreve o sujeito em uma matriz socioespacial, isto é, um sujeito corporificado datado e situado. Para o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Ivaldo Gonçalves Lima (2023), quando nos referimos a corpos datados e situados, damos ênfase à concepção de que o corpo é uma construção social desenvolvida através da história e do seu pertencimento e/ou posicionamento geográfico. No interior das culturas, os corpos são apresentados a partir dessa relação, o que os tornam datados e situados, passando a adquirir algum tipo de valor de forma transitória e circunstancial (Lima, 2023).

Nesse escrutínio intelectual pelo qual o corpo e suas categorias correlatas foram colocadas, torna-se evidente a tentativa de desaprisiona-lo de concepções estritamente funcionais ou instrumentais e meramente naturalista. Do ponto de vista dos saberes subalternos, contribuições significativas para a corporeidade surgiram principalmente do movimento de *indígenas mulheres*³⁵ na América Latina, a partir do século XXI. A antropóloga colombiana Astrid Ulloa (2023) elabora que, diante da violência extrativista que põe em risco a natureza, os modos de vida das comunidades indígenas e sua existência futura, as ativistas promoveram a defesa do corpo enquanto *corpo-território*. Essa proposta é uma confluência de que a violência contra seus territórios é também contra seus corpos, desfazendo o entendimento da

³⁵ A antropóloga brasileira Michelle Carlesso Mariano utilizou o termo *indígenas mulheres* na sua palestra “Reescrevendo histórias e inscrevendo-se no território acadêmico: as indígenas mulheres frente à violência nas universidades brasileiras”, para expor como as indígenas Kayapó gostariam de ser evocadas. Não somente elas como as pertencentes a outros grupos fizeram a mesma declaração em espaços do movimento de luta pelos direitos indígenas. Por isso optamos por utilizar o mesmo termo. Esta palestra fez parte do quinto encontro da atividade extensionista do LIEG - UNESP em 27 de outubro de 2022.

violência que os aflige concentrada apenas na apropriação da terra. Os efeitos desses processos reverberam pela rede de relações criadas entre os seres vivos e não vivos daquele ambiente (Ulloa, 2023). Para a pesquisadora argentina Veronica Gago (2020) a conjunção das palavras *corpo-território* revela a interdependência dos sujeitos, impossibilitando o isolamento do corpo individual em relação ao corpo coletivo e a natureza. Reflete:

“uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo como sendo também o território, refletido nos seus “afetos, recursos e possibilidades que não são “individuais”, mas se singularizam, por que passam pelo corpo de cada um na medida em que cada corpo nunca é só “um”, mas o é sempre com outros, e com outras forças também não humanas” (Gago, 2020, p. 78).

Ulloa (2023) ressalta que a concepção de corpo para as indígenas mulheres demonstra uma fluidez relacional das fronteiras ontológicas das redes de vida imbricadas pela violência, rede esta que precisa ser defendida por meio de ações políticas, pondo os corpos-território em constante movimento. A autora aponta que as feridas, dores e violências vivenciadas por essas mulheres são reproduzidas por um conjunto de dimensões muito conhecidas, os projetos coloniais, o patriarcado e as desigualdades sociais impostas pelo capitalismo. É a partir desse conjunto de particularidades e em busca de defender as necessidades dos povos originários, que foram elaboradas diferentes abordagens e explicações conceituais sobre o corpo-território³⁶. Há nas contribuições das ativistas indígenas um leque amplo de saberes e uma preocupação em orientar suas comunidades em relação às questões das mulheres. Um bom exemplo é a ativista Lorena Cabnal, uma *maya-xinka* da Guatemala, expulsa de sua comunidade por denunciar a violência sexual e o feminicídio em aldeias ancestrais da região. Ela compõe a Rede de Curandeiras Ancestrais que visam denunciar a violência sexual, o machismo nas comunidades e o racismo sofrido pelos povos indígenas. Em entrevista realizada em 2019, ao canal da jornalista argentina radicada na Alemanha, Pía Castro, a ativista Lorena Cabnal nos diz:

[...] é assim que nós, corpos, somos. Nascemos como corpos de mulheres em pluralidade. Não existe um corpo de mulher repetido em todo o mundo. Não existe um corpo de homem repetido em todo o mundo. Não existe apenas uma maneira de ser um corpo de mulher ou um corpo de homem, existem corpos na teia da vida e um princípio de pluralidade diz que não podemos saber quem são as mulheres e os homens na teia da vida. Caso contrário, é uma rede de vida heterossexual, é uma rede de vida que está anulando a bela e maravilhosa presença e existência de outros corpos que nasceram. É por isso que, nas redes de cura, falamos de corpos plurais. Não posso defender apenas meu território como corpo de mulher, porque, como mulheres, temos pluralidade. Temos diferentes maneiras de ser e é por isso que também reconhecemos os diferentes nomes que as irmãs de outros povos dão a si mesmas. Serão irmãs que se autodenominam lésbicas, irmãs trans, irmãs de maneiras diferentes e com nomes

³⁶ Reforçamos as indicações de leitura de Ulloa (2023) que evidenciou as pesquisas de Marchese (2019), Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo (2017), Zaragocin e Carreta (2021) e Leinius (2021).

diferentes. Gostamos de dizer que as mulheres são corpos plurais (DW Piá Castro, 2019, tradução nossa)³⁷.

O argumento de Cabnal evidencia como ela e suas companheiras lutam para defender o "*território do corpo*", ligado não só às violências maiores advindas do Estado e da desapropriação de seus territórios, mas a violência machista que também está presente nas comunidades indígenas. Juntas elas realizam cerimônias espirituais e praticam o "*acuerpamiento*", uma forma muito particular que encontraram de reciprocidade solidária capaz de ajudá-las a enfrentar o medo e a falta de proteção do Estado.

Em vista desse tipo de conhecimento situado e dos outros descritos ao longo desta pesquisa, ressaltamos que levar em consideração o corpo e suas ramificações teóricas como a *corporeidade*, a *corporificação*, o *gênero corporificado*, o *corpo-território*, e outros, é uma resposta teórica de ressignificação do conceito fixo de corpo. É uma tentativa de romper com o uso que tem sido feito dele para reforçar práticas e políticas de dominação. Portanto, esse breve panorama conceitual evidenciou que as concepções sobre o corpo possuem múltiplas interpretações, vários tipos de abordagens, capazes de ao mesmo tempo se distanciar e se aproximar. Optamos então por averiguar como essa dinâmica se realiza e quais as leituras podem ser feitas acerca do corpo na área de Relações Internacionais. Em sua breve história como área do saber, comparada às outras Ciências Sociais e Humanas, as RI já davam sinais de um alinhamento teórico sobre o corpo, mas que foi muito pouco questionado. Uma parcela dos seus autores se vale, em alguma medida, de ideias e formulações sobre o corpo político do Estado e os corpos dos sujeitos como objetos dissociados um do outro. O estudo do Internacional prevê a centralidade de conceitos como Estado, Nação e Guerra enquanto categorias fundamentais de análise, entretanto, deixa de fora diversas dimensões do social, principalmente sujeitos e seus corpos.

Na próxima seção, apresentaremos alguns caminhos pelos quais o corpo tem sido trilhado nas Relações Internacionais a partir de ponderações feministas, na tentativa de colocá-lo no centro da ação política e da produção teórica no campo.

³⁷ No original: [...] así somos los cuerpos. hemos nacido cuerpos de mujeres en pluralidad. No existe un cuerpo de mujer repetido en todo el mundo. No existe un cuerpo de hombres repetido en todo el mundo. No existe sólo una manera de ser cuerpo de mujer o cuerpo de hombre, existen cuerpos en la red de la vida y un principio de pluralidad dice que no podemos haber so las mujeres y hombres en la red de la vida. Si no, es una red de la vida heterosexual, es una red de la vida que está anulando la presencia y la existencia de hermosa y maravillosa de otros cuerpos que nacieron. Por eso, en las redes sanadoras, hablamos de cuerpos plurales. No puedo defender solo mi territorio cuerpo de mujer, porque como mujeres tenemos pluralidad. Tenemos diferentes maneras de ser y por eso reconocemos también los diferentes nombramientos que hermanas de otros pueblos se hagan. Serán hermanas que se nombren lesbianas, hermanas trans, hermanas de diferentes maneras y nombramientos. A nosotros nos gusta decir mujeres cuerpos plurales (DW Piá Castro, 2019).

2.3 A presença ausente: O corpo nas Relações Internacionais

“tu e não eu é quem perde. quem vive de privar a luz aos outros acaba se afogando nas trevas da própria sombra. nunca te livrarás de mim a não ser que minha liberdade seja generosa ao erro, que te traria a ciência da paz e da ida de volta para casa. tu e não eu é quem teme pelo que a cela me vem fazendo. tu que vigias meu sono, sonho, meu delírio minado de sinais. tenho visões e tens torres, chaves pesadas, armas a postos contra fantasmas. tenho sono, com toque sedoso por natureza, e tens de fazer por mim vigílias para não te tomar o sono a arma da mão em um piscar de olhos. sonhar é minha profissão e a tua é, em vão, fazer escutas a conversas nada amistosas entre mim mesmo e minha liberdade” (Darwich, 2020, p. 41).

O trecho acima foi escrito pelo poeta palestino Mahmoud Darwich, na obra intitulada “Da presença, da ausência” (2020), traduzida ao português por Marco Calil. Em formato de prosa, Darwich escreveu sobre aspectos muito importantes da vida de um homem preocupado com a história do seu povo, com a sua cultura e suas paixões. Ele identificou os dramas vividos pelos palestinos expulsos da sua própria terra, o exílio, o direito ao retorno, a memória e, “sobretudo do amor e da esperança — ou da falta dela —, e da sinuosidade de quem ama na distância, ou na ausência, e de quem ama, na sombra, a luz que emana da lembrança” (Sleiman, 2020). Escolher este autor para iniciar esse capítulo e este trecho em específico não é, de forma alguma, uma aleatoriedade. Darwich (2020) narra o peso das políticas genocidas, da expropriação de terras, do extermínio em massa dos povos e culturas compreendidos como “outros” e de como esses aspectos são pujantes a nossa sociedade. Tem na sua poesia um relato forte do impacto do colonialismo israelense no território e no corpo dos palestinos desde 1948. Neste e em demais textos de sua autoria, a construção poética e o enredo de suas palavras nos apresentam questões muito sensíveis à política e ao pensamento social e o unem a um conjunto robusto de artistas e poetas da resistência. Além disso, o título desta obra de Darwich (2020) remete a um termo significativo para o tema que será abordado a seguir.

Colocando o seu texto em diálogo com as contribuições que expomos nesta pesquisa e em específico nesta seção, inferimos mais uma vez que os saberes dominantes nas ciências, se mostram reticentes a um conjunto muito particular de temas. A questão Palestina, as epistemologias dos povos subalternizados, a preocupação com a vida e morte dos sujeitos, a arte enquanto expressão da política, entre outras abstrações, indireta ou diretamente estão relacionadas à vida política e ao pensamento social, mas tinham tido e/ou continuam tendo, pouca abertura ou nenhuma na academia. Nos parece, ainda hoje, que esse ocultamento ocorre devido a existência de um “não-lugar” onde temas específicos podem ser alocados. Em Relações Internacionais, observamos essa dinâmica no capítulo 1 com os feminismos, suas teorias e os estudos de gênero. Nesta seção, ousamos dizer que o mesmo ocultamento se estende

às análises acerca do conceito de corpo enquanto categoria que seria fundamental para a área, capaz de fazê-la se debruçar sobre a experiência vivida de sujeitos e suas coletividades, marcados por estereótipos e vulnerabilidades sociais que tendem a ser perpetuadas em suas análises.

Porém, essa não é uma especificidade apenas das Relações Internacionais. Temos, do ponto de vista sociológico, que embora o corpo tenha se tornado um assunto legítimo de preocupação teórica, ele tendia a desaparecer de vista no pensamento social em relação às preocupações com temas analíticos mais ortodoxos. Isso caracterizou para Chris Shilling (2003) um problema que não era novo, a "presença-ausente" do corpo na disciplina. Parte desse processo foi conduzido pela abordagem filosófica dominante no pensamento ocidental, que durante séculos valorizou a mente pensante acima da carne física. Mas, o corpo não estava completamente ausente em clássicos como Descartes, Comte, Kant, Weber e Durkheim. Para Shilling (2003) a questão problema era a ponderação desconfiada do corpo por esses autores, o que tende a marginalizá-lo em relação aos poderes supostamente auto-determinantes da mente. E a fragmentação permanente da totalidade do sujeito incorporado, fazia-o desaparecer de vista. Nos argumentos do autor, com a negatividade conferida ao corpo pela filosofia, a sociologia clássica acabou não restaurando totalmente a fisicalidade humana no que tange ao cenário conceitual do corpo.

Em meados da década de 1990, este conceito havia assumido o status de subdeterminado, ou seja, possuía várias explicações ou determinações que poderiam ou não excluir uma abordagem em favor das outras.

Diferentes teorias passaram a definir o corpo de maneiras amplamente contrastantes e o investiram de papéis incompatíveis. Para os teóricos da cultura do consumo, o corpo era um fenômeno de superfície que se tornou um marcador maleável de valor comercial sujeito aos caprichos da moda. Para as feministas, era um objeto sexuado usado como meio de justificar a subordinação das mulheres. Para os analistas da governamentalidade, era um objeto que havia se tornado passivo devido às mudanças nos modos de controle. Foi transformado em um resquício incerto e até mesmo em um resquício rapidamente desaparecido da cultura pré-tecnológica para os interessados no encontro de carne e máquinas que ocorreu com o desenvolvimento dos "ciborgues". Ela foi definida em termos de suas fragilidades para aqueles interessados em desenvolver um novo sistema universal de ética. Foi até mesmo reduzida a uma categoria conceitual positiva (ou seja, uma categoria que poderia explicar fenômenos anteriormente marginais a uma teoria) para aqueles preocupados em abordar problemas dentro de sua própria disciplina (Shilling, 2003, p. 181, tradução nossa)³⁸.

³⁸ No original: Different theories proceeded to define the body in widely contrasting ways and invested it with incompatible roles. The body was a surface phenomena which had become a malleable marker of commercial value subject to the vagaries of fashion for theorists of consumer culture. It was a sexed object that had been used

Como é comum nas Relações Internacionais recorrer a outros campos disciplinares, essas implicações acerca do corpo também foram absorvidas de certa maneira pelo campo. A professora associada em Estudos de Gênero da Universidade de Cambridge, Lauren Wilcox (2015), escreveu em seu livro *“Corpos de Violência: Teorizando sujeitos corporificados nas Relações Internacionais”*³⁹ uma análise de como a teorização do corpo é frequentemente mais implícita que explícita na área. A perspectiva dela está alinhada ao movimento de retomar o corpo para investigar os problemas teóricos e analíticos do próprio campo. Wilcox (2015) disserta que principalmente em suas teorias convencionais, os corpos foram compreendidos nas RI de forma isolada da coletividade e a partir da sua dimensão material, biológica, que é anterior à política e associada a uma soberania do indivíduo sobre si. Isso implicou em ponderações humanistas liberais do corpo que acarretaram na mesma problemática mencionada na Sociologia, a questão da “presença-ausente”. Essa condição se estabelece porque as RI sempre lidaram com corpos, dado os temas pelos quais muitos dos seus estudiosos se debruçam. Por isso, não podemos afirmar que exista uma ausência clara do corpo no campo (Wilcox, 2019).

Em Relações Internacionais é muito comum que pesquisadores analisem questões como guerras, migrações, segurança, práticas de trabalho e acumulação de renda, economias globalizadas, fronteiras etc. Neste bojo de discussões também são absorvidos outros tópicos como movimentos de resistência política e de transformação social, organizações e práticas políticas, fenômenos profundamente atravessados pelo corpo. Entretanto, para Wilcox (2015) essa associação não parece nítida para a disciplina, por conta da forma como estrutura suas bases conceituais. As RI e seus intelectuais são reconhecidos por partirem de observações centralizadas no Estado-nação, conceito primordial que orienta o campo. A compreensão deles acerca deste conceito é dominada por parte das abordagens de Hobbes e de outros teóricos do contrato social que permitem o corpo ser abordado na sua dimensão material, mas não nas suas dimensões políticas e sociais. Soma-se a isso, o fato de as teorias clássicas compreenderem o Estado também a partir da sua naturalização como um corpo humano, questão que nos termos da autora intensifica ainda mais a ideia dos corpos dos sujeitos como uma entidade singular e indivisível. Para Wilcox (2015), as Relações Internacionais ao partirem dessa ideia de Estado,

as a means of justifying women's subordination for feminists. It was an object that had been rendered passive by changing modes of control for analysts of governmentality. It was changed into an uncertain and even a rapidly disappearing remnant of pre-technological culture for those interested in the meeting of meat and machines which had occurred with the development of 'cyborgs'. It was defined in terms of its frailties for those interested in developing a new universal system of ethics. It was even reduced to a positive conceptual category (i.e. a category that could explain phenomena previously marginal to a theory) for those concerned with addressing problems within their own discipline (Shilling, 2003, p. 181).

³⁹ “Bodies of Violence: Theorizing Embodied Subjects in International Relations” no idioma original.

vislumbram um corpo que para se manter vivo precisa de liberdade e proteção concedida pelo mesmo, ou seja, os corpos ainda que vivos e respirantes, são objetos que devem ser defendidos, tutelados pelo Estado.

Nesse sentido, Wilcox (2015) acrescenta que as teorias realistas e liberais das RI, de formas muito semelhantes, teorizam a relação entre corpos, sujeitos e violência, considerando o sujeito como autônomo e racional. Quando se trata de ponderar a relevância dos corpos para a política, não consideram sua agência própria, os corpos são movidos pelas motivações das estruturas e instituições e os interessam apenas se vivem ou morrem, criando assim uma ruptura radical entre sujeitos e corpos (Wilcox, 2015). Mas, embora essa naturalização do corpo e a percepção de proteção pelo Estado tenha se tornado de modo geral, uma ontologia amplamente aceita, foram as correntes feministas, uma das poucas a questionarem a "naturalidade" desse corpo a ser protegido. As teóricas feministas das RI estiveram na vanguarda dos esforços para trazer os corpos de volta ao estudo das Relações Internacionais, preocupadas com o status ontológico do corpo, com as políticas de proteção e a desvalorização do feminino no que tange as ponderações sobre corporeidade na área (Wilcox, 2015). Elas questionaram o sujeito purificado da perspectiva cartesiana, a negação do corpo, a predominância do sujeito europeu e branco, cuja existência não permite o feminino, o não-branco e se apropriaram do corpo enquanto conceito fundamental para o campo.

Segundo Wilcox (2019), emerge desse movimento contribuições feministas recentes, cujo estudo explícito de corpos e da corporeidade⁴⁰ visam corrigir as teorias abstratas da violência e da guerra pautadas pelas RI. São estes os trabalhos de Elizabeth Dauphinee (2007), Karin Fierke (2013), Stefanie Fishel (2017), Christine Sylvester (2012), Lene Hansen (2000), Kevin McSorley (2013), Rosemary E. Shinko (2010) e acrescentamos especialmente os de Jasbir Puar (2017), Nadera Shalhoub-Kevorkian (2010) e Françoise Vergès (2021). Essas autoras buscaram romper com a suposição de que a guerra e o uso da violência pelo Estado se concentram apenas em manobras políticas, estratégicas e táticas. Analisaram o poder dos discursos de gênero que moldam a política internacional e afetam de forma diferenciada a vida de homens e mulheres, sem deixar de lado a constituição do corpo no âmbito da política. Nos termos de Wilcox (2015) e Sylvester (2011), é no corpo humano que podemos unificar a observação da diversidade de experiências vividas pelos sujeitos na guerra, bem como a partir das múltiplas marcações identitárias de gênero, classe, raça, idade, ocupação, idioma e outras

⁴⁰ Wilcox (2015) e (2019) utiliza o termo *embodiment* ao longo dos seus escritos, portanto optamos pela tradução como *corporeidade* da mesma maneira que outros autores fizeram ao retomar o pensamento dela, como em Rosário (2021).

que os delineiam. Corpo este, caracterizado por ser uma entidade material, física e, ao mesmo tempo pensante, sensível, emocional e racional. O que elas fizeram, como escreve Shinko (2012) não se tratou de “trazer o corpo de volta às Relações Internacionais (RI), mas sim de reconhecer que o corpo tem sido o local não reconhecido no e por meio do qual a política internacional tem sido conduzida” (Shinko, 2012, p. 162, apud Wilcox, 2019, p. 306).

Todavia, o pesquisador brasileiro Natan da Silva Rosário (2021) aponta algumas questões críticas aos argumentos de Wilcox. Ele pondera que é louvável o seu esforço de retomar os debates acerca do corpo nas RI, mas o seu trabalho “ainda se descreve através de uma veiculação clássica dos fenômenos de violência, não engajando para com as fundamentações ontológicas e metodológicas que permeariam um acesso alternativo ao corpo” (Rosário, 2021, p. 13). Do ponto de vista do autor, pensar o corpo nas Relações Internacionais ainda vinculado às questões de violência e poder, assim como feito por Wilcox, mantém a lógica da presença-ausente do corpo que ela mesma relata. Isso se dá, devido a utilização de uma abordagem que não rompe com as metodologias clássicas, aquelas que não situam o autor e o objeto de pesquisa. Rosário (2021) não nega o escamoteamento do corpo na disciplina, apenas pondera que precisamos nos atentar às generalizações e abstrações das particularidades do que é entendido por sociedade, sujeito e corpo. Esses três eixos importantes para a retomada do corpo nas RI, podem ser situados e correlacionados de uma maneira que muitas vezes acaba promovendo leituras desconectadas da realidade de cada um dos componentes. Em vista disso, precisam estar alinhados com uma metodologia direta que ancore a experiência vivida do corpo objeto e corpo pesquisador.

É possível que Wilcox (2015) retroalimente a presença-ausente do corpo em suas abordagens, mas compreendemos que ela está situada no contraponto argumentativo aos clássicos quando mergulha nas contribuições de autoras feministas pelas quais o corpo não passa por subterfúgios ou malabarismos teóricos. Talvez, o que pareça controverso em seu trabalho, seja a escolha em analisar o conceito de corpo a partir de uma abordagem que retoma as aceções acerca do sujeito liberal, principalmente no contexto atual, de reformulação teórica pautado pelas feministas. Nosso desassossego em relação ao exposto por Wilcox (2019) está na sua consideração de que as epistemologias feministas e pós-coloniais não nos informam adequadamente como incorporar às Relações Internacionais, as críticas das formas desencarnadas de produção do conhecimento. No capítulo 3 veremos de forma mais abrangente que as perspectivas mais ao Sul do globo, não só tem muito o que contribuir para as Relações Internacionais, como possuem suas próprias ontologias, epistemologias e métodos.

À vista disso, vale ressaltar que as ressalvas aos estudos da corporeidade nas Relações Internacionais, são tensionadas pela presunção do campo de que os sujeitos têm pouco valor às estruturas da política internacional, ou seja, não causam impacto direto aos pilares que definem essa dimensão. Mas, de onde estamos situadas geográfica e teoricamente, essa lógica não é apropriada. Ainda que possa parecer um pouco de ingenuidade da nossa parte, consideramos que tornar os corpos uma parte significativa das RI é evidenciar que cada escolha política de representantes estatais e muitas outras questões ligadas ao campo, reverberam nos mesmos sujeitos e corpos pelos quais a área insiste em negar valor. Nosso intuito em questionar essa presença-ausente de corpos, de sujeitos e saberes subalternizados está em redirecionar o conhecimento produzido por e nas Relações Internacionais, para que ele esteja atento ao que o aprisiona ou o liberta, assim como acontece com os fenômenos sociais pelos quais somos atravessados. Essa revitalização da produção do conhecimento, não é nova. Diversos intelectuais buscaram soluções para realizar esse nosso objetivo. Mas, nem sempre a sensibilidade feminista esteve presente nesse movimento e no que se refere às Relações Internacionais, tem sido algo cada vez mais necessário.

Destarte, nos unimos ao argumento de Rosário (2021) e de outras feministas, para superarmos essa presença-ausente de temas no campo. Podemos partir não só de outras epistemologias, como de outras metodologias. É possível seguir através das escritas autorreferenciadas que situam o “eu”, o sujeito e objeto de pesquisa, autoetnografias e/ou a incorporação de teorias feministas. Além disso, precisamos ser capazes de promover um conjunto de novas tratativas do corpo, de forma a aproximar as RI dos fenômenos e dinâmicas da realidade corpórea e de suas atribuições políticas.

Por fim, acrescentamos que nesse processo de pautar rompimentos e avanços, não podemos reproduzir o mesmo tipo de ciência que temos feito em pouco mais de 100 anos de história da disciplina.

3 O QUE DIZ O SUBALTERNO? O CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL E AS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO FEMINISTA E DECOLONIAL.

A crítica feminista indiana Gayatri Chakravorty Spivak em sua obra “*Pode o subalterno falar?*” (2010) considera como as percepções da realidade pelas Ciências Humanas estão diretamente ligadas à enunciação da linguagem, do discurso. Em seu argumento está a

necessidade de refutarmos os fundamentos dessa ciência ancorada na perspectiva eurocêntrica, ao levarmos em consideração as ideologias, experiências e os saberes provenientes dos sujeitos considerados silenciados, subalternizados. Para ela, de certa maneira, o trabalho intelectual no Ocidente tornou-se cúmplice dos interesses econômicos internacionais, cujo objetivo é “apagar” duplamente os sujeitos subalternizados e as questões de distinção sexual. A autora procura dar ênfase nas dinâmicas da experiência feminina para descrever o fato de a historiografia colonialista manter a dominação masculina. Isso acontece independentemente da existência inegável da desigualdade na divisão sexual do trabalho e da atuação insurgente das mulheres contra essa situação, porque a ideologia de gênero difundida pelo colonialismo continua, no tempo presente sendo perpetuada. Esse processo relega o sujeito subalterno, principalmente o sujeito feminino subalternizado, ao escamoteamento. A sua história então é suprimida e não lhe é dado o direito de falar.

O que tem sido proposto por ela e outras/es autoras/es alinhados a uma abordagem decolonial e pós-colonial, é que apesar de todo esse processo, nós subalternos temos muito o que dizer. Desse modo, a partir do pensamento de Spivak (2010), nos questionamos durante o processo de elaboração deste trabalho, se as agendas de pesquisa em Relações Internacionais, principalmente em localidades fora do eixo EUA-Europa, possuíam temas ou especificidades que sugerissem um tipo diferente de trajetória e/ou alinhamento teórico do conhecido *mainstream*. Como pesquisadoras brasileiras, era do nosso interesse incorporar também os entraves e entendimentos que situassem o nosso interesse de pesquisa, as teorias feministas e os estudos conceituais do corpo, com o universo acadêmico de RI no Brasil. Optamos então por começar este trabalho apresentando de forma ampla a trajetória dos feminismos, suas discussões, conceitos fundamentais e contribuições teóricas, para nesta última seção abordar como esses debates têm sido inseridos nessa área, em nosso país⁴¹. E claro, evidenciar os possíveis caminhos teóricos que as perspectivas do Sul-global e decoloniais tem a oferecer para o campo.

Veremos mais à frente, que os nossos cursos possuem uma história recente, logo as discussões geradas ao fim da Guerra Fria, como as considerações sobre o meio ambiente, o tráfico de drogas, a globalização econômica, as questões demográficas, a etnicidade e os feminismos, chegaram de forma mais tardia. Em meados dos anos 2000, com a criação de mais

⁴¹ Obviamente, não era o objetivo nem caberia nesta pesquisa, destrinchar as especificidades de todos os cursos de Relações Internacionais do Brasil. Mas, nossa ideia é buscar dar ênfase àqueles que a nossa experiência particular de alguma forma os atravessou e apresentar um panorama geral das teorias feministas que não sejam só as advindas da Europa e dos Estados Unidos.

cursos e a atuação de universidades catedráticas, as abordagens tangenciando os feminismos e os temas correlatos, começaram a aparecer no Brasil. A partir disso, os primeiros eventos e publicações realizados estavam alinhados aos estudos culturais e posteriormente forneceram espaço para que outros tipos de perspectivas teóricas fossem incorporados. Mas infelizmente, a presença das teorias feministas nas Relações Internacionais do Brasil se mantivera incipientes em alguns âmbitos acadêmicos. Uma breve avaliação dos principais programas de pós-graduação no nosso país, demonstrou que há uma baixa projeção de intelectuais que seguem para o mestrado e o doutorado, desenvolvendo pesquisas abarcando contribuições teóricas feministas. O cenário só é positivo quando levamos em consideração a atuação de grupos de pesquisa, ativistas feministas acadêmicas e as publicações em periódicos e revistas abertas aos temas dos quais nos debruçamos.

Compreender que nossas agendas de pesquisa não são facilmente absorvidas pelo campo pode causar sentimentos conflitantes, mas para nós significa que é ainda mais necessário não desistirmos do trabalho que vem sendo feito por muitas feministas ao longo do tempo. Enquanto pesquisadoras da periferia, temos muito o que dizer acerca da política internacional, da guerra, globalização, economia, problemas sociais, desigualdades de gênero, entre outros temas pertinentes às Relações Internacionais. Aqui não estamos nos comunicando por “alguém”, como Spivak (2010) expôs que muitos dos trabalhos críticos aos saberes hegemônicos têm se proposto a fazer. Falamos, escrevemos, enquanto parte da periferia, por nós mesmas, por sermos sujeitas dos feminismos, pesquisadoras, ativistas, inseridas e atravessadas por diversos dos fenômenos aos quais pronunciamos.

Portanto, para nos unirmos ao processo de reconfiguração da produção do conhecimento em Relações Internacionais, apresentamos nas próximas seções o cenário do campo no Brasil, especificidades que levaram à inserção das teorias feministas e dos estudos de gênero e corpo, uma parte das contribuições do pensamento decolonial para as feministas das RI e os novos passos a serem dados nas teorias, no campo e na academia.

3.1 Na contramão da hegemonia? Feminismos e gênero no campo brasileiro das Relações Internacionais

Segundo as brasileiras Mojana Vargas e Aline Contti Castro (2020), o primeiro curso brasileiro de Relações Internacionais foi fundado em 1974 na Universidade de Brasília (UnB), com grande influência do pensamento europeu, norte-americano e da escola diplomática nacional, o Instituto Rio Branco. No site do Instituto de Relações Internacionais da Unb (IREL),

consta que a instauração do curso na universidade e o fato dela estar localizada na capital federal, propiciou um ambiente favorável ao desenvolvimento desse campo disciplinar no país. Arelado a isso estava a presença do próprio Ministério das Relações Exteriores e das representações diplomáticas, de todos os órgãos da administração pública federal e dos poderes legislativo e judiciário, garantindo ao curso da Unb um conjunto significativo de oportunidades. Em seus primeiros anos de atuação, o Bacharelado em RI contou com uma atuação expressiva do Itamaraty, a partir da participação de diplomatas no quadro de professores da instituição, dada a quantidade pequena de acadêmicos associados ao estudo sistemático das relações internacionais e da política externa brasileira (Instituto de Relações Internacionais-UNB, 2023).

Com o intuito de firmar a atuação brasileira frente aos debates das relações internacionais, o instituto expõe que entre 1976 e 1984, foram promovidos eventos acadêmicos nacionais e internacionais que possibilitaram a vinda de grandes intelectuais para o Brasil. Alguns desses grandes nomes vinham de países que já tinham uma tradição acadêmica no campo das RI, como Karl Deutsch, Raymond Aron, Henry Kissinger, Ernest Gellner, F. A. Hayek, Leszek Kolakowski, Maurice Duverger, Robert Dahl, Giovanni Sartori, e Norberto Bobbio. Também estiveram presentes pensadores brasileiros que naquele período estavam produzindo reflexões importantes para a formação da base dos estudos das Relações Internacionais como Afonso Arinos de Melo Franco, Hélio Jaguaribe e Celso Lafer (Instituto de Relações Internacionais-UNB, 2023). As contribuições de boa parte dos conferencistas foram transformadas em livros publicados pela editora da Universidade, fornecendo os primeiros conjuntos de publicações acerca do Internacional que tinham o Brasil em perspectiva.

A primeira coleção desenvolvida a partir das conferências foi a *Coleção Pensamento Político*, tendo seu primeiro volume coordenado pelo cientista político tcheco, Karl Wolfgang Deutsch, intitulado “*Análise das Relações Internacionais*” (1982). Uma outra iniciativa importante encabeçada pelo IREL da Unb, foi a criação da revista *Relações Internacionais*. Isso possibilitou a publicação de trabalhos e artigos originais de autores brasileiros, assim como traduções de artigos de autores estrangeiros importantes para o campo, estimulando no Brasil, as reflexões acerca das Relações Internacionais (Instituto de Relações Internacionais-UNB, 2023). Entretanto, no período da ditadura civil militar no Brasil (1964-1985), as Universidades Públicas passaram por intervenções diretas do governo. Vargas e Castro (2020) expressam que durante esse momento da nossa história, a Graduação em RI na UnB e muitos dos seus trabalhos desenvolvidos tiveram de apresentar o pensamento estatal, militar e diplomático expressos pelo governo. Só foi a partir da redemocratização que a autonomia acadêmica retornou, dando

margem para novos temas e possibilitando a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação em RI.

As particularidades do campo de Relações Internacionais, no Brasil, são muitas. Se o compararmos a outros lugares do globo, existe uma característica peculiar nossa que não é compartilhada, o fato da área aqui não ter surgido apenas a partir do campo da Ciência Política, tal como ocorreu na Alemanha e nos Estados Unidos. Segundo Mônica Herz (2002), professora de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), no Brasil, quem auxiliou o desenvolvimento do campo das RI foram historiadores, cientistas políticos, especialistas em direito internacional e economistas. Em vista disso, e da atuação do órgão públicos na Universidade de Brasília, as produções nacionais se concentraram por muito tempo em tratar da história e natureza da política externa e da inserção internacional do Brasil. Herz (2002) acrescenta que dentre os nomes nacionais mais conhecidos que seguiram esse alinhamento temático podemos encontrar os textos de Oliveira Lima, Amado Cervo, José Honório Rodrigues, Ricardo Seitenfus, José Luis Werneck, Paulo Vizontini, Gerson Moura e Clodoaldo Bueno. A professora considera que as pesquisas desses autores visavam abordar a história diplomática de forma mais geral, cobrindo longos períodos e às vezes momentos particulares do Brasil, como a era Vargas, a política externa independente ou a política externa dos governos militares (Herz, 2002).

Nos anos 70 e na década seguinte, outros trabalhos foram elaborados buscando um melhor entendimento da política externa brasileira, ao incorporarem um conjunto complexo de variáveis que visavam suprir insuficiências empíricas. Para Herz (2002) essa nova leva de pesquisas incluiu instrumentos teóricos e analíticos que ainda não eram familiares aos trabalhos brasileiros. A mesma autora ainda pondera que as contribuições mais significativas para o entendimento do sistema internacional, a partir de um ponto de vista brasileiro, naquele período, podiam ser encontradas no campo da Economia Política Internacional. Não é por acaso que a Teoria da Dependência ficou reconhecida em diversos países como a contribuição latino-americana mais destacável para a compreensão do sistema internacional, ao discutir as formas de inserção do Brasil no sistema capitalista (Herz, 2002; Cardoso; Faletto, 1970; Santos, 1978; Figueiredo, 1978). Os avanços sociais no mundo também foram importantes para que as agendas de pesquisa em RI no Brasil tenham se diversificado. A ampliação do número de cursos foi acompanhada de uma preocupação de estudiosos da área com relação à identidade interdisciplinar das RI, expressos no parecer CNE/CES N°: 243/2017, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso (Brasil, 2017). Essa característica plural da formação dos cursos de RI no Brasil, bem como a absorção de discussões e contribuições de outras áreas do

conhecimento, fez com que as pautas feministas e de gênero chegassem na área através do debate cultural.

Em nossas pesquisas não encontramos o marco exato de quais trabalhos tenham sido os primeiros a serem publicados constando o conceito de Gênero e abordando a temática dos feminismos no campo brasileiro das Relações Internacionais. Todavia, algumas produções desenvolvidas no início dos anos 2000 se destacaram pelo pioneirismo. Temos como exemplo, o livro *Ideias e Cultura nas RI* (2007), cuja discussão acerca do conceito de Gênero foi apresentada como parte das reflexões sobre as mulheres e a diplomacia. Este livro foi resultado dos debates realizados em um conjunto de edições da “Semana de Relações Internacionais” promovida pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, nos campi de Franca e Marília. Na mesma universidade, um segundo trabalho importante foi organizado pela professora titular da Graduação e Pós-graduação em RI da UNESP, a Dr^a Suzeley Kalil Mathias, intitulado “*Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas*” (2009), produzido com auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Dessa maneira, a UNESP se apresenta como uma das universidades que impulsionou as discussões feministas e de gênero com a realização de eventos, projetos de Iniciação Científica, disciplinas e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), como o da aluna Sarah de Freitas Reis (2007), intitulado “*A Política Internacional sob as lentes do "gênero": contribuições do feminismo às Relações Internacionais*”.

Outros livros surgiram após essas publicações e optei⁴² por elencar os que atravessam a minha trajetória acadêmica, mas que, possivelmente, são os trabalhos mais imersos nos temas abordados nesta pesquisa. Primeiro, a obra “*Relações internacionais: a questão de gênero*”, organizado pela professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Odete Maria de Oliveira (2011). Com capítulos escritos por professoras/res brasileiras, também estão presentes dois capítulos escritos pela norte-americana Cynthia Enloe: “*Margens, Silêncios e Degraus Inferiores: Como Superar a Subestimação do Poder no Estudo das Relações Internacionais*” e “*Carmem Miranda nos meus Pensamentos: a Política Internacional da Banana*”. E, um capítulo escrito por Robert Keohane: “*Teoria das Relações Internacionais: Contribuições a Partir de uma Visão Feminista*”. Como a obra completa foi publicada em língua portuguesa, esta foi a primeira que

⁴² Nesta seção em específico seria muito difícil manter a escrita do texto na primeira pessoa do plural, “nós”, porque me situo em conjunto com o meu objeto de pesquisa, o que significa que a análise dos avanços feministas e de gênero nas RI do Brasil perpassa a minha própria trajetória intelectual. Optei, portanto, em utilizar a primeira pessoa do singular. Ainda assim, nas outras partes do trabalho haverá a predominância do “nós”, por identificar que a elaboração desta pesquisa e a da minha trajetória acadêmica, representa também uma construção coletiva.

pude ler com afinco durante a minha graduação em Relações Internacionais, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), ainda que já tivesse tido contato com os clássicos feministas escritos em língua inglesa.

O segundo livro, *“A construção de Gênero no âmbito das Relações Internacionais: direitos humanos das mulheres e a necessidade de instrumentos eficazes a sua consolidação”* é a publicação do trabalho dissertativo de Andréia Rosenir da Silva (2016), no curso de Mestrado em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na área de concentração de Relações Internacionais. Atualmente a pesquisadora brasileira é consultora na área de Estudos de Gênero para a Women in Europe for a Common Future. Sua pesquisa foi de grande auxílio quando pude me inserir no grupo de pesquisa Natureza Humana, Pluralismo e multiculturalismo no âmbito dos Direitos Humanos, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como pesquisadora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Nesse mesmo contexto, tive a oportunidade de apresentar a pesquisa intitulada *“O Debate de Igualdade de Gênero nas Negociações Internacionais”*, em formato de banner, fruto do meu PIBIC, no XX Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR).

Neste evento, ocorreu o lançamento do terceiro livro que considero singular, *“Gênero, Direito e Relações internacionais: debates de um campo em construção”* organizado por Denise Vitale e Renata Nagamine (2018). Com um dos capítulos, escritos por Janina Onuki, Ana Balbachevsky Guilhon Albuquerque e Arthur Murta: *“Resistência e ocupação de espaços: debates feministas e queer em Relações Internacionais”*. E outro capítulo pela minha orientadora de PIBIC à época, Flávia de Ávila e suas colegas, Paula Alves Seixas e Karyna Batista Sposato: *“A Responsabilidade do Estado Brasileiro no Caso Alyne Pimentel pelo CEDAW: Mortalidade Materna e Direitos Reprodutivos sob a ótica das críticas feministas aos direitos humanos”*. Acrescento a palestra da ativista aymara boliviana Julieta Paredes. Ela expôs como a colonização criou duas linhas temporais históricas distintas sobre os feminismos nos países onde foi instaurada. A primeira era aquela que implantou e deu vazão ao feminismo branco hegemônico e a segunda das feministas colonizadas, das mulheres negras e indígenas, dos feminismos comunitários, que precisaram lutar mais uma vez para serem ouvidas e valorizadas.

A quarta obra é o *“Manual da internacionalista recatada: Relações Internacionais e Gênero”*, organizado por Débora Figueiredo Mendonça do Prado, Carolina Boniatti Pavese e Lara Martim Rodrigues Selis (2021). Esse livro foi pensado a partir do diálogo estabelecido entre a equipe do Podcast Chutando a Escada e o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Gênero e

Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (GENERI-UFU). Apresentando temas como Gênero e Política Internacional, Gênero e Feminismos no Brasil e Machismo Institucional. Já o quinto livro, *“Feminismo, Gênero e Relações Internacionais”*, organizado por Natália Maria Félix de Souza, Fernanda Barth Barasuol e Cristine Koehler Zanella (2023), discute as intervenções conceituais, as lentes feministas de gênero para pensar as Relações Internacionais e apresenta vivências em forma de relatos, para considerarmos e construirmos outros tipos de saberes. Ambos serviram de base para encontrar pesquisadoras/res brasileiras/os que pudessem contribuir teoricamente para esta dissertação.

Entretanto, gostaríamos de ressaltar que os avanços significativos das discussões feministas e de gênero, para além dos textos descritos acima, na verdade foram promovidos por grupos de pesquisa e de ativistas feministas acadêmicas que ainda hoje visam disseminar e alargar as reflexões feministas em Relações Internacionais. É o caso do Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero (LIEG), da UNESP de Marília - SP; o Núcleo de Estudos de Gênero do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (IARAS-GEDES), da UNESP de Franca – SP; o grupo de pesquisa em Gênero e Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (MaRIas IRI-USP); a Rede Latino-Americana MulheRIs+MujeRIs; o grupo de pesquisa, ensino e extensão nas áreas de Gênero e Relações Internacionais da Universidade de Brasília (MARIAS-UNB); e o projeto de extensão Diálogo de Gênero nas Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (GENERI – UFPB). Esses são os principais grupos que têm tido grande projeção atualmente, realizando eventos, publicações, manifestos e são relacionados diretamente com a área de Relações Internacionais⁴³.

Tive a oportunidade de conhecer alguns deles devido a minha participação e contribuição com eventos acadêmicos durante o período do Mestrado. Desde a graduação já refletia acerca de um sentimento comum compartilhado entre muitas feministas nas Ciências Humanas e Sociais, principalmente no Brasil: o fato de ainda haver uma resistência significativa às discussões de gênero e feminismos em nosso campo de formação. Mesmo que essa resistência criasse obstáculos à atuação das feministas acadêmicas, elas permaneceram investindo e incentivando a criação de grupos de estudos, laboratórios de pesquisa e outros tipos de associações. O Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero/LIEG-UNESP, por exemplo, tem uma longa história de debate e promoção dessas temáticas. Este realiza atividades extensionistas semestralmente, além de projetos de extensão e diversos eventos.

⁴³ É possível que existam outros grupos, mas em nossas buscas os apontados foram os que tinham informações de fácil acesso online.

Figura 1- Roda de discussão sobre assédio nas universidades: Vamos falar de assédio? Por que não?



Fonte: autoria própria (2023)⁴⁴

Na figura 1, acima, está o registro de que estive presente na roda de conversa tratando de assédio nas universidades, um evento que contou com a participação de alunos de diversos cursos, com ênfase aos da graduação de Ciências Sociais e Relações Internacionais da UNESP de Marília. A palestra da professora Emília Barbosa (Missouri University of Science and Technology – EUA) tangenciou a questão da violência de gênero em suas múltiplas camadas, proporcionando que os alunos expusessem inquietações, que muitas vezes não aparecem no espaço da sala de aula e fazem parte do processo de formação dessas/desses futuras/os pesquisadoras/es e/ou profissionais. O LIEG-UNESP é composto por uma rede nacional e internacional de acadêmicas/os interessados em discutir questões atreladas ao gênero nos diversos campos das Ciências Humanas e Sociais, com destaque para trabalhos associados às questões de violência de gênero nas universidades. Foi criado em 2010, com sede na Faculdade de Filosofia e Ciências/FFC da UNESP, campus de Marília, com a consolidação de anos de trabalho do Grupo de Pesquisa “Cultura & Gênero”, vinculado ao CNPq desde 2001 (Cultura e Gênero, 2023).

Podemos destacar outras participações valorosas para o nosso desenvolvimento enquanto feministas e acadêmicas e para ampliar ainda mais as atividades promovidas pelas redes de pesquisadoras feministas que discutem gênero nas RI. Primeiro, uma apresentação que

⁴⁴ Apresentação da professora Emília Barbosa — Missouri University of Science and Technology – EUA, com o tema “Falar em assédio? Por que não? O evento foi realizado com apoio do LIEG, do Instituto de Políticas Públicas de Marília (IPPMAR), GT de Gênero da ANPUH (SP) e do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da FFC – Unesp Marília.

realizei sobre “A subjetividade dos Corpos nas Relações Internacionais” (Figura 2), em encontro elaborado pelo grupo de estudos do MaRIas, vinculado ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP). Neste encontro expus um pouco do desenvolvimento desta pesquisa, com o intuito de apresentar para graduandas e pós-graduandas possíveis abordagens e caminhos nos quais os estudos acerca do gênero, sexualidade, corpo e feminismo têm a oferecer às RI. Assente a isso, tratei das contribuições estéticas, seja na arte, literatura, cinema, entre outras dimensões que podem ser consideradas como “velhas” ou “novas” formas de expressão política.

Figura 2 - Apresentação no grupo de estudos do MaRIas USP.



Fonte: @mariasusp (2023)⁴⁵

O MaRIas foi criado em maio de 2017 por pós-graduandas do IRI-USP, que sentiam a necessidade de explorar as discussões sobre Gênero e Relações Internacionais, mas não encontravam disciplinas ou professoras(es) que abordassem o assunto no instituto (Mariasusp, 2023). Entre 2017 e o início de 2020, elas — em sua maioria, mulheres — se concentraram na realização de encontros mensais de “formação” (grupo de estudos), porque entendiam que a maioria das integrantes não tinham pesquisas focadas em gênero, mas possuíam o desejo de assimilar essa temática. Os encontros, aconteciam na biblioteca da universidade e, em geral, as primeiras leituras foram baseadas nos textos feministas norte-americanos consolidados como os apresentados nas seções iniciais.

⁴⁵ Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cu7SkzXr_qm/. Acesso em: 02 fev. 2023

Figura 3 - Minicurso IV Seminário MaRIas



Fonte: @mariasusp (2023)⁴⁶

Ainda com o apoio do MaRIas USP, realizei o minicurso “Pesquisas Feministas e de Gênero: articulando metodologias, conceitos e teorias” ministrado no âmbito do IV Seminário MaRIas, em outubro de 2023 (Figura 3). Uma atividade em conjunto com a pesquisadora Danielle Gonçalves Passos do Nascimento⁴⁷ e que possibilitou aproximar discentes das RI e de diversas áreas da graduação e pós-graduação, tanto da USP quanto de outras universidades. Neste minicurso versamos sobre as escolhas teóricas, metodológicas e conceituais das pesquisas feministas para demonstrar aos participantes que é possível elaborarmos artigos, projetos, dissertações, teses e outros tipos de produção acadêmica, de forma coerente e articulada, a partir de uma bagagem feminista consolidada.

Em termos de avanços institucionais, é importante abordarmos a criação da área temática de “Feminismos, Gênero e Sexualidade” na Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Esta surgiu a partir de demandas dos associados e das mobilizações de estudantes de pós-graduação e professoras engajadas na criação da Rede Latino-Americana MulheRIs+MuJeRIs, sendo aprovada na Assembleia do Encontro Nacional da ABRI de 2021 (Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2024). A Associação expressa que é ciente dos entraves elaborados pelo ambiente acadêmico e político das RI e que seus intelectuais, por muito tempo, foram reticentes às contribuições feministas, aos estudos de gênero, à teoria *queer*, aos estudos LGBTQIAP+, às críticas ao racismo e às discriminações de diferentes

⁴⁶ Disponível em: https://www.instagram.com/p/CxbMPfGPbim/?img_index=1. Acesso em: 04 fev. 2023.

⁴⁷ Mestranda em Ciências Sociais pela (Unesp - Marília). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pesquisadora no Grupo de Estudos sobre o Imperialismo Rosa Vermelha (UFS) e Coordenadora Geral do MaRIas - IRI-USP (Informações retiradas da plataforma lattes).

ordens. Por isso, reconhecem que as agendas sobre gênero e sexualidade têm assumido um papel de destaque e necessitam de incorporação no campo. A criação da área temática é uma tentativa de contribuir não só para atualização e inovação teórica das Relações Internacionais, a partir de um olhar interseccional, como para a permanência das pesquisadoras e das suas contribuições no campo (Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2024).

Em contrapartida, esses avanços não são tão significativos como gostaríamos que fossem, quando levamos em consideração a vazão dos temas na pós-graduação brasileira. Segundo o pesquisador brasileiro Leonardo Mèrcher (2018), existe uma baixa permeabilidade de trabalhos que tangenciam as discussões feministas e de gênero nos principais programas de pós-graduação em Relações Internacionais do Brasil. Isso porque não é oferecido aos temas um espaço confortável nos programas, nas linhas de pesquisa e há uma certa falta de professores com domínio e formação explícitas nessas abordagens. Outra questão é que em muitas universidades não há oferta de disciplinas básicas na graduação ou pós, nem de linhas de pesquisa específicas voltadas para o tema (Mèrcher, 2018). Regularmente os debates feministas e de gênero são associadas às linhas mais amplas que abordam os estudos de Segurança Internacional, Direitos Humanos e Globalização. Em alguns casos, as pesquisadoras e pesquisadores preferem migrar para outros programas de pós-graduação, em áreas que sejam mais receptivas aos debates feministas e de gênero. Não é por acaso que o presente trabalho faz parte do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na linha de Cultura, Identidade e Memória, que abrange de forma interdisciplinar os campos dos estudos de gênero, suas expressões no cotidiano, no imaginário e na linguagem.

Para esclarecer melhor essa ponderação, analisamos os dados de alguns cursos de pós-graduação. Portanto, fizemos um levantamento através do Sistema e-Mec do Ministério da Educação (2024), que nos informou a existência de 141 cursos de Graduação em Relações Internacionais ativos e em funcionamento no Brasil no ano de 2024. Destes 141, optamos por abordar apenas as universidades que possuíam programas de pós-graduação. De acordo com as informações disponíveis na Plataforma Sucupira, ao todo existem 20 programas, inseridos na área de avaliação Ciência Política e Relações Internacionais, mas desses 20 apenas 15 possuem no título somente a palavra Relações Internacionais. Escolhemos reduzir o escopo de pesquisa e nos atentamos aos programas mais antigos das universidades com Mestrado e Doutorado na área. São elas a Universidade de Brasília (Unb), a Universidade de São Paulo (USP), o programa conjunto da UNESP, PUC São Paulo e Unicamp - Santiago Dantas e, por fim, o da PUC Rio. Todas as Teses e Dissertações verificadas estavam disponíveis nos repositórios online

das universidades⁴⁸. Elas foram defendidas entre os anos 2010 e 2023 e para quesito de mecanismos de busca, precisavam conter no título e/ou no resumo os termos “Gênero” e/ou “Feminismos” e/ou “Mulheres”.

Tabela 2 - Programa de Pós-graduação em RI da UNB

ANO DE DEFESA	TIPO DE TRABALHO	AUTOR(A)	TÍTULO	ORIENTADOR(A)
2010	Dissertação de Mestrado	Isadora Xavier do Monte	Gênero e relações internacionais: uma crítica ao discurso tradicional de segurança	Antônio Jorge Ramalho da Rocha
2014	Dissertação de Mestrado	Michelle de Almeida Vilela Dantas Bandeira	O Brasil na rota internacional do tráfico de mulheres: entre o início do Século XX e a contemporaneidade	Norma Breda dos Santos
2014	Dissertação de Mestrado	Laura Berdine Santos Delamonica	Mulheres diplomatas brasileiras	Vânia Isabel Carvalho Pinto
2017	Dissertação de Mestrado	Fernanda Luíza Silva de Medeiros	Feminizando a diplomacia : um estudo das narrativas de mulheres diplomatas	Vânia Isabel Carvalho Pinto
2018	Dissertação de Mestrado	Dandara de Souza Araújo	A política externa brasileira e os direitos das mulheres: efeitos da atuação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República	Luiz Daniel Jatobá França
2018	Dissertação de Mestrado	Laís Campos Reis	O genderframing na construção nacional do Japão durante a ocupação aliada (1945-1952)	Vânia Isabel Carvalho Pinto

⁴⁸ Os repositórios online são o meio de divulgação dos trabalhos científicos realizados nas universidades, mas foram instituídos de forma recente. Os dados coletados seguem as informações disponíveis e dessa maneira podem não apresentar com exatidão todos os trabalhos referentes à temática de gênero e feminismos. Isso acontece porque algumas pesquisas, dependendo do ano, não foram inseridas ou seus autores optaram por não as disponibilizar nas plataformas dos programas.

2020	Dissertação de Mestrado	Guilherme Ferreira Sorgine	A política externa brasileira como política pública: formação da agenda de direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero no período 2000-2011	Maria Helena de Castro Santos
------	-------------------------	----------------------------	--	-------------------------------

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados do repositório online da instituição (2024)

Na Tabela 2 acima, temos as informações do PPG em RI da Unb, um dos mais antigos. Nos anos de 2011 a 2013, 2015 e 2016, 2019 e 2021 a 2023 não foram encontradas nenhuma Tese ou Dissertação que fizesse referência aos conceitos mencionados. Dos 304 trabalhos disponibilizados no Repositório Institucional online, somente 7 foram encontrados e são todos Dissertações de Mestrado. Uma questão interessante é que uma das professoras do programa é orientadora de 3 entre os 7 trabalhos. Além disso, se considerarmos os últimos 5 anos, o trabalho mais recente seria o de 2020.

Tabela 3 - Programa de Pós-graduação IRI - USP

ANO DE DEFESA	TIPO DE TRABALHO	AUTOR(A)	TÍTULO	ORIENTADOR(A)
2015	Dissertação de Mestrado	Matheus Soldi Hardt	Os determinantes que influenciam na adesão aos regimes internacionais de direitos humanos	Janina Onuki
2017	Tese de Doutorado	César García Vázquez	Homosexualidad y matrimonio en Ibero-América: cambios psicosociales e institucionales	Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari
2017	Dissertação de Mestrado	Verônica Deviá	A participação feminina na força de trabalho em economias em desenvolvimento: uma comparação entre o Brasil e a Índia	Adriana Schor
2017	Tese de Doutorado	Mônica Sodré Pires	Enfrentamento ao tráfico de pessoas: condicionantes domésticos dos Estados e formação da agenda brasileira	Janina Onuki

2017	Tese de Doutorado	Renan Honorio Quinalha	Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)	Rossana Rocha Reis
2017	Tese de Doutorado	Tamy Rocha Rebelo	A atuação das organizações não governamentais no Conselho de Segurança das Nações Unidas: os casos das agendas temáticas sobre crianças e mulheres	Rossana Rocha Reis
2020	Dissertação de Mestrado	Luah Batina Tomas	Prejudice, marriage and motherhood: national and international perceptions on the 1938 prohibition of women in Brazilian foreign service	Felipe Pereira Loureiro
2020	Dissertação de Mestrado	Cláudia Moreira Arai	Os fluxos de incorporação das normas internacionais: análise da difusão das políticas de combate à violência contra a mulher no processo da Lei Maria da Penha	Wagner Pralon Mancuso
2020	Dissertação de Mestrado	Beatriz Azevedo Coutinho	Mainstreaming women in post-conflict development: a case study of Liberia	Yi Shin Tang
2021	Dissertação de Mestrado	Mariane Monteiro da Costa	A cultura no sistema africano de direitos humanos e dos povos: um estudo sobre o comprometimento com a Carta Africana e com o Protocolo de Maputo	Cristiane de Andrade Lucena
2021	Dissertação de Mestrado	Ana Helena Baptista Rodrigues	Presidentas legislam para mulheres? Análise dos casos brasileiro e chileno, com foco no desenvolvimento econômico feminino	Daniela Carla Decaro Schettini
2023	Dissertação de Mestrado	Cristiane Ribeiro Pereira	Gender bias in Brazil's response to covid-19: evaluating the reception of WHO/PAHO recommendations	Deisy de Freitas Lima

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados do repositório online da instituição (2024)

Já no PPG da USP (Tabela 3), ao total são 263 trabalhos. Porém, nos anos de 2010 a 2014, 2016, 2018, 2019 e 2022, não consta nenhuma pesquisa associada aos conceitos escolhidos. Entre as 263 produções, foram encontrados 12 correspondentes, 8 de Mestrado e 4 de Doutorado. E dentre elas, a mais recente é do ano de 2023. É importante sinalizar que a USP possui uma singularidade, a oferta de uma disciplina optativa de Gênero na Graduação, ministrada desde 2018 pela professora Janina Onuki (IRI-USP, 2024). Ela também aparece como orientadora de 2 das 12 pesquisas.

Tabela 4 - Programa de Pós-graduação PUC-SP/ UNESP/ UNICAMP (Santiago Dantas)

ANO DE DEFESA	TIPO DE TRABALHO	AUTOR(A)	TÍTULO	ORIENTADOR(A)
2011	Dissertação de Mestrado	Tamy Rocha Rebelo	Estratégias de Igualdade de Gênero nas Operações de Paz: Desconstrução de discursos e reflexões sobre práticas	Suzeley Kalil Mathias
2020	Dissertação de Mestrado	Gabriela Freitas dos Santos	Gênero e contrainsurgência: a estratégia dos Estados Unidos na Guerra do Afeganistão	Samuel Alves Soares
2021	Dissertação de Mestrado	Taylor Margaret Buter	A construção da militar mulher e sua condição de agência na MINUSTAH	Samuel Alves Soares
2022	Tese de Doutorado	Helena Salim de Castro	Entre violências e resistências: "Guerra às Drogas" na Colômbia e na Bolívia e a governança (neo)liberal-colonial-patriarcal	Samuel Alves Soares
2022	Dissertação de Mestrado	Gabriela Aparecida de Oliveira	Guerra, resistência e autonomia: as experiências do Movimento das Mulheres Zapatistas	Marina Gisela Vitelli
2022	Dissertação de Mestrado	Maria Aparecida Felix Mercadante	Mujer bonita es la que lucha: Mulheres combatentes da Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia - Ejército del Pueblo (FARC-EP)	Héctor Luis Saint Pierre

2023	Tese de Doutorado	Miguel Sgarbi Pachioni	Os ganhos sociais decorrentes da interiorização laboral de mulheres venezuelanas no Brasil	Reginaldo Nasser	Mattar
2023	Tese de Doutorado	Cristian Daniel Valdivieso Ojeda	Las politicas de genero en Las Fuerzas Armadas del Ecuador (2007-2017): resistências y mudanzas	Suzeley Kalil Mathias	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados do repositório online da instituição (2024)

O PPG Santiago Dantas (Tabela 4) é uma associação construída entre as três universidades, PUC São Paulo, UNESP e UNICAMP. O repositório institucional não informou a quantidade total de trabalhos disponibilizados. Mas no ano de 2010 não foram encontrados trabalhos com a temática, assim como de 2012 a 2019. Das 8 correspondentes, 5 são de mestrado e 3 de doutorado. E os professores Samuel Alves Soares e Suzeley Kalil Mathias orientaram respectivamente 3 e 2 das 8 pesquisas. Na UNESP de Franca, a professora Suzeley também oferta uma disciplina optativa de Gênero na graduação, só que voltada para os estudos de Segurança Internacional.

Tabela 5 – Programa de Pós-graduação em RI da PUC-RIO

ANO DE DEFESA	TIPO DE TRABALHO	AUTOR(A)	TÍTULO	ORIENTADOR(A)
2010	Dissertação de Mestrado	Paula Drumond Rangel Campos	As relações de Gênero e o crime de Genocídio: Uma análise crítica das violências contra o Gênero e da construção de identidades em Darfur.	Joao Franklin A. P. Nogueira
2011	Dissertação de Mestrado	Fernanda Barreto Alves	Do corpo político à política do corpo: A violência sexual como prática de exclusão da diferença no Genocídio Ruandês de 1994.	Carolina Moulin Aguiar
2014	Dissertação de Mestrado	Vanessa Gomes Zanella	Movimentos sociais de imigrantes bolivianas/os em São Paulo: Uma análise cartográfica e crítica sobre as transformações recentes no campo das Migrações Internacionais	Jose Maria Gomez

2015	Dissertação de Mestrado	Ana Clara Telles Cavalcante de Souza	Drug moms, drug warriors: performances de gênero e produção da (in)segurança na construção discursiva da guerra às drogas para a América Latina.	Monica Herz
2015	Dissertação de Mestrado	Luisa Cardoso Guedes de Souza	Economias de Operações de Paz e o mercado de trabalho: Uma perspectiva de Gênero.	Kai Michel Kenkel
2016	Dissertação de Mestrado	Pedro Gomes de Souza Barros	A performance militar brasileira na Minustah e a Pacificação do Haiti: Gênero e Raça como locais de produção de fronteiras e a ambiguidade brasileira.	Marta Regina Fernandez Y Garcia Moreno
2016	Dissertação de Mestrado	Vinícius Wingler Borba Santiago	A Luta das mães nas favelas: Margens, Estado e Resistência.	Marta Regina Fernandez Y Garcia Moreno
2017	Dissertação de Mestrado	Amanda Alvares Ferreira	Prostituição Travesti no Brasil: Lendo Agência e Soberania por meio de Sexualidades Dissidentes.	James Casas Klausen
2017	Dissertação de Mestrado	Tatiana Castelo Branco Dornellas	Herói e Ciência Moderna: Mitos que constituem a Hegemonia Política e Epistemológica Colonial.	Marta Regina Fernandez Y Garcia Moreno
2018	Dissertação de Mestrado	Luiz Arthur Costa do Valle Junior	Construindo o sujeito LGBTI de direitos: Subjetividade, Política e Identidade no discurso dos Direitos Humanos.	James Casas Klausen e Roberto Vilchez Yamato
2018	Dissertação de Mestrado	Ricardo Prata Filho	As sobreposições internacionais de Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos: Sujeitos contemporâneos e o resgate do Político.	Roberto Vilchez Yamato
2018	Dissertação de Mestrado	Thais de Bakker Castro	Guerreiras pela Liberdade: Narrativas de Gênero e Libertação sobre as YPJ.	James Casas Klausen

2018	Tese de Doutorado	Anelise Freitas Pereira Gondar	Destinos flutuantes, futuros imaginados: Por uma história global da educação colonial feminina alemã na primeira metade do século XX.	Luis Manuel Rebelo Fernandes e Andrea Ribeiro Hoffmann
2019	Dissertação de Mestrado	Rafael Jordan de Andrade Campos	Os três vértices do triângulo rosa: Uma análise da relação entre Estado-Nação, Sexualidade e Genocídio.	Paula Drumond Rangel Campos
2020	Dissertação de Mestrado	Luma Freitas Lessa	Amansando o empoderamento: A mobilização das mulheres indígenas no Brasil indigenizando o debate sobre o Gênero.	Paula Drumond Rangel Campos
2020	Tese de Doutorado	Charlotte Valadier	Articulando Migração e Prostituição: As economias morais nos discursos públicos, nas práticas políticas e nas experiências subjetivas das brasileiras trabalhadoras do sexo na França.	Carolina Moulin Aguiar
2020	Tese de Doutorado	Vinícius Wingler Borba Santiago	A economia sacrificial do Estado-Nação: O luto público das mães de vítimas da violência de estado no Brasil.	Marta Regina Fernandez e Garcia Moreno
2021	Dissertação de Mestrado	Beatriz Nazareth de Souza Teixeira	Cuidado com as Mulheres e o papel da quantificação no Planejamento Familiar: Uma análise crítica do programa FP2020.	Isabel Rocha De Siqueira
2021	Dissertação de Mestrado	Juliana Monteiro Fernandes	Violência e Política: Uma cartografia das ciborgues desde a América Latina.	Isabel Rocha De Siqueira
2021	Dissertação de Mestrado	Nathalia Lima dos Santos	Queimem a Bruxa!: O Controle de Corpos e Sexualidades da caça às bruxas à ideologia de Gênero	Paula Drumond Rangel Campos

2021	Dissertação de Mestrado	Rafaela Maia Carvalho	Pela Tekohização da vida: Corpo, Território e as dinâmicas de (in)segurança de mulheres indígenas nos Estudos Críticos de Segurança nas Relações Internacionais.	Monica Herz e Paula Drumond Rangel Campos
2021	Tese de Doutorado	Isa Lima Mendes	Desvelando a Inclusão em Negociações de Paz por meio da representação política: As mulheres e os diálogos de Havana entre o governo da Colômbia e as FARC-EP (2012-2016).	Monica Herz
2022	Dissertação de Mestrado	Marina de Alkimim Cunha Nunes	Um sonho chamado Liberdade: Uma análise das dimensões de gênero nas normas de drogas e encarceramento	Paula Drumond Rangel Campos
2022	Tese de Doutorado	Camila Soares Lippi	Fazendo diplomacia de outra maneira: Um estudo de caso da Primeira Marcha Das Mulheres Indígenas (Brasil, 2019).	Paula Drumond Rangel Campos e James Casas Klausen
2022	Tese de Doutorado	Manoela Marli Jaqueira	Mulheres Invisíveis!: As fronteiras da (des)proteção internacional dos Direitos Humanos em Foz do Iguaçu.	Roberto Vilchez Yamato e Paula Drumond Rangel Campos
2023	Dissertação de Mestrado	Amanda Mattos Souza Cruz	Resistência de Movimentos Sociais de Gênero e de Redes Transnacionais Feministas na virada autoritária/conservadora: Um estudo de caso da Hungria.	Andrea Ribeiro Hoffmann
2023	Dissertação de Mestrado	Iasmini Catanio dos Santos Nardi	Pluralizando os arquivos das Relações Internacionais: As formas de luta de Heiny Srou.	Paula Orrico Sandrin
2023	Dissertação de Mestrado	Tatiane Moura Amaral	Família forte, Nação soberana: Família e a representação de identidade nacional na Política Externa do governo Bolsonaro.	Paula Drumond Rangel Campos

2023	Tese de Doutorado	Amanda Alvares Fereira	Soberania em outros termos: Dissidência, morte e excesso.	James Casas Klausen
2023	Tese de Doutorado	Ricardo Prata Filho	Rastros performativos no acolhimento humanitário: Migração e Refúgio de venezuelanas LGBTI+ na Operação Acolhida.	Roberto Vilchez Yamato

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados do repositório online da instituição (2024)

Para nós os dados mais surpreendentes são as informações coletadas do PPG da PUC do Rio de Janeiro (Tabela 5), com uma quantidade relativamente significativa de pesquisas que fazem menção às questões feministas e de gênero, comparada aos outros programas das universidades públicas. Este em específico teve o seu mestrado criado em 1987, um pouco após o da UnB em 1984, consolidando os dois como os mais antigos. Na Tabela 5 acima, podemos ver que os únicos anos que não constam pesquisas relacionadas são 2012 e 2013. Ao total são 339 produções disponibilizadas online, mas entre os anos de 2010 e 2023, escolhidos para o nosso levantamento, aparecem 205 pesquisas. Dessas 205, apenas 30 se encaixam nos conceitos e temas mencionados, sendo 8 de Doutorado e 22 de Mestrado. Interpretamos essa ausência de quantidades expressivas de Teses ou Dissertações associadas aos temas como reflexo do movimento histórico de resistência do campo das Relações Internacionais às discussões feministas. Os dados obtidos reforçam o argumento do pesquisador Leonardo Mèrcher (2018), evidenciando a existência de uma baixa permeabilidade dos temas associados ao gênero e aos feminismos nos programas de pós-graduação das universidades públicas brasileiras mais renomadas. Soma-se a isso o fato de que poucos pesquisadores têm se mantido no mesmo eixo de pesquisa durante a trajetória acadêmica do mestrado para o doutorado.

Ao olharmos para os títulos das pesquisas, assim como feita a leitura dos resumos, podemos inferir outras informações importantes: mesmo abordando as questões de gênero e utilizando teorias feministas, uma parte significativa dos trabalhos seguem um prisma clássico do que tem mais aceitação no campo. São pesquisas em sua maioria que versam sobre os Direitos Humanos e a Segurança Internacional, em regiões mais familiares ao universo acadêmico brasileiro. Poucos são os focados em discutir as bases epistemológicas da disciplina e é ainda menor a quantidade daqueles que trazem as artes, o cinema, uma perspectiva da estética, dos debates decoloniais, de outras formas de produzir conhecimento. Para Mèrcher (2018), na verdade, a circulação dessas discussões é mais comum de acontecer através de eventos, seminários e palestras. Em publicações de artigos, estão presentes em diversos periódicos feministas como *Cadernos Pagu*, *Gender Society*, *International Feminist Journal of*

Politics, Politics & Gender, Estudos Feministas e Gender, Place, and Culture, entre outros. No mais, os dados também expressam que ainda hoje a formação intelectual referente aos debates mencionados continua sendo significativa pelo esforço de pesquisadores autônomos, grupos de estudos e de ativismo, mais do que pela formação teórica básica nas nossas instituições.

3.2 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SITUADAS: O GIRO DO FEMINISMO DECOLONIAL

Triste, louca ou má
 Será qualificada ela
 Quem recusar
 Seguir receita tal
 A receita cultural
 Do marido, da família
 Cuida, cuida da rotina
 Só mesmo rejeita
 Bem conhecida receita
 Quem, não sem dores
 Aceita que tudo deve mudar
 Que um homem não te define
 Sua casa não te define
 Sua carne não te define
 Você é seu próprio lar
 (HOMBRE, Francisco El, 2016)

A música acima foi escrita e interpretada pela banda brasileira “Francisco, el Hombre”, formada em 2013 pelos irmãos mexicanos naturalizados brasileiros Sebastián e Mateo Piracés-Ugarte na cidade de Campinas, São Paulo. Ficou muito conhecida por sua mistura de ritmos culturais brasileiros e latino-americanos como coco, cumbia, maracatu e salsa, se somando ao conjunto de produções contemporâneas da Música Popular Brasileira (MPB). Também foi indicada ao Grammy Latino em 2017 por melhor canção em língua portuguesa com a canção supracitada (Oliveira, 2017). Sua letra versa acerca da experiência feminina disruptiva, adjetivada pela sociedade com nomenclaturas que tentam descredibilizá-la e acrescida da mudança de pensamento que tem libertado mulheres e meninas das amarras do patriarcado. Os dizeres “não ser definida pela carne, pela casa, pelo casamento” acompanhados dos ritmos plurais da música, nos deram a sensação de uma proximidade entre as feministas mais ao Sul e as formas utilizadas por elas para compreender as dinâmicas sociais pelas quais o corpo vivido em territórios como o nosso, se voltaram à preocupação com as suas marcações de gênero. De acordo com a socióloga brasileira Nanah Sanches Vieira (2023), há muito tempo as ativistas e feministas alinhadas à teoria decolonial, têm denunciado como o patriarcado se associa com o racismo e o sexismo, refletindo na redução brutal de soberania dos corpos racializados. Esses

feminismos estão contribuindo de forma significativa. Além disso, para o processo de reestruturação do conhecimento, questão abordada de forma transversal ao longo da presente pesquisa.

A seção que antecede a essa, articulou dados sobre a baixa permeabilidade das discussões feministas e de gênero em nossos programas, mas também apontou como os grupos de estudos e pesquisadores/professores específicos têm batalhado para mudar esse cenário. Em vista disso, as pesquisadoras Mojana Vargas e Aline Contti Castro (2020) expuseram em seu artigo publicado pela revista OASIS da Universidade Externado de Colômbia, o debate sobre a decolonialidade nas Ciências Sociais e nas Relações Internacionais. Elas abordam que a presença dessas discussões nesses campos, fazem parte de um movimento amplo, agregando outras perspectivas teóricas do Sul global à teoria da decolonialidade. Em Relações Internacionais, especificamente, tal abordagem aparece constantemente no âmbito do debate sobre as epistemologias do Sul, incorporando questões de gênero e raça com os feminismos e teóricos da diáspora africana, da base afro-brasileira e indígena, emergindo, mais recentemente, apontamentos críticos às perspectivas internacionais de desenvolvimento (Vargas; Castro, 2020). Acreditamos que seja possível acrescentar ainda, trabalhos cujos recortes de pesquisa estão associados a Interseccionalidade como teoria crítica e à violência, econômica e política, contra as comunidades subalternizadas.

Esse fenômeno é comprovado pelas atividades e argumentações produzidas nos âmbitos dos grupos feministas das RI já mencionados anteriormente. De forma ampla, o que se apresenta são seminários, debates e análises que buscam aproximar o debate decolonial, racial e interseccional à disciplina, como as contribuições de Lara Martins R. Sellis e Tchella Fernandes Maso (2023), Karine de Souza Silva (2019), Gabriela de Moraes Kyrillos (2022), Mariana Selister (2021), Berenice Bento, (2022), entre outras. Essas feministas e demais pesquisadores internacionalistas abraçaram a multidisciplinariedade das Relações Internacionais e dos Feminismos, elaborando um esforço coletivo de valorizar as produções dos saberes locais que tem muito a contribuir com o estudo do Internacional. Dinâmica compartilhada atualmente também por teóricas críticas norte-americanas e/ou europeias dos estudos diaspóricos, linguísticos e culturais.

Segundo Patrícia Hill Collins (2022), podemos entender a Interseccionalidade, como uma categoria de análise que percebe a convergência estrutural entre sistemas interseccionais de poder, capaz de expor os pontos cegos criados nos ativismos antirracista e feminista, englobando vários projetos de justiça social e práticas críticas de longa data na academia. Ela acrescenta que esta categoria “postula que os sistemas de poder coproduzem uns aos outros de

modo que reproduzem tanto resultados materiais desiguais quanto as experiências sociais distintas que caracterizam as experiências das pessoas de acordo com as hierarquias sociais" (Collins, 2022, p. 77). A Interseccionalidade que a ativista norte-americana Kimberlé Crenshaw instrumentalizou e que Collins (2022) expande, rejeita as noções normalizadoras da desigualdade que a retratam como natural e inevitável. Em vez disso, aponta para o funcionamento das relações de poder na produção de desigualdades sociais e os problemas sociais que elas engendram. Recentemente, tem sido muito interessante acompanhar como essa abordagem caminha rente às perspectivas decoloniais de muitas feministas. Entretanto, falar sobre cruzamentos de marcadores, opressões e dinâmicas sociais não é algo tão novo no Brasil. Existem célebres trabalhos de pesquisadoras brasileiras que, antes mesmo do termo interseccionalidade ganhar grande projeção na academia, já trabalhavam com a ideia de múltiplas camadas de opressão e identidade.

Podemos elencar vários nomes como Lélia Gonzales (1988) — com o conceito de Amefricanidade —, Carolina Maria de Jesus (1960) — na literatura e poesia —, Sueli Carneiro (2001) — sobre mulheres e feminismo negro — e Beatriz Nascimento (2021) — acerca das relações raciais, quilombo e gênero. Ao se debruçarem sobre a realidade dos povos colonizados, das experiências de mulheres racializadas e do impacto da exploração capitalista, essas autoras estavam preocupadas com muitas das questões que consideramos pertinentes ao estudo do Internacional. As consideramos nossas primeiras bases feministas e interseccionais, seja para as Teorias Feministas das Relações Internacionais dentro e fora do Brasil, ou para outros campos teóricos das humanidades. Elas encontraram questões que não poderiam ser facilmente respondidas pelos paradigmas dominantes da ciência. Engendraram uma mudança não só em ideias, mas também na forma como os campos do conhecimento se articulam em termos de práticas e resoluções de problemas. Em vista disso, revisitaram o papel político das instituições, da ciência e das teorias em relação ao Gênero e ao Corpo, os tratando como conceitos vivos e frequentemente em disputa também no nosso Sul.

No caso, tanto dos estudos decoloniais quanto da interseccionalidade, sem dúvida, é possível discernir que eles estabeleceram uma mudança de paradigma no pensamento sobre como entendemos os fenômenos sociais e como eles são abrangidos por relações de poder construídas reciprocamente. Para Collins (2022), em praticamente todas as disciplinas acadêmicas, questões como o colonialismo, a desigualdade racial, econômica e a de gênero, costumavam ser abordadas pelos paradigmas tradicionais de forma desconecta. Não era de interesse investigar as correlações entre elas, o que levava ao enquadramento das definições de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação e capacidade como fenômenos separados. Mas,

a mudança veio pelas mãos de mulheres negras engajadas com o trabalho político prático e teórico. A aspiração por mudança nas epistemologias e metodologias, dentro e fora das Ciências Humanas, foi somada ao trabalho que elas vinham fazendo com o esforço de demais grupos subalternos para elaborar uma junção plural de saberes em prol da justiça social. É por isso que, para nós, teorizar o gênero e o corpo tem demonstrado que devemos nos posicionar enquanto feministas críticas que buscam mudanças substanciais no nosso campo de saber.

Seguindo este propósito, a cientista política francesa Françoise Vergès (2020) na obra *“Um feminismo decolonial”*, nos apresenta a argumentação de um feminismo crítico e decolonial, convergindo os construídos no Sul global com abordagens aliadas elaboradas em outros lugares. Esse feminismo versa sobre temas relacionados às lutas das mulheres e as questões de gênero, sem isentar-se de se contrapor ao tipo de feminismo por ela chamado de “civilizatório”. A sua concepção de feminismo civilizatório diz respeito àqueles que permanecem presos no espaço da modernidade europeia, sem nunca considerar o fato de que essa modernidade é fundada no apagamento da sua atuação direta nos processos da escravidão e do colonialismo. Esta dimensão, que faz parte do próprio desenvolvimento europeu, é impossível de ser desviada, se falamos em termos de produção feminista engajada criticamente. Para ela:

“O que está em questão é a forma como a divisão do mundo, no qual a escravidão e o colonialismo operam desde o século XVII (de um lado uma humanidade que tem o direito de viver e, de outro, aquela que pode morrer) atravessa os feminismos ocidentais. Se o feminismo permanece fundado na divisão entre mulheres e homens (uma divisão que precede a escravidão), mas não analisa como a escravidão, o colonialismo imperialismo agem sobre essa divisão - nem como a Europa impõe a concepção da divisão mulheres/homens aos povos que ela coloniza ou como esses povos criam outras divisões -, ele é, então, um feminismo machista” (Vergès, 2020, p. 44).

É por isso que a autora defende um feminismo decolonial, pautado na busca pelo fim do racismo, do capitalismo e do imperialismo, capaz de compreender que os direitos humanos não podem ser reduzidos a uma ideologia única que perpetua a dominação de classe, gênero e raça. O discurso ao qual a autora quer se contrapor, é o que tem sido apropriado pela direita conservadora, em muitos países do mundo: “direitos humanos, para humanos direitos”. Essa preocupação de Vergès (2020) com quem domina e quais tipos de narrativa tem dominado o pensamento político contemporâneo, lança luz ao rompimento com a marginalização das mulheres escravizadas, colonizadas e/ou às mulheres racializadas e situadas nos territórios além-mar. Em seu outro trabalho, *“Uma teoria feminista da violência”*, Vergès (2021) redireciona o foco desse feminismo decolonial para uma análise da violência que leve em consideração as críticas às violências promovidas e legitimadas pelo Estado, assim como as

críticas às reivindicações feministas dirigidas ao Estado e à justiça. A autora segue alinhada com Collins (2022), no que compete a observar a violência através da lente interseccional, pois isso potencializa a criação de formas de política transversal para enfrentá-las. O que no discurso de Butler (2019CeA) e Federici (2023), significa uma forma eficaz de possibilitar a subversão das normas sociais que controlam nossos gêneros e corpos.

Segundo Vergès (2021, p. 12), “um feminismo decolonial não pode isolar as “violências contra as mulheres” ou contra as “minorias” de um estado global das violências”. Isso porque estamos vivendo em um mundo marcado não só pelo capitalismo global, como pelo suicídio em grande escala de jovens da periferia, de crianças nos campos de refugiados/as, do racismo sistêmico, feminicídios, conflitos armados, degradação das condições econômicas e climáticas. Para a antropóloga argentina Rita Segato (2012), essa violência generalizada cria e institucionaliza tecnologias inovadoras e cruéis de vitimar os corpos femininos e feminizados. Desenfreadas, essas violências recaem sobre os corpos, ao ponto de destruí-los. Elas também visam comercializar e traficar tudo que estes podem produzir e oferecer, de maneiras sem precedentes, até o limite (Segato, 2012). Então, enquanto internacionalistas, como podemos fechar os olhos para isso? Que tipo de ciência produzir, senão aquela que busca oferecer uma saída desse ciclo? Para Vergès (2021) nos mobilizarmos contra essas violências oferece uma oportunidade teórica e prática: “fazer delas o próprio campo no qual o capitalismo patriarcal será desafiado” (Vergès, 2021, p. 12). Nosso desafio está em manter a atenção às particularidades de cada lugar e cada feminismo, sem perder de vista aquilo que os aproxima e os distancia.

A professora palestina de criminologia e direito, Nadera Shalhoub-Kevorkian (2010) coaduna com essa proposição e reforça que as análises feministas precisam permanecer atentas aos indivíduos, principalmente, a cada mulher no contexto de suas experiências coletivas frente a militarização e o patriarcado. Em seus termos, essas experiências são moduladoras das nossas concepções acerca do corpo, do gênero e de outras marcações identitárias que se desenrolam contra o plano de fundo do colonialismo, da exploração capitalista violenta, do racismo e das desigualdades sociais globais. Spivak (2010), também compreende que “entre o patriarcado e o imperialismo, a constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece” (Spivak, 2010, p. 157). Na visão dessa autora, a mulher do “Terceiro Mundo” frente a esses fenômenos sociais, é arremessada para um lugar de figuração, encurralada entre a os grilhões da tradição e da modernidade. A repressão delas acontece como uma sentença da lei, mas também como uma imposição do silêncio, por isso “o subalterno como um sujeito feminino não pode ser ouvido ou lido” (Spivak, 2010, p. 163).

É por isso que ao conectarmos o pensamento feminista e os estudos críticos da colonialidade, temos as autoras supracitadas e muitas outras, compartilhando da concepção de ideias que reforçam a posicionalidade teórica. Elas entendem que, ao longo da história colonial, muitas vezes os corpos das indígenas mulheres ou de forma mais geral, os corpos dos sujeitos que tiveram seus territórios ocupados, foram vistos como campos de batalha da dominação colonial por aqueles que os invadiram. O projeto colonial sempre teve seu alvo bem delimitado. Tendo em vista a discussão apresentada acerca dos conceitos de gênero e da corporificação, da incorporação de novas epistemologias e das questões sociais atravessadas por esses saberes, refletimos mais uma vez naquilo que permanece oculto, escanteado. Se há uma inserção das abordagens mais ao Sul nas Relações Internacionais, é interessante que estas auxiliem o campo a interpretar o papel do Internacional em situações diversas das práticas coloniais. Nesta nossa realidade social, onde o imperialismo e políticas genocidas são uma realidade na vida de várias populações, nos preocupa análises que não vislumbram em seu horizonte essas problemáticas.

Como propõe Veronica Gago (2020), estão em curso ações políticas que a todo momento visam despojar, violentar, comunidades em prol de algum tipo de desenvolvimento. As lutas contra essas práticas demonstram que a espoliação, a apropriação de territórios, agrega uma continuidade e uma noção de posse, propriedade, diferente da que é proposta pelos estudos de classe e do marxismo. No que se refere às comunidades indígenas e aos feminismos que adotam a noção de *corpo território*, a autora entende que estes propõem a concepção de posse para além da propriedade individual e privada. Algo que permite deslocar o indivíduo, o eu, como o único *locus* primordial das privações e do despojo. Para Gago (2020), construir essa ideia de posse em termos de uso e não de propriedade inaugura um novo entendimento da realidade em relação aos processos de exploração, nos permitindo engendrar uma cartografia política do encadeamento de conflitos ao:

Afirmar que não há escassez originária nem de corpo nem de território converte-se em uma afirmação dos feminismos que fazem do “situar-se” uma perspectiva incontornável: cada corpo é um território de batalha, um amálgama sempre mutante e aberto ao devir, um tecido que é agredido e que precisa se defender e que, ao mesmo tempo, se refaz nesses enfrentamentos, que persevera enquanto tece alianças. Mais ainda: com isso, estamos diante de uma complexificação da própria noção de território e de corpo (Gago, 2020, p. 85).

Nessa seara dos feminismos, do gênero e do corpo frente a uma leitura dos conflitos e práticas políticas de controle contemporâneos, existe uma realidade que pode nos parece muito distante considerando suas devidas especificidades culturais, mas que na verdade é próxima à percepção do corpo como lugar de práticas coloniais: o genocídio em curso da população

palestina. Para contextualizar os leitores, de acordo com o historiador palestino-americano Rashid Khalidi (2024), o desmantelamento da sociedade nativa palestina foi fundamentado após a Primeira Guerra Mundial, a partir da imigração em grande escala de colonos judeus europeus apoiados pelas autoridades do Mandato Britânico da Palestina. Essa leva de imigrantes, constituída por uma elite europeia associada aos ideais do movimento sionista, ocuparam o território palestino, acarretando o enfraquecimento social da população nativa e na repressão violenta, típicos do movimento colonizador (Khalidi, 2024; Pappé, 2016; Said, 2012). A história moderna da Palestina é então marcada por um conjunto de ataques, ocupações, massacres, disputas políticas e narrativas que levaram a transformar a maior parte de um país predominantemente árabe em um Estado predominantemente judeu, o Estado de Israel criado em 1948. Para Khalid (2024) esse processo foi — e ainda é — uma guerra colonial escancarada contra a população palestina, forçada a renunciar a sua terra natal em favor de outras pessoas com interesses políticos bem particulares.

Nos termos de Shalhoub-Kevorkian (2010), “o encontro entre a violência do Estado israelense e as mulheres civis palestinas é de natureza colonial, uma forma de dominação por meio de práticas de violência direcionadas ao corpo, ao lar e à terra natal do colonizado” (Shalhoub-Kevorkian, 2010, p. 15, tradução nossa)⁴⁹. A autora considera que o discurso e as práticas israelenses, incluindo despejos violentos, apagamento e “demonização cultural”, falta de civilidade e necessidade de “salvação”, afetam há mais de 75 anos a vida dos palestinos que vivem nos territórios ocupados. O Estado de Israel, detentor do poder colonial, confina os palestinos a espaços e locais específicos. São criadas áreas de segregação, controladas por postos de controle militares, leis de zoneamento e planejamento, estradas para os colonos, cravando assim uma separação tanto conceitual quanto material na sociedade (Shalhoub-Kevorkian, 2010). As fronteiras também estão sob administração dos colonos, o que dificulta ainda mais a saída dos territórios com o avanço dos bombardeios e acirramento político.

Esse debate e todos os outros aqui apresentados, refletem a capacidade que os feminismos possuem de criar elos conceituais e teóricos sem abrir mão das particularidades de cada objeto. O giro decolonial dos feminismos engloba perceber que o nosso corpo tem sido tratado como mercadoria, vendido entre o Sul e o Norte. Em outras palavras, a história da modernidade estabeleceu uma mercantilização predatória dos corpos subalternizados sobre a retórica de atraso civilizacional, quando claramente isso é uma questão imbricada do

⁴⁹ No original: “The encounter between Israeli state violence and Palestinian women civilians is colonial in nature, a making of dominance through practices of violence that are directed at the colonized body, home and homeland” (Shalhoub-Kevorkian, 2010, p. 15).

capitalismo (Vergès, 2021). Constantemente vulnerabilizados e precarizados, os corpos para nós, estão no centro da política internacional. Assim, se não há valor algum atribuído a nós e aos nossos corpos, nesse sistema social de políticas globais, temos um papel a ser exercido enquanto mulheres intelectuais. Como escreve Spivak (2010, p. 165), “uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio”. Não podemos deixar de lado essa luta, tanto prática quanto epistemológica e, para isso, é preciso vencermos as batalhas dentro e fora do campo acadêmico, invertendo a lógica de dominação que tem nos sido imposta.

3.3 O quão longe as feministas das Relações Internacionais podem ir?

Nossa escrita até aqui, acerca da trajetória feminista e de suas teorias, não visa esgotar os debates sobre estas ou sobre os conceitos de gênero e corpo. Existem muitos caminhos ainda não percorridos tanto por pesquisadores acadêmicos e suas teorias, quanto pelas próprias universidades. Com o objetivo de ampliar e diversificar a teorização nas Relações Internacionais, nos unimos em conjunto com outros autores, para acrescentar ao campo uma produção teórica que se coloque crítica à própria produção do conhecimento ao qual ela se refere. Essa prática é uma tentativa de possibilitar não só outros tipos de saberes, como de não apagar a política, a história, por trás da formação deles. Como expõe Collins (2022), mesmo que uma teoria possua conteúdo crítico, ao tornar-se dominante, ela pode ter apagada a política e a história que fundamentou a sua constituição até aquele momento. No caso das teorias feministas e dos estudos decoloniais, ainda que essas abordagens não sejam em si teorias hegemônicas é importante não perdermos de vista o que tem sido o centro motivador de suas existências. Fundamentalmente, porque estas se inserem em um projeto maior de crítica social e busca por liberdade dos sujeitos às margens da sociedade.

Entretanto, nem sempre a criticidade que reside nas palavras dessas perspectivas causa algum tipo de efeito direto sobre os processos que exercem influência no mundo que as rodeia (Collins, 2022). Para a autora supracitada, essa questão nos leva a compreender que o ímpeto de transformação e reformismo que as teorias sociais possuem não estão imbuídas em seus argumentos, nas evidências dos fenômenos e/ou na lógica de seu raciocínio. A produção teórica implica um diálogo com outras teorias sociais, o que faz dela uma construção social e, por isso, a situa nas relações de poder as quais o conhecimento se circunscreve. Ou seja, nem toda teoria crítica é realmente crítica em sua base, só por apontar problemáticas sociais. Collins (2022) acrescenta que teorizar criticamente na academia tem sido feito, de forma recorrente, a partir

de análises elaboradas por teorias sociais estabelecidas, muitas das quais já eram conhecidas como teorias sociais críticas.

Nesse contexto, nosso interesse em elaborar a presente pesquisa, esteve apoiado no fato de que existem feministas e feminismos em Relações Internacionais que não se apropriam irrisoriamente da criticidade. Alguns deles, como os Interseccionais, Decoloniais, Islâmico, Negro, Marxista, Comunitário, *Queer*, mencionados ao longo do trabalho e compostos por uma gama plural de autoras/es, formam um sistema teórico coeso de rompimento com as normas sociais. Seus vieses críticos podem ser compreendidos tanto através da incorporação dos conceitos de gênero e corpo e dos apontamentos advindos do Sul global, quanto da capacidade de absorver as práticas e experiências de luta de ativistas políticas, além de outras lentes que contribuem para a justiça social.

Embora tenhamos avançado em muitas questões, principalmente no que se refere aos feminismos engajados prática e teoricamente, dentro e fora das Relações Internacionais, não podemos nos valer somente dos trabalhos produzidos anteriormente, presumindo que todos eles seriam intrinsecamente críticos ou resistentes. De acordo com Collins (2022), o reconhecimento acadêmico pode ser muito sedutor e acabar silenciando o potencial crítico das produções feministas acadêmicas críticas. Por isso, o nosso desafio contemporâneo “está em rastrear a eficácia contínua da teoria feminista na crítica do discurso acadêmico, na geração de análises teóricas críticas de questões contemporâneas e no cultivo de diálogos com projetos feministas fora da academia” (Collins, 2022, p.147). Utilizar de novos métodos para produzir teoria é demonstrar que de fato estamos engajadas em produzir um conhecimento emancipatório e libertador. Isso vem sendo feito em Relações Internacionais por pesquisadoras/res preocupados com as várias possibilidades de produzir conhecimento, mas no que se refere às novas perspectivas metodológicas, narrativas e métodos (Gomes, 2021; Natan, 2021) e abordagens ou teorias miméticas, como a estética (Bleiker, 2009)⁵⁰, há muito o que ser desenvolvido, pois essas ainda são discutidas em um ritmo muito tímido.

Para Raewyn Connell (2015) nesse nosso mundo instável e ameaçador, desregulado pelo capitalismo, pode ser tentador se apoiar nas mesmas bases teóricas que têm ditado as regras sociais, mantendo os binarismos que fixaram os corpos humanos em masculinos e femininos. Isso significa que é muito difícil renunciar ao alinhamento hegemônico, das ementas

⁵⁰ Essa discussão foi abordada de forma breve em Mendes (2021) e (2024), a partir da leitura de Roland Bleiker (2009). Se exposta aqui, demandaria uma reflexão profunda e uma configuração diferente da presente pesquisa. Em vista disso, optamos por mencionar como recomendação para os futuros trabalhos que visem discorrer sobre o tema.

embranquecidas, quando nossos próprios privilégios estão em jogo. Mas se visamos um mundo diferente, uma educação libertadora, colocar em risco nossos privilégios é irrisório frente ao risco de vida que outras pessoas são condicionadas cotidianamente. Soma-se a todos esses movimentos, a inclusão no horizonte feminista das RI, a reflexão interseccional de que precisamos compreender cada corpo e/ou sujeito associado as suas diversas categorizações. Experimentamos, vivemos e nos constituímos sob diferentes realidades e se é assim que a orquestra da vida toca, são através dos nossos marcadores sociais — tais como o gênero, raça, nacionalidade, religião, idade — que podemos expor como o sistema e as normas passam ou não a nos considerar valiosos (Mendes, 2024). É por isso, que a nossa busca por tornar os conceitos e as categorizações feministas como parte das práticas das RI, nos parece corroborar para o avanço do estudo da história e da vida política em constante mudança.

Patrícia Hill Collins (2022), autora que tem destrinchado o uso do conceito de Interseccionalidade nas Ciências Sociais, coloca que a força do feminismo está em sua capacidade de administrar múltiplas críticas a respeito de suas teorias e práxis. Através da incorporação da interseccionalidade, mas também de outras hermenêuticas, os feminismos diversificaram suas críticas e abordaram análises heterogêneas. Deram permeabilidade para os escritos de pessoas LGBTQIAP+, mulheres de cor e feministas transnacionais, além de incorporar um número crescente de críticas de várias vertentes dentro da produção intelectual feitas por elas próprias. Durante este trabalho estivemos preocupadas em teorizar e trazer essas contribuições à tona. Acreditamos que nas Relações Internacionais, os futuros trabalhos devem se preocupar, antes de qualquer coisa, no “porque” e no “como”. Podem partir do mesmo questionamento que Collins (2022) exprime:

O que significaria teorizar o mundo social *a partir da perspectiva de pessoas que estão subordinadas* em relações de poder que se interseccionam? Estudar a teorização crítica de pessoas *of color*, mulheres, pessoas pobres, populações de imigrantes e povos indígenas, especialmente quando tais conhecimentos se encontram fora de locais acadêmicos ou no contexto de movimentos sociais, requer um estudo mais amplo. Essa mudança de perspectiva traz à tona a questão da resistência. Esses grupos têm interesse em se opor à dominação política que fomenta sua subordinação e desenvolvem projetos de conhecimento resistente que também giram em torno dessa distinção entre reforma social e transformação social como centrais para suas ideias e práticas teóricas (Collins, 2022, p. 124).

Teorizar essa resistência significa ser capaz de possuir uma sensibilidade maior para compreendermos as especificidades dos grupos subalternizados e a realidade dos projetos políticos que recaem sobre eles. É entender que política e teoria caminham juntos. Infelizmente, não é uma tarefa fácil. A mesma autora expõe que as disciplinas acadêmicas tradicionais, especialmente as ciências e as ciências sociais, ainda que engajadas com produções críticas,

evitaram ao máximo compromissos explícitos com a justiça social. Prática que não é diferente nas Relações Internacionais. Para Collins (2022), as ciências carregavam o medo de serem julgadas como tendenciosas e entendiam o envolvimento político como algo que descredibiliza a produção intelectual. Os pensadores até poderiam abraçar suas causas políticas de maneira individual, mas a política e a ética só seriam centrais como temas de investigação.

É interessante que se essa questão tivesse permanecido, seria muito difícil lermos atualmente trabalhos como os de Gloria Anzaldúa, Frantz Fanon, William Edward Burghardt Du Bois (W. E. B. Du Bois), Angela Davis, Edward Said, Lélia Gonzalez e Luiza Bairros. Se não fosse a atuação política pujante deles em movimentos sociais, não teríamos como construir pesquisas realmente preocupadas com a veracidade dos fatos sociais. Por sinal, alguns desses nomes só chegaram à academia depois de terem sido amplamente trabalhados em grupos de formação política de base. Quando seus integrantes começaram a ocupar o espaço das universidades, escolheram disseminar o que eles haviam escrito.

Nesse sentido, acreditamos que as feministas das RI podem ir muito mais além do que elas já têm produzido. Podemos estabelecer ligações entre diferentes experiências feministas de todo o mundo e elaborar correlações entre diferentes abordagens conceituais que outras geografias podem nos oferecer (Connell, 2015). Isso significa reconhecer que existe uma história do pensamento mais vasta sobre muitas das nossas indagações, incluindo poderosas teóricas que já foram mencionadas e outras que ainda irão surgir. O nosso horizonte pode incluir tanto aproximações como diferenças. Bem observado por Letícia Nascimento (2021), precisamos começar a aproveitar as dissonâncias como táticas para produzir epistemologias. Isso pode nos levar rumo à problematização de nossas próprias realidades sociais e de outras.

Portanto, a partir destes recursos plurais, podemos construir uma compreensão mais adequada de classificações conceituais, de teorias e saberes, capazes de nos incentivar a transformar o poder e a resistência a uma escala mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho evidenciamos que o caminho percorrido pelas feministas e feministas das Relações Internacionais não se constituiu de uma história linear. Elas experimentaram diversos processos que imbricados levaram à constituição de um campo teórico, às Teorias Feministas. Como exposto nos capítulos iniciais, há muito tempo em RI, só era possível elaborar ou reproduzir algum tipo de conhecimento e/ou tema estudado pela

disciplina, como produto da racionalidade individual (Sylvester, 2004; Smith, 1996). A pouco mais de 40 anos, o que começou com J. Ann Tickner, Jean B. Elshtain e Cynthia Enloe, hoje seguem com muitos outros nomes. Intelectuais que escolheram se empenhar na tarefa de alargar a produção epistêmica na área, abrindo espaço para teorias preocupadas com práticas e mudanças sociais significativas. Em toda essa jornada, as conquistas dentro da academia vieram a partir de muitos embates teóricos, práticos e políticos. E obviamente, disputas internas que demonstram mais uma vez a capacidade dos feminismos de reflexão e reconstrução constante dentro e fora das Relações Internacionais. Não é por acaso que os trabalhos de autoras/res brasileiras, argentinas, norte-americanas, francesas, palestinas e demais, seguiram aqui em constante diálogo.

Fundamental para essa discussão, o conceito de gênero como instrumento de análise crítica no campo consolidou-se como o ponto de inflexão para unir as pesquisas situadas longe de uma perspectiva neutra. Este atualmente concentra uma diversidade de definições conceituais e é articulado de maneiras distintas nas agendas de pesquisas das subáreas das Relações Internacionais. O uso do conceito, ou melhor, os Estudos de gênero, apresentaram um novo olhar sobre a condição das mulheres e pessoas marginalizadas para as RI. Frente a metodologia do conhecimento situado, seguiram nas produções feministas mais engajadas com a crítica aos universalismos das ciências e aos projetos políticos que despersonalizavam as instituições. A inserção do gênero como categoria de análise auxiliou na intensificação das produções feministas e na aproximação dos grupos de ativistas acadêmicas das RI, dentro e fora do Brasil. Já o debate acerca do conceito de corpo, seguiu outros caminhos até chegar na sua inter-relação com o gênero, auxiliando os feminismos a se reconstituírem em termos da compreensão do poder político e da superação das normas sociais. Sua herança filosófica cartesiana e o seu escrutínio intelectual apresentam de forma profícua como se instaurou a tese da presença-ausente do corpo nas Relações Internacionais exposta pela pesquisadora Lauren Wilcox.

Tratamos do gênero e do corpo de forma teórica, mas em conjunto com os aspectos interseccionais que o cruzam, porque era preciso evidenciar outros fenômenos correlatos a eles que costumam ser apagados tanto no processo de teorização quanto na vida cotidiana. Destarte, todas essas discussões só fariam sentido se mobilizadas para compreender a nossa conformação enquanto campo intelectual no Brasil. Por isso, no momento de apresentar nossas especificidades tornou-se necessário situar a trajetória da autora deste trabalho. Elencamos a projeção que os temas aqui discutidos têm tido na formação acadêmica de internacionalistas brasileiros, as mudanças institucionais que têm ocorrido e, a atuação das ativistas acadêmicas

em grupos e núcleos de pesquisa. Seguimos com uma exposição acerca das discussões decoloniais e dos saberes mais ao Sul, buscando aproximar as reflexões que demonstram, através de um recorte racial, de gênero e territorial, que certas condições sociais podem ser experienciadas de forma singular, mas também compartilhadas, em diversos lugares do mundo.

A questão primordial para essa pesquisa era esclarecer como as discussões teóricas sobre gênero e corpo, principalmente as feitas pelas feministas, poderiam contribuir para o campo das Teorias das Relações Internacionais e nele como um todo. Entretanto, talvez essa pergunta devesse ter sido elaborada de forma inversa: o que as Relações Internacionais e suas teorias podem contribuir para os estudos feministas? Muito provável que a estrutura deste trabalho, portanto, seria uma outra, completamente diferente. Ainda assim, ao final, chegamos à conclusão de que os avanços exponenciais do conjunto de contribuições teóricas e conceituais aqui expostas, se apresentam como valiosos para reestruturar de forma sensível e crítica, o campo das Relações Internacionais e dos estudos acerca da política contemporânea. Isso porque eles realocam para o centro de suas teorias, os projetos de conhecimento resistente, e evidenciam as pressões persistentes na academia para o silenciamento e pagamentos da agência dos sujeitos.

Em vista disso, acreditamos ser possível, a partir dos debates apresentados, propor uma nova agenda de pesquisa para o estudo das subjetividades nas Relações Internacionais. Tornar a corporificação e o gênero corporificado dimensões pelas quais podemos discutir o corpo marcado pela história, violência, colonialismo e lutas de resistência. Esse argumento é o nosso ponto de partida para elaborar um ou mais elos entre os campos epistemológicos, dando destaque a experiência corporificada.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Lila. Introduction. In: **The Politics of Feminist Politics**. Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East. v. 35, n. 3. London: Duke University Press. 2015. DOI: 10.1215/1089201x-3426361.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.
- ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 129–143, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6082>>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- ALCOFF, Linda. **Visible Identities: Race, Gender and the Self**. Oxford University Press: Oxford, 2006.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS-ABRI. **AT Mulheris**. 2024. Disponível em: https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1208. Acesso em: 16 ago 2024.
- BALLESTRIN, Luciana. **O Sul Global como projeto político**. Horizontes ao Sul. 2020. Disponível em: <<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/O-SUL-GLOBALCOMO-PROJETO-POLITICO>>. Acesso em: 26 de set. 2023.
- BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro. Corporeidade e epistemologia. **Filosofia e Educação**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 112–135, 2022. DOI: 10.20396/rfe.v14i1.8668684. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8668684>. Acesso em: 16 out. 2023.
- BARBOSA, Camila Palhares; MISSAGGIA, Juliana Oliveira. O PAPEL POLÍTICO DO CONCEITO DE CORPO EM IRIS YOUNG E LINDA ALCOFF. **PENSANDO - REVISTA DE FILOSOFIA**, [S. l.], v. 13, n. 28, p. 34–46, 2022. DOI: 10.26694/pensando.v13i28.10888. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/pensando/article/view/3572>. Acesso em: 16 out. 2024.
- BARRANCOS, Dora. **História dos feminismos na América Latina**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2022. 288 p.
- BARTKY, Sandra Lee. Toward a Phenomenology of Feminist Consciousness. **Social Theory and Practice**, v. 3, n. 4, 1975. p. 425-439.
- BEAUVOIR, Simone de. (1949). **O Segundo sexo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.
- BENHABIB, Seyla. Feminismo e pós-modernismo: uma aliança complicada. In: BENHABIB, Seyla [et al.] (Org). **Debates feministas: um intercâmbio filosófico**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- BENTO, Berenice. Gênero: Uma categoria útil de análise? **Revista História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 15-50, 2022.

BERNARD, Michel. **O corpo**. Apicuri, 2016.

BERNER, Vanessa Oliveira Batista. Teorias Feministas: O Direito como ferramenta de transformação social. In: BERTOLIN, Patrícia Martin (Org). **Mulher, Sociedade e Vulnerabilidade**. Editora Deviant, 2017.

BLEIKER, Roland. **Aesthetics and World Politics**. 1. ed. England: Palgrave Macmillan, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 243/2017, aprovado em 6 de junho de 2017. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Relações**. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=67951-pces243-17-pdf&category_slug=julho-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 jun. 2023

BROWNMILLER, Susan. **Against Our Will: Men, Women and Rape**. New York: Fawcett, 1975.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Tradução: Fernanda Siqueira Miguens. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.

BUTLER, Judith. Fundações contingentes: feminismo e a questão do pós-modernismo. In: BENHABIB, Seyla [et al.] (Org). **Debates feministas: um intercâmbio filosófico**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019b.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** Tradução: Sérgio Tadeu de Niemeyer Limarão e Arnaldo Marques da Cunha. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 288 p.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo de gênero?**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2024.

BUZAN, Barry. HANSEN, Lene. A evolução dos estudos de segurança internacional. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **LOLA Press** nº 16, novembro, 2001.

COHN, Carol. Sex and Death in the Rational World of Defense Intellectuals. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, 1987, v. 14, n. 4, p. 687–718.

COLECTIVO MIRADAS CRÍTICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO. Mapeando el cuerpo-territorio. **Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios**. Quito: Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2022. 424 p.

CONFERÊNCIAS MUNDIAIS DA MULHER. ONU Mulheres Brasil. 2023. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

CONNEL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo: Inversos, 2016, 272 p.

CONNELL, Raewyn. Gênero e corporificação na sociedade mundial. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, vol. 3, n. 1, 2015, pp. 281 – 287.

CSORDAS, Thomas J. Embodiment and Cultural Phenomenology. In: WEISS, Gail. HABER, Honi Fern. **Perspectives on Embodiment: The Intersections of Nature and Culture**. New York: Routledge, 1997.

CULTURA E GÊNERO. **Quem somos**. 2023. Disponível em: <<https://www.culturaegenero.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 16 dez. 2023.

DAFLON, Claudete. **Meu país é um corpo que dói**. Belo Horizonte: Relicário, 2021.

DARWICH, Mahmud. **da presença, da ausência**. Trad. Marco Callil. São Paulo: Editora Tabla, 2020.

DAUPHINEE, Elizabeth. The Politics of the Body in Pain: Reading the Ethics of Imagery. **Security Dialogue**, v. 38, n. 2, 2007, p. 139–155.

DEUTSCH, Karl Wolfgang. **Análise das relações internacionais**. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

DW Piá Castro. **Lorena Cabnal: sanar de la violência**. 2019. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=U3zVvCafBrs>. Acesso em: 20 ago 2024.

ELSHTAIN, Jean Bethke. **Women and War**. New York: Basic Books, 1987.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Relations**. London: Pandora Press. 1989.

FEDERICI, Silvia. **Além da pele: repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Elefante, 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FIERKE, Karin. **Political Self-Sacrifice: Agency, Body and Emotion in International Relations** Cambridge Studies in International Relations. Cambridge: Cambridge University Press. 2012. doi:10.1017/CBO9781139248853.

FISHEL, Stefanie. **The Microbial State: Global Thriving and the Body Politic**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRASER, Nancy. Falsas antíteses: uma resposta a Seyla Benhabib e Judith Butler. In: BENHABIB, Seyla [et al.] (Org). **Debates feministas: um intercâmbio filosófico**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. Trad. de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

GALLETI, Camila. RIVETTI, Jéssica Melo (Org). **Feminismos em movimento**. Belo Horizonte: Editora Luas, 2023, 300p.

GLISSANT, Edouard. **Caribbean Discourse: Selected Essays**. Translated by J. Michael Dash. Charlottesville: University Press of Virginia, 1999.

GOMES, Mariana Selister. Uma Metodologia de Pesquisa Feminista é possível? Um levantamento bibliométrico das metodologias utilizadas em periódicos dos Estudos de Gênero. 20º Congresso Brasileiro de Sociologia. Belém: **Revista Estado, Sociedade e Natureza**, 2021.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

GREINER, Christine. **O corpo: pistas para estudos indisciplinados**. São Paulo: Annablume, 2005.

GROSZ, Elisabeth. Corpos reconfigurados. **Cadernos Pagu** (14), 2000, p. 45 -86.

GROSZ, Elisabeth. **Space, Time, and perversion**. Essays on the politics of bodies. New York: Routledge, 1995.

GUERRERO, Francisco Javier Ortega. **El Cuerpo Incierto: Corporeidad, Tecnologías Médicas Y Cultura Contemporánea**. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 2010.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. 312 p.

HAMMAMI, Rema. Destabilizing Mastery and the Machine: Palestinian Agency and Gendered Embodiment at Israeli Military Checkpoints. **Current Anthropology**, 60:S19, p. 87-97, 2019. DOI: 10.1086/699906.

HANSEN, Lene. The Little Mermaid's Silent Security Dilemma and the Absence of Gender in the Copenhagen School. **Millenium**, v. 29, n.2, 2000. p. 285–306

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, 1988. p. 575-599.

HERZ, Mônica. O Crescimento da área de relações internacionais no Brasil. Rio de Janeiro: **Contexto Internacional**, v. 24, n.1. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292002000100005>.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Interseccionalidades: pioneiras do feminismo negro brasileiro (Pensamento feminista brasileiro)**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION. **About FTGS**. 2024. Disponível em: <<https://www.isanet.org/ISA/Sections/FTGS/About-FTGS>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HOMBRE, Francisco El. Triste, Louca ou Má. 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/lKmYTHgBNoE>>. Acesso em 23 de maio. 2024.

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – UNB. **Sobre o IREL**. 2024. Disponível em: <https://irel.unb.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 set. 2024.

INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION. **About FTGS**. 2024. Disponível em: <<https://www.isanet.org/ISA/Sections/FTGS/About-FTGS>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

KETZER, Patricia. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. **Argumentos Revista de Filosofia**, Fortaleza, ano 9, n. 18, p. 95-106, jul./dez. 2017. Disponível em: < <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/32159>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

KHALIDI, Rashid. **Palestina**: um século de guerra e resistência (1907-2017). São Paulo: Todavia, 2024.

KYRILLOS, Gabriela M. Relações Internacionais e interseccionalidade. **Conjuntura Austral**. Revista do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais da UFRGS, v. 13, p. 110-124, 2022.

LEINIUS, J. Articulating Body, Territory, and the Defence of Life. The Politics of Strategic Equivalencing between Women in Anti-Mining Movements and the Feminist Movement in Peru. **Bulletin of Latin American Research**, v. 40, n. 2, p. 204-219, 2021.

LIMA, Ivaldo. O argumento político do corpo nas dobras do espaço liminar. In: SILVA, Joseli Maria. ORNAT, Marcio Jose. CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Org). **Corpos e geografia**: expressões de espaços encarnados. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2023, 558p.

LIU, Cixin. **O problema dos três corpos**. São Paulo: Suma, 2016.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-102, Dec. 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 jul. 2024.

MARCHESE, G. Del cuerpo en el territorio al cuerpo-territorio. Elementos para una genealogía feminista latinoamericana de la crítica a la violencia. EntreDiversidades. **Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, v. 6, n. 2, p. 9-41, 2019.

MARLIN-BENNETT, Renée. Embodied Information, Knowing Bodies, and Power. **Millennium**, vol. 41, n. 3. p. 601-622, 2013. <https://doi.org/10.1177/0305829813486413>.

MARTINEZ, César Augusto Ferrari. ESPAÇOS DISTORCIDOS: feminismos, teorias queer e geografias. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 40, p. 52-67, jan./jun. 2018.

MARTINS, Ana Paula Antunes. **Corporificação e visões de mundo da política feminista e de mulheres na contemporaneidade**: diálogos, imagens e discursos sobre marchas de mulheres (2012 – 2017). 2018. 276 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MASO, Tchella Fernandes. SELIS, Lara Martim Rodrigues. Feminismos Outros na América Latina: as perspectivas indígenas e comunitárias. In: Natália Maria Félix de Souza; Fernanda Barth Barasuol; Cristine Koehler Zanella (Org.). **Feminismo, Gênero e Relações Internacionais**. 1. ed. São Paulo: Fino Traço, 2023, v. 1, p. 79-106.

MATHIAS, Suzeley Kalil (Org.). **Sob o Signo de Atena**: Gênero na diplomacia e nas forças armadas. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MCSORLEY, Kevin. **War and the Body**: Militarisation, Practice and Experience. New York, NY: Routledge, 2013.

MENDES, Enndiel dos Santos. **Gênero e corpo**: repensando as relações internacionais. 2021. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

MENDES, Enndiel. O corpo nas Relações Internacionais: contribuições teóricas e estéticas. In: MARIAS IRI-USP. **Ensaaios Acadêmicos**: Discussões sobre Gênero e Relações Internacionais. São Paulo: MaRIas IRI-USP, 2024. E-book. 44p. ISBN: 978-65-00-98452-1

MERCHER, Leonardo. Teoria Queer e Relações Internacionais: análise da permeabilidade acadêmica de gênero no Brasil. **Mural Internacional**, v. 8, n. 2, p. 150-164, set. 2018. Disponível em:

<<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/34466>>. Acesso em: 9 nov. 2023.

MILLENNIUM JOURNAL OF INTERNATIONAL STUDIES, 1988. v. 17, n. 3, december 1988. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/toc/mila/17/3>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MILLER, Carol; RAZAVI, Shahra. From WID to GAD: Conceptual shifts in the women and development discourse. **Research Institute for Social Development (UNRISD)**: Occasional Paper, n. 1, United Nations, Geneva.1995.

MONHANTY, Chandra Tapalde. **Feminism without borders**: Decolonizing Theory, practicing solidarity. Londres: Duke University Press, 2003.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 59-80, abr. 2013.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Organizador: Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar. 2021.

NASCIMENTO, Danielle Gonçalves Passos do. Mas, afinal, os conceitos importam? O conceito político-cultural amefricanidade de Lélia Gonzalez e as Teorias das Relações Internacionais. São Cristóvão, 2021. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Relações Internacionais) - Departamento de Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OKSALA, Johanna. A phenomenology of gender. **Continental Philosophy Review**, v. 39 n. 3, p. 229-244, 2006.

OLIVEIRA, Bruno. **Com música no Grammy, banda 'francisco, el hombre' fala de recomeço após assalto, música feminista e indicação**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/com-musica-no-grammy-banda-francisco-el-hombre-fala-de-recomeco-apos-assalto-musica-feminista-e-indicacao.ghtml>>. Acesso em:

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. ARRUIZZO, Roberta Carvalho. Geografar com o corpo: percursos teóricos e metodológicos. In: SILVA, Joseli Maria. ORNAT, Marcio Jose. CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Org). **Corpos e geografia**: expressões de espaços encarnados. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2023, 558p.

OLIVEIRA, Maria Odete Batista de. **Relações Internacionais: A Questão de Gênero**. Unijuí: Editora Unijuí, 2011.

ORTEGA, Mariana. **In-between**: Latina feminist phenomenology, multiplicity, and the Self. Albany: State University of New York, 2016.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. - 1. ed - Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021. 324 p.

PAPPÉ, Ilan. **A limpeza étnica da Palestina**. Tradução: Luiz Gustavo Soares. São Paulo: Editora Sundermann, 2016.

PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PETERSON, V. Spike Gendered States: **Feminist (Re)Visions of International Relations Theory**. Boulder: Lynne Rienner Press, 1992.

PINTO, Celi Regina. Feminismo, História e Poder. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?format=pdf>. Acesso em: 10 mar 2023.

PORCHAT, P. Um corpo para Judith Butler. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 37–51, 2015. DOI: 10.9771/peri.v1i3.14254. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/14254>. Acesso em: 8 out. 2024.

POSSAS, Lídia Maria Vianna; REIS, Sarah de Freitas. Reflexões Feministas acerca das Relações Internacionais. In: MATHIAS, Suzeley Kalil (Org.). **Sob o Signo de Atena: Gênero na diplomacia e nas forças armadas**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

PRADO, Débora. PAVESE, Carolina. SELIS, Lara. **Manual da internacionalista recatada: relações internacionais e gênero**. 1. ed. Uberlândia: Sibipiruna, 2021. 244 p.

PUAR, Jasbir. **The Right to Main: Debility, Capacity, Disability**. Durham and London: Duke University Press, 2017.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia M. **Lélia Gonzalez: Retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2010, 173 p.

REIS, Sarah de Freitas. A Política Internacional sob as lentes do "gênero": contribuições do feminismo às Relações Internacionais. 2007. **Monografia** (graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, 2007.

RESENDE, Erica Simone Almeida. **A crítica pós-moderna/pós-estruturalista nas relações internacionais**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010.

ROSÁRIO, Nathan da Silva. **Através do Corpo, Para Além da Carne: Corpo e Corporeidade em Teoria Política e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro, 2021. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAID, Edward. **A questão da Palestina**. Tradução: Sonia Midori. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SANAHUJA, José Antonio. "Reflexividad, Emancipación y Universalismo: Cartografías de la Teoría de las Relaciones Internacionales". **Revista Española de Derecho Internacional**, vol. 70, no. 2, 2018, pp. 101–26. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/26486615>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

SANTOS, Claudia. Leitura de gênero sobre os estudos de segurança internacional. **Conjuntura Global**, v. 4, n. 2, maio/ago., 2015, p. 171-184.

SANTOS, Marina França. A representação de mulheres nos espaços de poder e a standpoint theory: contribuições de uma epistemologia feminista. **Veritas (Porto Alegre)**, [S. l.], v. 62, n. 3, p. 904–933, 2017. DOI: 10.15448/1984-6746.2017.3.28202. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/veritas/article/view/28202>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SANTOS, Theotônio dos. **Imperialismo y Dependencia**. México, Ediciones Era, 1978.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade**: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. E-cadernos Ces, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 18, p. 105-131, 2012.

SHALHOUB-KEVORKIAN, Nadera. Palestinian Women and the Politics of Invisibility: Towards a Feminist Methodology. Peace Prints: **South Asian Journal of Peacebuilding**, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.wiscomp.org/peaceprints.htm>>. Acesso em: 9 jul. 2024.

SHELLEY, Mary. O último homem. Pontes Gestal: Putlão Livros, 2020.

SHEPHERD, Laura J. ‘‘Victims, Perpetrators and Actors’ Revisited: Exploring the Potential for a Feminist Reconceptualisation of (International) Security and (Gender) Violence’. **British Journal of Politics and International Relations**, v. 9, n.1, p 239-256, 2007.

SHILLING, Chris. **The Body and Social Theory**. London: Sage Publications, 2003.

SHINKO, Rosemary E. Theorizing the Body in IR. In: SALTER, Mark B. MUTLU, Can E. (eds.). **Research Methods in Critical Security Studies**. London: Routledge, 2012.

SHINKO, Rosemary E. Ethics after Liberalism: Why (Autonomous) Bodies Matter. **Millennium: Journal of International Studies**, 2010, 38 (3), 723–745.

SILVA, Andréia Rosenir da. **A construção de gênero no âmbito das relações internacionais**: direitos humanos das mulheres e a necessidade de instrumentos eficazes a sua consolidação. Unijuí: Ed. Unijuí, 2017, 192 p.

SILVA, Karine de Souza. 'Teoria Crítica Racial e o Direito Internacional: a visão de um interno-externo' - comentário Interseccionalidades raça-gênero e o Direito Internacional. In: Arthur Roberto Capella Giannattasio; Fabio Costa Morosini; Michelle Ratton Sanchez Badin. (Org.). **Direito Internacional: Leituras Críticas**. 1. ed. Lisboa: Almedina, 2019, v. 1, p. 233-262.

SLEIMAN, Michel. Um último Darwich... n/da ausência árabe n/da presença portuguesa. In: DARWICH, Mahmud. **da presença, da ausência**. Trad. Marco Callil. São Paulo: Editora Tabla, 2020.

SMITH, Steve. Positivism and Beyond. In: SMITH, Steve. BOOTH, Ken. ZALEWSKI, Marysia (Eds). **International Theory: Positivism and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SOARES, Janile Pequeno. O Último Homem (1826): Distopismo E Profecia Feminina No Romance De Mary Shelley. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal Da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (Cchla), Programa de Pós-Graduação em Letras, 2020.

SOIHET, Rachel. COSTA, Suely Gomes. Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero. **Gragoatá**, v. 13, n. 25, 30 dez. 2008.

SOUZA, Natália Maria Félix de. BARASUOL, Fernanda Barth. ZANELLA, Cristine Koehler Zanella. **Feminismo, Gênero e Relações Internacionais**. 1. ed. São Paulo: Fino Traço, 2023.

SPIVAK, Gayatri Chakravony. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 174 p.

STEANS, Jill. **Gender and International Relations**. Cambridge: Polity Press, 2013.

SYLVESTER, Christine. **Feminist International Relations: An Unfinished Journey**. Cambridge Studies in International Relations. Cambridge University Press, United Kingdom, 2004.

SYLVESTER, Christine. The Contributions of Feminist Theory to International Relations. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (ed). **International Theory: Positivism and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 254–278.

SYLVESTER, Christine. War experiences/war practices/war theory. **Millennium: Journal of International Studies**. 40(3):483–503. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/0305829812442211>. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0305829812442211?journalCode=mila>>. Acesso em: 23 jun. 2024.

TABUCHI, Mariana Garcia; ROSSI, Amélia do Carmo Sampaio. “Construindo uma epistemologia feminista decolonial”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 3, e86106, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/MN9FqyQ3TZ4qbSNvfDgxnVm/>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

THORBURN, Diana. Feminism Meets International Relations. Johns Hopkins University Press, **SAIS Review**. v. 20, n. 02. Summer-Fall, 2000. p. 1-10. DOI: <https://doi.org/10.1353/sais.2000.0051>.

TICKNER, J. Ann; SJOBERG, Laura. Feminism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve (ed.). **International Relations Theories: discipline and diversity**. 3. ed. United Kingdom: Oxford University Press, 2013. p. 1-359.

TICKNER, Judith Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. Nova York: Columbia University Press, 1992.

TICKNER, Judith Ann. Gendering a Discipline: Some Feminist Methodological Contributions to International Relations. JSTOR: **Signs Journal of Women in Culture and Society**. vol. 30, n. 4, 2005. p. 2173–88.

TICKNER, Judith Ann. You Just Don't Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists. **The International Studies Association: International Studies Quarterly**, v. 41, n. 4. 1997, p. 611-632. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2600855>>. Acesso em: 09 set. 2023.

TILL - A Busca Por Justiça. Direção: Chinonye Chukwu. Produção: Whoopi Goldberg, Barbara Broccoli, Frederick Zollo e Chinonye Chukwu. Estados Unidos, Universal Pictures, 2023.

TOLENTINO, Célia Ap. POSSAS, Lídia Maria Vianna. CORREIA, Rodrigo Alves (Org). **Idéias e Cultura nas Relações Internacionais**. Marília: Editora Oficina Universitária, 2007. 130 p.

ULLOA, Astrid. Cuerpos-territórios em movimento: mujeres indígenas y espacialidades relacionales. In: SILVA, Joseli Maria. ORNAT, Marcio Jose. CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Org). **Corpos e geografia: expressões de espaços encarnados**. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2023, 558p.

URPIA, Ana. Por uma noção corporalizada e posicional de subjetividade de gênero. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, vol. 20. n.48. pp. 385-401. 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000200010. Acesso em: 03 fev 2023.

VARGAS, Mojana; CASTRO, Aline Conti. O ensino e a pesquisa em relações internacionais no Brasil – sentidos e desafios da decolonialidade. **Oasis**, Bogotá, n. 32, p. 125–150, 2020.

VENTURA, Raissa Wihby; KRITSCH, Raquel. Relações Internacionais, teorias feministas e produção de conhecimento: um balanço das contribuições recentes. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 24–57, 2017. DOI: 10.30612/rmufgd.v6i11.6902. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/6902>. Acesso em: 16 out. 2023.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2019. 144 p.

VERGÈS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**. São Paulo: Ubu Editora, 2021. 160 p.

VIEIRA, Nanah Sanches. Feminismo Decolonial. In: GALLETI, Camila. RIVETTI, Jéssica Melo. **Feminismos em movimento**. Belo Horizonte: Editora Luas, 2023, 300p.

VITALE, Denise. NAGAMINE, Renata. **Gênero, Direito e Relações Internacionais: debates de um campo em construção**. Salvador: EDUFBA, 2018, 351 p.

WEBER, Cynthia. IR: The Resurrection or New Frontiers of Incorporation. **European Journal of International Relations**. Sage journals, v. 5, n. 4, p. 435-450, 1999.

WHITWORTH. Sandra. **Feminism and International Relations: Towards a Political Economy of Gender in Interstate and Non-Governmental Institutions**. London: Palgrave Macmillan, 1994.

WILCOX, Lauren B. Bodies and Embodiment in IR. In: EDKINS, Jenny. **Routledge Handbook of Critical International Relations**. Routledge, 2019.

WILCOX, Lauren B. **Bodies of violence: theorizing embodied subjects in international relations**. New York: Oxford University Press, 252 pp. 2015.

YOUNG, Iris Marion. **On female body experience: “Throwing like a girl” and other essays**. Oxford University Press, 2004.

YUVAL-DAVIS, N. Women, Citizenship and Difference. **Feminist Review**, 57(1), 4-27, 1997. <https://doi.org/10.1080/014177897339632>.

ZARAGOCIN, S. CARETTA, M. “Cuerpo-territorio”: a Decolonial Feminist Geographical Method for the Study of Embodiment. **Annals of the American Association of Geographers**, n. 111:5, p.1503 -1518, 2021. doi.org/10.1080/24694452.2020.1812370.